

WARWICK RAMALHO DE FARIAS LEITE

**FORMAÇÃO TÉCNICA NO ENSINO MÉDIO E
DEMANDA ESTUDANTIL: UM ESTUDO NO
CURSO PROFISSIONALIZANTE EM EDIFICAÇÕES**

**UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E
TECNOLOGIAS**

Departamento de Ciências Sociais e Humanas

Área de Ciências da Educação

LISBOA

2009

WARWICK RAMALHO DE FARIAS LEITE

**FORMAÇÃO TÉCNICA NO ENSINO MÉDIO E
DEMANDA ESTUDANTIL: UM ESTUDO NO
CURSO PROFISSIONALIZANTE EM EDIFICAÇÕES**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências da Educação da Universidade Lusófona Humanidades e Tecnologia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação.

Orientadora: Professora Doutora Otaviana Jales Costa

Co-orientador: Professor Doutor António Teodoro

**UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E
TECNOLOGIAS**

Departamento de Ciências Sociais e Humanas

Área de Ciências da Educação

LISBOA

2009

DEDICO ESTE TRABALHO

Ao meu pai Trajano Ramalho de Farias Leite, que Deus já o chamou e com certeza está comemorando esta minha vitória.

À minha mãe Helen Ramalho de Farias Leite, mulher guerreira que mostrou aos seus nove filhos que o caminho para o sucesso se encontra pela Educação e diariamente está presente comigo na contínua luta pelo trabalho e seus valores.

A Deus, que sempre me iluminou e iluminará com sua sabedoria.

AGRADECIMENTOS

À amiga e orientadora Dra. Otaviana Jales Costa, por ter aberto as portas de sua casa e transmitido os ensinamentos tão importantes para a realização deste trabalho.

Ao meu co-orientador Dr. Antonio Teodoro, pelas valiosas sugestões, permitindo assim ampliar meu horizonte de conhecimentos e pela dedicação, esforço e competência com que comanda o Curso de Mestrado da ULHT.

Ao Dr. Otávio Mendonça Lopes Machado, pela solidariedade e certeza do sucesso deste curso.

As minhas Irmãs Elinex e Edna, pela ajuda durante a fase da pesquisa.

A Eliene, minha amiga e companheira de viagens por este mundo de Deus.

Às minhas Amigas Giselia Fernandes e Carmem Moreira pela ajuda, sugestões e incentivos durante a realização deste trabalho.

A todos, sem citar nomes, que de forma direta ou indireta me auxiliaram a realizar este trabalho, meu muito obrigado.

RESUMO

A pesquisa proposta revela a preocupação com a pequena demanda para formação técnica profissionalizante de nível médio técnico de edificações na cidade de João Pessoa. Essa preocupação prende-se ao fato de que a Indústria da Construção Civil no seguimento da construção de edificações tem encontrado amplo mercado na Capital do Estado da Paraíba, contudo, os profissionais da área têm escasseado, conforme dados apresentados no corpo do trabalho. A partir do estudo das possíveis causas, se faz uma explanação sobre as Políticas Públicas Brasileiras para a Educação implementada com suas conseqüências na evolução da Educação Profissional e procura analisar os efeitos dessas causas e de outras relacionadas aos problemas de ordem social que possam ter interferido na pouca procura pelo Curso Técnico em Edificações.

Palavras-chave: Educação Profissional. Formação Técnica. Estudo sobre a demanda do Curso Técnico de Edificações.

ABSTRACT

The research proposal shows the concern with the small demand for vocational technical training mid-level technician from buildings in João Pessoa city. This concern is the fact that the building industry following the construction of buildings has found broad market in the capital of the state of Paraíba, however, the professionals in the area have little, as data presented in the body of work. From the study of possible causes, is an explanation about the Brazilian government implemented Education policies with its consequences in the evolution of Professional Education and to analyze the effects of these and other causes related to the problems of social order that could have stepped in little demand of the Construction Building Technologic Course.

Key-words: Professional Education. Technical Training. Study on the demand of the Construction Building Technologic Course.

LISTA DE SIGLAS

CEFET-Pb	-	Centro Federal de Educação Tecnologia da Paraíba
CEB	-	Câmara de Educação Básica
CNE	-	Conselho Nacional de Educação
COPERVE	-	Comissão Permanente do concurso Vestibular
CREA-Pb	-	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura na Paraíba
IDH	-	Índice de Desenvolvimento Humano
IFPB	-	Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Paraíba.
INEP	-	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ITEF	-	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IVV	-	Índice de Velocidade de Vendas
LDB	-	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	-	Ministério da Educação.
MTE	-	Ministério do Trabalho e Emprego
OAB	-	Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
ODM	-	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONU	-	Organização das Nações Unidas
PAC	-	Programa de Aceleração do Crescimento
PDE	-	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNAD/200X	-	Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar – Exercício 200X
PNUD	-	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROEP	-	Programa de Expansão da Educação Profissional
PSS	-	Processo Seletivo Seriado
RAIS/200X	-	Relação Anual de Informações Sociais - Exercício de 200X
SENAI	-	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC	-	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial,
SETEC	-	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.
SINDUSCON/JP	-	Sindicato da Indústria da Construção de João Pessoa
UFPB	-	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I - FUNDAMENTOS TEÓRICOS DE FORMAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL	16
1.1 Da Educação Brasileira	17
1.2 O PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação e a Educação Profissional e Tecnológica	21
1.3 Educação Humanística e Educação Técnico-Profissionalizante	25
1.4 O Curso Profissionalizante Técnico de Nível Médio Subseqüente	32
1.5 Ensino Médio Integrado ao Ensino Técnico Profissionalizante	35
1.6 O Mundo do Trabalho e o Técnico de Nível Médio em Edificações em João Pessoa /Paraíba	41
CAPÍTULO II - PAINEL GERAL DA PESQUISA	45
2.1 Justificativa	46
2.2 Problemática	50
2.3 Design de investigação	51
2.3.1 Problema	51
2.4 Metodologia	52
2.4.1 O Universo da Pesquisa	55
2.4.2 A Amostra	56
2.4.3 Etapas da Pesquisa de Campo	59
2.4.4 Instrumento da Pesquisa	60
2.4.5 Período de Coleta de Dados	60
CAPÍTULO III - RESULTADO DA PESQUISA, TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	62
3.1 Do procedimento realizado	63
3.2 Verificação da amostra	63
3.3 Análise dos resultados da pesquisa	65

3.3.1 Perfil do alunado	65
3.3.2 Percurso escolar do alunado	72
3.3.3 Avaliação de desempenho escolar do alunado	72
3.3.4 Avaliação quanto à área do conhecimento que facilita o ingresso do alunado	76
3.4 Respostas ao objetivo geral deste trabalho	78
3.5 Objetivo Específico nº 1	86
3.6 Objetivo Específico nº. 2	89
3.7 Objetivo Específico nº. 3	94
CAPÍTULO IV - CONCLUSÃO E TRABALHOS FUTUROS	99
4.1 Conclusão	100
4.2 Melhorias da Pesquisa Realizada	107
4.3 Potenciais Trabalhos Futuros	109
REFERÊNCIAS	111
ANEXOS	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Demanda dos 4 (quatro) cursos mais procurados nas áreas de humanas e tecnológicas – UFPB/João Pessoa	27
Tabela 2	Situação do curso técnico de edificações no IFPB	33
Tabela 3	Comparação de matrículas da educação profissional	33
Tabela 4	Demanda do concurso público - área construção civil – curso técnico de edificações	36
Tabela 5	Estoque de unidades na construção civil em João Pessoa	42
Tabela 6	Estoque de empregos formais	46
Tabela 7	Caracterização da amostra planejada	65
Tabela 8	Faixa etária do alunado	66
Tabela 9	Situação do imóvel residencial	66
Tabela 10	Composição familiar do alunado	67
Tabela 11	Principal provedor das famílias	68
Tabela 12	Renda familiar do alunado	69
Tabela 13	Contribuição financeira para compor a renda familiar	70
Tabela 14	Grau de instrução do principal provedor da família do aluno	70
Tabela 15	Renda e instrução do provedor familiar	71
Tabela 16	Número de anos na escola para atingir o ensino médio	72
Tabela 17	Resultado do processo ensino-aprendizagem	74
Tabela 18	Grade curricular com as notas médias para o curso técnico em edificações	76
Tabela 19	Comparação entre áreas e notas (variação – zero a cem)	77
Tabela 20	Comportamento do aluno após o ensino médio	80
Tabela 21	Modelo/nível do curso a realizar após concluir o ensino médio	82
Tabela 22	Quantitativo com pretensão ao Curso Técnico Profissionalizante	83

Tabela 23	Motivação para o aluno escolher o curso	84
Tabela 24	Reconhecimento pelo aluno de algum fator ou razão que tenha influenciado na decisão de continuar seus estudos	86
Tabela 25	Reconhecimento de políticas públicas que influenciam o alunado em sua escolha de futuro curso	90
Tabela 26	Questionando se a escola que oferece uma boa estrutura, como biblioteca, laboratórios, teatro, banda de música, ginásio coberto e quadras esportivas – isso influencia continuar seus estudos?	94
Tabela 27	Influência dos professores e escolas na escolha do curso desejado	95

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO I.1	Demanda comparativa dos cursos mais procurados	30
GRÁFICO I.2	Demanda comparativa no ensino médio integrado e sequencial no curso de edificações – CEFET/PARAÍBA – 2006 a 2009	36
GRÁFICO I.3	Comparação entre a concorrência do ensino médio integrado e sequencial no curso de edificações – CEFET/PARAÍBA – 2006 A 2009	37
GRÁFICO III.4	Média de Notas do alunado	75
GRÁFICO III.5	Comparação entre as áreas humanas, tecnologia e saúde.	77
GRÁFICO III.6	Pretensão para após a conclusão do Ensino Médio	81
GRÁFICO III.7	Modalidades para estudos após conclusão do ensino médio	82
GRÁFICO III.8	Áreas mais procuradas para estudos após ensino médio	83
GRÁFICO III.9	Motivação ou influência para definição pelo alunado pela escolha do curso	85
GRÁFICO III.10	Influência da escola e dos professores na definição pelo curso	98

INTRODUÇÃO

O tema surgiu a partir da prática docente deste pesquisador que observou a ocorrência da diminuição a cada semestre letivo o número de alunos em salas de aulas no curso profissionalizante em nível médio para formação de Técnicos em edificações no Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Paraíba – IFPB e que este alunado mostra grande dificuldade no tocante as disciplinas que envolvem raciocínio lógico-dedutivo.

Para a execução deste trabalho, foi organizado de forma a se proceder a estudos sobre possíveis fatores, onde se faz uma explanação das ações públicas com foco nas políticas educacionais implementadas na evolução da Educação Profissional no Brasil. Com exposição sobre a história da educação profissionalizante, onde se procura analisar as ações implementadas pelas políticas públicas e os seus efeitos e essas causas, e outras relacionadas aos problemas de ordem social que possam ter interferido na pouca procura pelos cursos profissionalizantes em especial no campo técnico em nível médio da área de construção de edificações.

Uma ideia global de todos os trabalhos que foram executados, os quais incluem as coletas dos dados, pesquisas, análises, leituras de autores em foco com a linha metodológica, elaboração de texto e por fim um indicativo à resposta ao problema em questão que se encontra expressa no corpo conclusivo deste estudo.

Na verdade, esta peça dissertativa tenta entender a problemática vivida pelo alunado da Educação Profissional em especial quanto às razões ou influências que atuam sobre o Jovem concluinte do Ensino Médio para a realização da definição de seu futuro percurso profissional e também, pode ser visto como uma nova possibilidade de se compreender o processo evolutivo da Educação Profissionalizante no Brasil. Neste contexto procura ainda reconhecer as principais causas da pequena demanda de alunos que ingressam para a Formação Técnica no curso profissionalizante ao nível do Ensino Médio na área do conhecimento da Construção Cível em Técnico de Edificações

Ao final deste trabalho, também se encontra um capítulo com temas indicativos a potenciais trabalhos futuros. Neste sentido, são divididos em dois grupos, aqueles onde se referem a presente pesquisa e aqueles que se referem a extensão desta pesquisa com questionamentos que servirão para que outros pesquisadores possam dar continuidade.

CAPITULO I

**FUNDAMENTOS TEÓRICOS DE FORMAÇÃO DO ENSINO
PROFISSIONAL**

1.1 Da Educação Brasileira

Nesta parte, faremos uma breve incursão sobre a Educação Brasileira. Trata-se de um breve relato das principais linhas que caracterizam o processo de nossa educação sempre relacionada com a formação histórica nacional.

No Brasil colônia, vários historiadores descrevem que os Jesuítas marcaram presença em todos os níveis de ensino, além de controlarem a catequese dos índios, a formação da juventude e os estudos superiores, formando os letrados e bacharéis para a prestação de serviços à Igreja e ao Estado. Desde a chegada dos Jesuítas ao Brasil, em 1549, até 1759, eles criaram um sistema educacional abrangente, do ensino elementar até o superior, educando as elites, inicialmente, e em seguida, passaram a ministrar aulas gratuitas, que foi possibilitado pela aliança com a coroa e na eficácia do método pedagógico.

Para garantir o ensino gratuito os Jesuítas contaram com a proteção e privilégios reais na época que decidiram construir os colégios e mantê-los dedicados ao ensino da elite. Esta cultura letrada servia e se adequava aos interesses do poder público e estatal, não dando mobilidade social e vertical, a não ser em raros casos de apadrinhamentos, que confirma em regra geral. Garantindo assim, pela difusão da cultura e do sistema educacional, a tríplice identidade brasileira, ou seja: religiosa, idiomática e territorial.

Esta hegemonia do ensino tradicional jesuítico contribuiu para padronizar o processo de produção de bacharéis e letrados que ocuparam os espaços de poder e de mando nessas sociedades, pois estavam preocupados com a manutenção e transmissão da tradição cultural e religiosa, pois tinha aliança estável e duradoura entre Igreja e Estado.

Analisando a educação no Brasil Império, Cartolano (1998, p. 193) escreve sobre a forma de vida no fim do século XIX, onde registra a existência de vários conflitos, tanto de ordem institucional, como a queda da monarquia, o fim da escravatura, a crise religiosa com a Contra-reforma, foi, portanto, propício para a redefinição do sistema educacional, além de modificações de costumes e valores, em um tempo de ruptura da base econômica fundada na agricultura de exportação e na mão de obra escrava, havendo então crises institucionais e políticas nas esferas de poderes executivos, legislativo e judiciário controlado pelo despotismo e sendo aquela sociedade uma sociedade onde poucos possuíam privilégios sobre muitos. Vejamos o citado documento:

“Manifesto editado em 03 de Dezembro de 1870, contendo: ‘Privilegio’, em todas as relações com a sociedade – tal é em síntese a fórmula social e política de nosso país – privilegio de religião, privilegio de raça, privilegio de sabedoria, privilegio de posição, isto é, todas as distinções arbitrárias e odiosas que criam no seio da sociedade civil e política a monstruosa superioridade de um sobre outros ou de alguns sobre muitos.” (Pessoa, 1973, apud Cartolano, 1998, p. 193).

O citado manifesto colocou em discussão questões que muito afetavam a educação e privilégios na sociedade no início da República, e aponta Costa (1979, apud Cartolano, 1998, p. 194), em referência à existência destes privilégios criados pela “distinção social odiosa e arbitrária”, como também, questões fundamentais relativas à educação e a escola primária, como a falta de igualdade social e oportunidades, a co-educação dos sexos e a liberdade de ensino, impediram não só a racionalização da administração e a democracia do acesso à escola, mais transformavam, também, em cabide de emprego a burocracia desde o império, pois a ética de favores prevalecia sobre a ética competitiva e o bem público se confundia com os bens pessoais. E fala ainda que decorrente desta política de favorecimento em cargos públicos, inclusive o de professor, eram ocupados por pessoas das relações do imperador ou de seus apadrinhados, quase sempre não habilitados para o ensino.

Quanto aos negros, por tradição eram impedidos de ocuparem cargos burocráticos ou usufruírem privilégios reservados aos brancos, a não ser os que se destacavam e eram cooptados, como alguns engenheiros, doutores ou advogados, pois eram segregados e a sua ascensão social só era possível se autorizada pela elite, dentro do contexto de que os senhores nasciam para serem senhores e os escravos para serem escravos. Cartolano (1998, apud Costa 1979, p. 222) descreve que “naturalmente eram considerados inferiores aqueles que nasciam “negros”.

Retrata SETEC/MEC (2004, p. 04) sobre a origem da formação profissional brasileira, apontando a concretização e seu início em 1909, no Governo Nilo Peçanha, com a implantação das escolas de aprendizes e artífices “criadas para os filhos dos pobres e desvalidos da sorte, objetivando a aquisição de uma arte ou ofício e sua introdução no mercado de trabalho reservado às classes menos favorecidas.” Foi a partir daí que se introduziu no contexto das relações sociais um padrão que a época não se reconhecia, sendo uma nova visão sobre a educação e formação profissional, da qual o desenvolvimento intelectual proporcionado pela educação escolar acadêmica era visto como desnecessário para a maior parcela da população e para a formação de mão de obra. Não se reconhecia vínculo

entre educação escolar e trabalho, pois a atividade econômica predominante não requeria educação formal ou profissional.

Estabelecendo-se ainda uma nítida distinção entre aqueles que detinham o saber (ensino secundário, normal e superior) e os que executavam tarefas manuais (ensino profissional). Ao trabalho, frequentemente associado ao esforço manual e físico, acabou se agregando a idéia de sofrimento, talvez tenha sido pelos três séculos de escravidão. Porém, vemos que esta distinção deixou marcas profundas e preconceituosas com relação à categoria social que executa trabalho manual, independentemente da boa qualidade do produto e da sua importância na cadeia produtiva, esses trabalhadores sempre foram relegados a uma condição social inferior.

Após os anos 1930, com a industrialização do Brasil, passou o saber transmitido ser de forma sistêmica através da escola, e sua busca pela universalização, só foram se incorporar aos direitos sociais dos cidadãos, quando se passou a considerar como condição básica para o exercício da cidadania, a educação, a saúde, o bem estar econômico e a profissionalização.

No Governo Getúlio Vargas, em 1942, estabeleceu-se o conceito de menor aprendiz para os efeitos da lei trabalhista e por outro decreto-lei, que dispôs sobre a organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, onde com tal providência consolidou o ensino profissional no Brasil, embora ainda continuasse a ser considerada como uma educação de segunda categoria.

A partir de 1942, são baixadas as primeiras leis orgânicas da educação, o ensino vocacional e pré-vocacional como dever do Estado, a ser cumprido com a colaboração das empresas e dos sindicatos e com a definição do ensino profissional no dispositivo legal proporcionou a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, ainda em 1942, e em 1946 a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem comercial – SENAC, bem como a transformação das antigas escolas de aprendizes artífices em escolas técnicas federais. Este conjunto de leis orgânicas da educação tinha como objetivo o ensino secundário e normal de formar as elites condutoras do país, e para o ensino profissional o objetivo era oferecer adequada formação aos filhos dos operários e aos menos afortunados, para aquele que necessitava ingressar precocemente na força de trabalho.

No ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais. As instituições ganham autonomia didática e de gestão. Com isso, se intensifica a formação de técnicos, mão-de-obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização.

A plena equivalência entre todos os cursos do mesmo nível, sem a necessidade de exame e prova de conhecimentos, só veio a ocorrer a partir de 1961, onde equiparou o ensino profissional, do ponto de vista das equivalências e da continuidade de estudos, para todos os efeitos, ao ensino acadêmico, sepultando pelo menos do ponto de vista formal, a velha dualidade entre ensino para elites condutoras do país e a educação para os desvalidos da sorte. Assim, todos os ramos e modalidades de ensino passaram a ser equivalentes, para os fins de continuidade de estudos em níveis subseqüentes.

A Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB, nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, torna, de maneira compulsória, o curso técnico-profissional incluído no currículo do Ensino Médio. Um novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime da urgência.

A Agenda Brasil - 2020 (2007, p. 06) aponta que até a década de setenta, do século passado, a formação profissional dos brasileiros se limitava ao treinamento para a produção em série e padronizada, com a incorporação maciça de operários semi-qualificados, adaptados aos postos de trabalho, desempenhando tarefas simples, rotineiras e previamente especificadas e delimitadas. Apenas uma minoria de trabalhadores precisava contar com competências em níveis de maior complexidade, em virtude da rígida separação entre planejamento e a execução, havendo pouca margem de autonomia para o trabalhador, uma vez que o monopólio do conhecimento técnico e organizacional cabia, quase sempre aos níveis gerenciais. A baixa escolaridade da massa trabalhadora não era considerada entrave significativo à expansão econômica. Após os anos 1970, o ensino técnico cresce em complexidade e se amplia criando o ensino tecnológico. Buscava-se suprir a demanda por profissionais adaptados a ambientes laborais cada vez mais complexos, decorrentes do desenvolvimento econômico.

Na década de oitenta as novas formas de organização e de gestão modificaram estruturalmente o mundo do trabalho, um novo cenário econômico e produtivo se estabeleceu com o desenvolvimento e emprego de tecnologias complexas agregadas à produção e a prestação de serviços e pela crescente internacionalização das relações econômicas. Em conseqüência, passou-se a requerer sólida base de educação geral para todos os trabalhadores; educação profissional básica aos não qualificados; qualificação profissional aos técnicos e educação continuada para atualização, aperfeiçoamento, especialização e re-qualificação de trabalhadores.

Em 1994, a Lei Federal nº 8.948 cria o Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Em 1996, veio a nossa segunda LDB, onde se configura a identidade do ensino médio como uma etapa de consolidação da educação, preparando o educando para o trabalho e a cidadania.

Em 1997, o Decreto nº 2.208/97 regulamenta a educação profissional e a separa do ensino médio. Em 2003, o MEC propõe mudanças para o aperfeiçoamento da legislação da educação profissional e tecnológica.

A mudança ocorrida em 2004, originada pela força de uma correlação de interesses no plano estrutural e conjuntural da sociedade, culminou com a revogação do Decreto nº 2.208/97 e a promulgação do Decreto de nº 5.154/2004, que resgata as várias possibilidades e promove o enfrentamento enquanto percursos metodológicos e princípios à articulação da educação profissional de nível médio e o ensino médio, na forma integrada, permanecendo ainda a seqüencial e a concomitante.

Com isto, a partir de 2005, os estudantes brasileiros passaram a cursar disciplinas do ensino médio integrado com disciplinas do ensino técnico, ou optar por duas outras formas de articulação: a concomitante, para quem deseja fazer o curso profissional e médio ao mesmo tempo, ou a subsequente, para os que pretendem cursar um nível de ensino após ter concluído o outro.

Em Julho de 2007 decidiu o Governo Lula II (2007/2010) criar o PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação, sendo uma das nove Medidas Provisórias que compõe o PAC, conforme exposto em um Documento-Livro lançado pelo Ministro Fernando Haddad, onde trata das razões e princípios, partindo da ótica a qual um país não progride com uma educação precária e que para evoluir se necessita de uma educação de qualidade como um dos principais pontos de partida, onde todas as pessoas necessitam e devem ter acesso a, no mínimo, a educação básica.

1.2 O PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação e a Educação Profissional e Tecnológica

O PDE tido como o “PAC da Educação” traz para o Ministro Fernando Haddad uma nova concepção de mundo, sobre a questão da chamada ‘individualização’, enquanto categoria da psicologia analítica, a visão de continuidade do PDE em relação às razões e princípios que

nortearam as políticas neoliberais e sobre o discurso da equidade e da qualidade da educação, e avança como a grande plataforma política do Governo Lula em seu segundo mandato.

Na visão do Ministro Haddad (2008, p. 13), o PDE se apresenta como tendo uma visão sistêmica do conjunto da educação nacional tendo em vista a dimensão do processo e passa a ideia de que um país que visa a democracia visa uma educação de qualidade e em consequência terá que investir não só na educação básica mas também deverá investir na educação profissional e na educação superior porque elas estão ligadas, direta ou indiretamente.

O MEC/SEMTEC (2004, p. 27) em seu relatório apontava a educação profissional como uma política pública e indicava o PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional como linha estratégica e que o Estado não é o único responsável pela execução da educação profissional e tecnológica, todavia, sua concepção, acompanhamento e controle deve ser objeto de uma política pública, sujeita à deliberação do legislativo e ao controle social, dotada de recursos orçamentários e garantia de continuidade, integrando-a a educação básica e aos conhecimentos específicos para o adequado exercício profissional.

Também o Ministro Fernando Haddad (2008, p. 30) assevera que o PDE não pode ser apenas um projeto do Governo Federal, mas da sociedade brasileira. Para que os objetivos sejam alcançados, é necessária a superação dos problemas vivenciados pela educação brasileira, em especial, nos anos que precederam o atual governo. Aponta ainda, que a falta de financiamento à educação superior determinou o abandono da universidade pública e os baixos índices de rendimento da educação básica que em consequência ocasionou na falta de formação dos professores e das pesquisas em educação. Realmente, deve haver na educação um elo, uma linha condutora que possibilite que as etapas de formação estejam correlacionadas. Nisso, o PDE, enquanto conceito, é bem caracterizado pelo Ministro, principalmente no que se refere à superação dessa fragmentação e dicotomia educacional do sistema público de ensino.

Assevera o Ministro Haddad (2008, p. 33) referente ao atual Governo LULA (2006-2010) apontando que as verbas de custeio e de pessoal da rede federal de educação profissional e tecnológica foram recuperadas, à semelhança do que se fez com a educação superior e indica:

“Em 1998, o orçamento do sistema atingiu cerca de R\$ 856 milhões, a valores de 2005. Naquele mesmo ano, o orçamento do sistema, já recuperado, atingiu mais de R\$ 1,2 bilhão. De 1995 a 1998, não foi autorizada a contratação de um único docente ou técnico para o sistema de 140 unidades. De 2003 a 2006, foi autorizada a contratação de 3.433 docentes e técnicos administrativos. Foi deflagrado o maior processo de expansão da rede. Um dado simples dá a dimensão do que tem sido feito na educação profissional. De 1909 a 2002, quer dizer, em quase um século, foram autorizadas 140 unidades federais de educação profissional e tecnológica no País, pouco mais de uma por ano. De 2003 a 2010, serão autorizadas 214 novas unidades federais, ou seja, teremos realizado uma ampliação de 150% do parque federal de educação profissional e tecnológica em apenas oito anos”. (Haddad, 2008, p. 35).

Dando continuidade à expansão do ensino profissional, pela Lei nº 11.862 de 29/12/2008 cria os 38 IFET — Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em todos os Estados da Federação, sendo escolhido como modelo de reorganização das instituições federais de educação profissional e tecnológica para uma atuação integrada e referenciada regionalmente, evidencia com grande nitidez os desejáveis enlaces entre educação sistêmica, desenvolvimento e territorialidade.

A missão institucional destes IFETs, apontada pelo PDE, no que respeita a relação entre educação e trabalho, orientar-se pelos seguintes objetivos: ofertar educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo, em todos os seus níveis e modalidades, sobretudo de nível médio; orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais; estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão

Ainda Haddad (2008, p 35) indica a existência para a relação entre educação e ciência, onde o IFET deve constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, voltado a investigação empírica; qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas escolas públicas; oferecer programas especiais de formação pedagógica inicial e continuada, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de física, química, biologia e matemática, de acordo com as demandas de âmbito local e regional, e oferecer programas de extensão, dando prioridade à divulgação científica e aponta.

“[...] sobre as razões, princípios e programas do Plano de Desenvolvimento da Educação que talvez seja na educação profissional e tecnológica que os vínculos entre educação, território e desenvolvimento se tornem mais evidentes e os efeitos de sua articulação, mais notáveis. Antes, contudo, os respectivos antecedentes.” (Haddad, 2008, p. 35).

Ainda o Ministro Haddad expondo sobre o PDE na Câmara dos Deputados:

“A União promoverá o necessário apoio à reestruturação das redes estaduais e daí os IFET podem colaborar para recompor a espinha dorsal do ensino médio público, indicando que sob o aspecto profissionalizante deve se romper com o ensino mecanicista e objetivante, que estreita, ao invés de alargar, os horizontes do educando, tomado como peça de engrenagem de um sistema produtivo obsoleto, que ainda não incorporou a ciência como fator de produção” (Haddad, 2008, diário 127).

O PDE tem indicado para uma visão sistêmica da educação, território e desenvolvimento se fundem nos IFET de maneira plena e aponta para a maturidade da rede federal de educação profissional e tecnológica com 354 unidades distribuídas por todas as regiões do país e que exige um novo modelo de atuação, que envolva o desenvolvimento de um arrojado projeto político-pedagógico, verticalidade da oferta de educação profissional e tecnológica, articulação com o ensino regular, aumento da escolaridade do trabalhador, interação com o mundo do trabalho e as ciências e apoio à escola pública. Mais uma vez, níveis e modalidades educacionais em estreita conexão.

O PDE foi estruturado para promover avanços consistentes na educação profissional e tecnológica, em especial quanto à educação no ambiente de trabalho, com ou sem vínculo empregatício, e ganha força com a nova regulamentação da aprendizagem e a nova lei do estágio sancionada em 2008. E também, o PDE propõe sua consolidação jurídica na LDB, que passar a vigorar acrescida de uma seção especificamente dedicada à articulação entre a educação profissional e o ensino médio, denominada “Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio”. Indicando a educação profissional integrada em especial ao ensino médio como a que apresenta melhores resultados pedagógicos ao promover o reforço mútuo dos conteúdos curriculares, inclusive na modalidade à distância.

1.3 Educação Humanística e Educação Técnico-Profissionalizante

Trata o Ministro Haddad (2008, p. 37) que, quando da formulação do PDE tenta indicar solução em referência a atual crise que vive o ensino médio por possuir uma condição que necessita vencer a superação da oposição entre o propedêutico e o profissionalizante e precisa de uma combinação de conteúdos como um novo arranjo educacional que se articularam em todos os princípios que informaram em uma experiência institucional inovadora, assim registra o Ministro:

“Esse arranjo pode abrir excelentes perspectivas para o ensino médio, hoje em crise aguda. A combinação virtuosa do ensino de ciências naturais, humanidades (inclusive filosofia e sociologia) e educação profissional e tecnológica – o que deve contemplar o estudo das formas de organização da produção – pode repor, em novas bases, o debate sobre a politécnica, no horizonte da superação da oposição entre o propedêutico e o profissionalizante.” (Haddad, 2008, p. 37).

Em uma cultura como a nossa (brasileira) cujos valores são frontalmente opostos aos da cultura do saber ler e falar e se contrapõe ao saber entender e fazer, tal situação vislumbra-se pela Lei Estadual nº 8.428 de 16 de Dezembro de 2007 do Governo da Paraíba que Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores Cíveis de Nível Superior da Administração Direta do Poder Executivo com valores e padrão de vencimentos das áreas Tecnológicas e Jurídicas. Realizando uma comparação entre as remunerações destas áreas, temos que para a área Tecnológica o piso da classe é A-I com R\$ 2.496,60 e o teto salarial na classe E-VII com remuneração de R\$ 5.851,62 enquanto que, as Carreiras Jurídicas a remuneração se inicia na classe A-I com R\$ 6.250,00 e o Teto na Classe E-VII com R\$ 24.560,00. Sem apontar qualquer definição de prevalência, necessidade pública ou importância social entre as categorias profissionais, mormente quanto ao processo educacional das carreiras, o que parece demonstrar que um curso teria conteúdos basicamente diferentes no que diz respeito ao seu teor.

Assim, pensamos ser importante se promover uma análise entre a Educação Humanística e Educação Técnico-Profissionalizante, em consonância com a existência de conexão entre educação e conhecimento, concebendo a noção de conhecimento de modo a incluir nela quase que tão somente os pontos de vista e temas que, de certa maneira,

sobreviveram e que, portanto, se mostrou ‘perene’ e de modo a excluir da noção de conhecimento, e, conseqüentemente, da visão da educação, tudo aquilo que se refere mais diretamente ao preparo para o exercício de uma profissão técnica.

Este preparo é considerado como mero treinamento ou adiestramento em certas técnicas e habilidades e não deveria merecer o honroso privilégio de ser considerado parte integrante do processo educacional, sendo batizado com vários nomes diferentes, como ‘processo de qualificação de mão-de-obra especializada’, ‘processo de formação de recursos humanos para as áreas técnicas’.

Enfatiza Chaves (2000, p. 22), que também existe a conexão entre educação e vida, concebendo a noção de vida, de modo a realçar suas ligações com o trabalho, e a deixar de lado suas ligações com o lazer. Afirma ainda que, educar é preparar para a vida, para o exercício de uma profissão, tudo o mais é ‘ornamento’, ‘adorno’, ‘perfumaria’, menos educação. Existem os que enfatizam o trabalho como forma de auto-realização individual, há os que procuram realçar o papel do trabalho como fator de desenvolvimento econômico.

Observamos que os conteúdos que podem ser parte integrante do processo educacional são conteúdos considerados valiosos dentro de um dado contexto sócio-cultural. Mencionamos, também, sem discutir o fato, que se considerarmos o termo ‘cultura’, em um sentido amplo, possui valores conflitantes, que estes podem co-existir dentro de uma mesma sociedade.

Imaginemos uma cultura cujos valores sejam bastante coerentes, na qual o trabalho, seja como forma de realização pessoal, seja como fator básico de desenvolvimento econômico, seja o valor preponderante. Nesta situação, a preparação para o trabalho, a formação profissional, será o elemento predominante no processo educacional, outros ingredientes que possam não parecer diretamente profissionalizantes, só sendo permitidos, dentro do processo educacional, na medida em que, mesmo de maneira indireta, venham a contribuir para o bom desempenho profissional.

Estamos simplificando as coisas, não fazendo várias distinções básicas e deixando de lado os aspectos complexos que envolvem processos educacionais concretos em um contexto sócio-econômico, ninguém, mesmo que não concorde com a hierarquia de valores predominante, pode condenar a educação por ser estritamente profissionalizante: ela estará se ocupando dos conteúdos considerados valiosos naquele contexto.

Em referência ao Brasil, assevera Leal (1996, p. 92) que “A hegemonia do ensino tradicional, presente no cenário luso-brasileiro, contribuiu para padronizar o processo de produção de bacharéis e letrados que ocuparam os espaços de poder e de mando nessas sociedades.” Em nosso atual momento, reconhecemos que existe na Paraíba o mesmo padrão descrito por Fernando Azevedo (1963, apud Leal, 1996, p. 93) que registrou em sua análise sobre a cultura brasileira que “os graus de Bacharel e de mestre em Artes possibilitaram funcionar como privilegiados contribuindo à formação de uma Aristocracia de Letrados”.

O campo profissional dos formandos nas áreas Humanas e Tecnológicas são os mais variados e amplos, porém, para dar foco ao nosso questionamento fazemos a correlação entre as Carreiras Jurídicas e as Engenharias, que conforme o CREA-Pb — Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura na Paraíba, aponta em atuação nos diversos campos da Engenharia (em 05 de setembro de 2005) o quantitativo de 5.686 profissionais, incluindo os de nível médio e superior, e conforme dados da OAB-Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil estava em atividade (em 09 de Novembro de 2008) nas Carreiras Jurídica na Paraíba o numero de 6.961 advogados, assim, conclui-se ser superior os elementos que labutam na Advocacia ao de elementos que militam em todos os ramos da Engenharia e Arquitetura. Questionamos: será que a sociedade realmente precisar de mais Advogados do que de Engenheiros? E será que esta sociedade deve remunerar os Advogados melhor que os Engenheiros?

Afirma Lopes (2004, p. 262) que “a complexidade da sociedade contemporânea exige a quantificação de uma diversidade de informações, o que torna a literacia: matemática e estatística indispensáveis ao cidadão hodierno e futuro”. Assim entendo ser importante que se desenvolvam conceitos objetivando a promoção de conhecimento científico no ensino médio que permita ao aluno aprender a matematizar, adquirindo domínio do conteúdo específico em situações de contextos diversificados.

Neste sentido, defende Lopes (2004, apud Bishop, 1991) quanto à necessidade de currículos de matemática com um enfoque cultural, os quais se caracterizam por cinco princípios básicos: representatividade, formalismo, acessividade, poder explicativo, concepção ampla e elementar. Uma vez que a educação mundial tem se centrado na aquisição de competências matemáticas por parte de alunos, recomendando o pensar e o raciocinar, o argumentar, o comunicar-se matematicamente, o modelar, o planejar e o representar.

Quando Chaves (2000, p. 22) conceitua que “educação é, basicamente, uma conceituação formal”, daí se mostra que qualquer visão substantiva da educação, que se preocupe em definir objetivos educacionais em um sentido mais específico, asseverando o objetivo educacional mais geral, está contida na conceituação de educação, a saber, fazer com que o indivíduo adquira domínio e compreensão de conteúdos considerados valiosos, dentro do foco e procura pelos mais variados campos do conhecimento humano.

Neste contexto, verifica-se a demanda para os cursos mais procurados das áreas de Ciências Humanas e Ciências Tecnológicas na UFPB/COPERVE-PSS — Processo Seletivo Seriado referente aos concursos realizados no período de 2002 a 2009, como se verifica:

TABELA 1 - Demanda dos 4 (quatro) cursos mais procurados nas áreas de humanas e tecnológicas – UFPB/João Pessoa

ÁREA	HUMANAS	QUANT.	TECNOLÓGICA	QUANT.
2002	COMUNICAÇÃO SOCIAL	5.199	CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO	850
	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	3.547	ENGENHARIA CIVIL	821
	ADMINISTRAÇÃO	3.018	ENGENHARIA MECÂNICA	693
	HISTÓRIA	2.663	ARQUITETURA / URBANISMO	609
	TOTAL	14.427	TOTAL	2.973
ÁREA	HUMANAS	QUANT.	TECNOLÓGICA	QUANT.
2003	Administração	2.724	Engenharia Civil	819
	Ciências Econômicas	2.324	Ciências da Computação	728
	Direito	2.314	Engenharia Mecânica	725
	Psicologia	1.534	Química Industrial	606
	TOTAL	8.896	TOTAL	2.878

Fonte: UFPB/COPERVE – PSS anos 2002 a 2009.

continua/ continua

ÁREA	HUMANAS	QUANT.	TECNOLÓGICA	QUANT.
ANO				
2004	PEDAGOGIA	2.826	ENGENHARIA MECÂNICA	763
	ADMINISTRAÇÃO	2.612	ENGENHARIA CIVIL	762
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	2.397	CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO	696
	DIREITO	2.224	ARQUITETURA / URBANISMO	557
	TOTAL	10.059	TOTAL	2.778
ÁREA	HUMANAS	QUANT.	TECNOLÓGICA	QUANT.
ANO				
2005	DIREITO	1.711	CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO	645
	ADMINISTRAÇÃO	1.674	ENGENHARIA CIVIL	540
	COMUNICAÇÃO SOCIAL	1.346	ENGENHARIA MECÂNICA	522
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	1.204	ARQUITETURA / URBANISMO	378
	TOTAL	5.935	TOTAL	2.085
ÁREA	HUMANAS	QUANT.	TECNOLÓGICA	QUANT.
ANO				
2006	DIREITO	2.140	CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO	706
	ADMINISTRAÇÃO	1.702	ENGENHARIA MECÂNICA	631
	COMUNICAÇÃO SOCIAL	1.603	ENGENHARIA CIVIL	574
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	1.390	ARQUITETURA / URBANISMO	516
	TOTAL	6.835	TOTAL	2.427

Fonte: UFPB/COPERVE – PSS anos 2002 a 2009.

continua/conclusão

ÁREA	HUMANAS	QUANT.	TECNOLÓGICA	QUANT.
ANO				
2007	DIREITO	1.782	CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO	629
	ADMINISTRAÇÃO	1.721	ENGENHARIA MECÂNICA	529
	COMUNICAÇÃO SOCIAL	1.173	ENGENHARIA CIVIL	492
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	1.086	ARQUITETURA / URBANISMO	444
	TOTAL	5.762	TOTAL	2.094
ÁREA	HUMANAS	QUANT.	TECNOLÓGICA	QUANT.
ANO				
2008	DIREITO	1.770	CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO	837
	ADMINISTRAÇÃO	1.629	ENGENHARIA CIVIL	629
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	1.067	ARQUITETURA / URBANISMO	530
	COMUNICAÇÃO SOCIAL	1.044	ENGENHARIA MECÂNICA	524
	TOTAL	5.510	TOTAL	2.520
ÁREA	HUMANAS	QUANT.	TECNOLÓGICA	QUANT.
ANO				
2009	ADMINISTRAÇÃO	1.813	ENGENHARIA CIVIL	821
	DIREITO	1.779	CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO	714
	COMUNICAÇÃO SOCIAL	1.120	ARQUITETURA	553
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	948	ENGENHARIA MECÂNICA	468
	TOTAL	5.560	TOTAL	2.556

Fonte: UFPB/COPERVE – PSS anos 2002 a 2009.

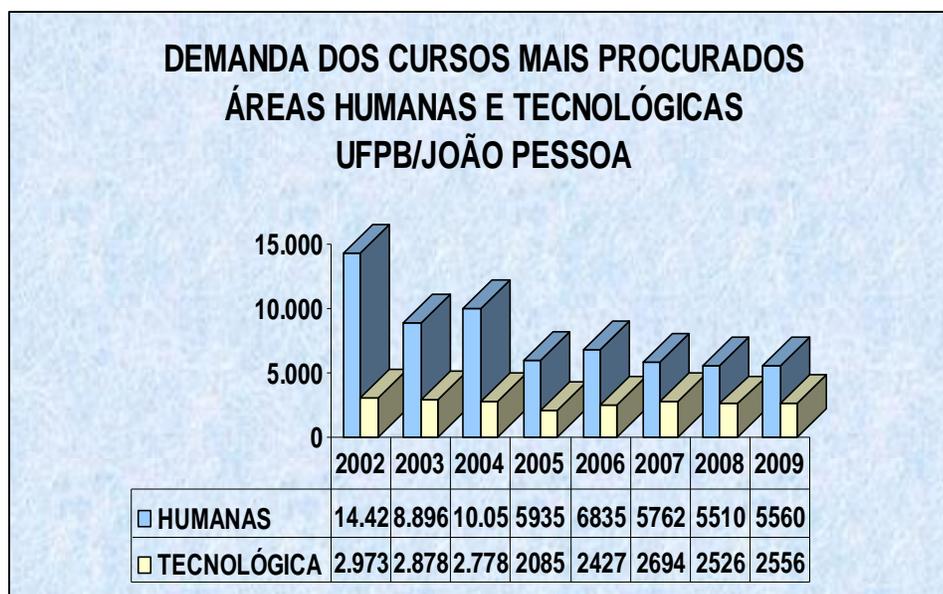


GRÁFICO I.1 – Demanda comparativa dos cursos mais procurados

Fonte: UFPB/COPERVE – PSS anos 2002 a 2009.

Pela atual LDB, nos artigos 36, parágrafo 2º, 39º e 49º estipulam em três níveis a educação profissional: básico, técnico e tecnológico, respectivamente, objetivando formar profissionais, qualificar, reprofissionalizar, especializar, aperfeiçoar e atualizar os trabalhadores em seus conhecimentos tecnológicos visando sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.

A educação profissional de nível técnico abrange ainda cursos ou módulos complementares de especialização, aperfeiçoamento e atualização de pessoal já qualificado ou habilitado nesse nível de educação profissional. São formas de complementação da própria formação vinculadas às exigências e realidades do mercado de trabalho.

O Decreto Federal nº. 2.208/97 que regulamentou o ensino técnico e tecnológico instituído na LDB, foi revogado em parte pelo Decreto nº 5.154/2004. Este novo dispositivo caracterizou ‘articulação’ como nova forma de relacionamento entre a educação profissional técnica de nível médio, mantendo a organização curricular para a educação profissional de nível técnico de forma independente e articulada ao ensino médio, acrescentando no ensino técnico a forma integrada ao ensino médio objetivando se adequar às tendências do mundo do trabalho.

Um exercício profissional competente implica em um efetivo preparo para enfrentar situações esperadas e inesperadas, previsíveis e imprevisíveis, rotineiras e inusitadas, em condições de responder aos novos desafios profissionais, que demonstre senso de responsabilidade, espírito crítico, auto-estima compatível, autoconfiança, sociabilidade, firmeza e segurança nas decisões e ações, capacidade de autogerenciamento com autonomia e disposição empreendedora, honestidade e integridade ética.

1.4 O Curso Profissionalizante Técnico de Nível Médio Subsequente

A LDB e o Decreto nº 5.154/2004 especificam para o ensino médio percursos metodológicos e princípios de articulação/integração da educação profissional de nível médio e o ensino médio, para tanto, é importante reconhecer o conjunto das finalidades do ensino médio de acordo com a determinação do artigo 35 da LDB, abaixo:

“Inciso I - Consolidação e aprofundamento dos conhecimentos do ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos.

Inciso II - Preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores.

Inciso III - Aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

Inciso IV – A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos relacionando a teoria com a prática no ensino de cada disciplina”. (Lei Federal nº 9.394/1996 – art. 35)

Na composição desse processo, também é importante resgatar a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos do processo produtivo, a LDB insere a experiência cotidiana e o trabalho no currículo do ensino médio como elementos que facilitarão a tarefa educativa de explicitar a relação entre teoria e prática.

Desta forma, é importante compreender os processos produtivos enquanto todos os bens, serviços e conhecimentos com os quais o aluno se relaciona no seu dia-a-dia bem como àqueles processos com os quais se relacionará mais sistematicamente na sua formação profissional, para fazer a integração entre as duas propostas de formação, resultando no

entendimento, mais significativo para o estudante, de como a prática no processo produtivo está vinculada à teoria fundamentos científico-tecnológicos.

Do mesmo modo o Parecer CNE/CEB nº 15/98 indica que a duplicidade de preparar para a continuidade de estudos e habilitar para o exercício de uma profissão é reforçada pelo fato da conclusão do ensino fundamental coincidir com o período em que os jovens buscam identificar seus projetos de vida, e tais projetos estão determinados por fatores condicionantes, históricos, como as condições sócio-econômicas, a família, a individualidade dos sujeitos, etc., que podem garantir ou não a continuidade de estudos.

Neste propósito a organização curricular aprovada em março de 2006 pelo Conselho Diretor do extinto CEFET/PB, atual IFPB, determina a estruturação do curso Técnico em Edificações na modalidade subsequente em forma modular e implantou a concentração de disciplinas em fases, abordando os módulos de Execução de Obras, Manutenção Predial, Planejamento e Projeto de Edificações.

O curso possuindo assim quatro módulos, correspondendo um semestre para cada módulo, onde ao término de dois anos e se aprovado em todos os módulos o aluno obtém o Diploma de Técnico em Edificações. O primeiro semestre é de nivelamento composto por disciplinas conforme a TABELA 18 (da grade curricular) e ainda conteúdos sobre Meio Ambiente, Conceitos de administração e Legislação. O segundo módulo é Execução de Obras, o terceiro é Manutenção Predial e o último é de Planejamento e Projetos.

Provocado por este pesquisador sobre as estatísticas quanto a alunos que ingressaram, permaneceram, se evadiram ou se formaram, Feliciano (2008, p. 06) retrata os dados CEFET-PB em seu relatório conclusivo sobre a 'Concorrência, Resposta a Demanda e Relação Concluintes/alunos' em referência a série histórica: 2005, 2006 e 2007 com vários dados, os quais montamos para melhor entendimento a Tabela 02 a seguir, sobre o Curso de Nível Médio Subsequente de Técnico em Edificações.

TABELA 2 – Situação do curso técnico de edificações no IFPB

Período	Vagas	Concorrência	Nº de Alunos matriculados	Nº de Alunos Concluintes	Evasão
2005.1	80	3,11	332	03	X
2005.2	80	3,10	359	0	50
2006.1	40	7,75	488	21	(89)
2006.2	80	3,86	367	34	180
2007.1	40	2,60	365	49	8
2007.2	80	3,74	293	17	103
TOTAL	400	x	x	124	252

Fonte: Dados da Pesquisa

Os dados do INEP/CENSO-2008 referente ao Censo Escolar 2008 correspondente ao Exercício 2007 para a Educação Profissional demonstra a seguinte evolução de matrículas:

TABELA 3 – Comparação de matrículas da educação profissional

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	MATRÍCULAS		DIFERENÇA E VARIAÇÃO PERCENTUAL	
	2007	2008	Diferença	Variação %
Brasil	693.610	795.459	101.849	14,70
Nordeste	74.707	76.917	2.210	3,00
Paraíba	7.513	7.696	183	2,40

Fonte: MEC/INEP/DEED – CENSO ESCOLAR 2008.

Estes dados demonstram que no Brasil a Educação Profissional saltou de 693.610 matriculados em 2007 para 795.459 em 2008, evoluindo em 14,7%. Na Paraíba, a Educação Profissional teve um aumento percentual de 2,4% com o acréscimo de 183 alunos. Os números referentes à Educação Profissional Paraibana foram positivos se pensarmos que até se reduziu o número de alunos matriculados na Educação Básica passando de 1.149.898 para 1.142.968 com a perda de 6.930 alunos, retração de 0,6%. No Ensino Médio, a Paraíba passou de 155.277 para 154.209, reduzindo em 1.068 estudantes, uma perda de 0,7%.

Parece-nos que, conforme assevera o Ministro Haddad (2008, p. 37) “Esse arranjo pode abrir excelentes perspectivas para o ensino médio, hoje em crise aguda”, e não vem se configurando como uma excelente saída para o aluno que deseja sua profissionalização de Nível Médio após a conclusão deste ensino, visto a existência de elevada evasão quando apenas um dentre os três alunos conseguem concluir e obter a certificação. Esta elevada

evasão não é um caso particular da Paraíba, acontece também em outros Estados da Federação, vejamos:

“A brusca redução de vagas para o ensino médio reforça ainda mais a exclusão social em um país onde esse nível de ensino ainda atende apenas cerca de 25% da faixa de jovens entre 15 e 18 anos. A ênfase na concomitância externa precariza a formação profissional porque impossibilita articular os conhecimentos científicos, tecnológicos e histórico-sociais. Como consequência da reforma, o CEFET-MG sinaliza um aumento vultoso da evasão escolar da instituição, cerca de 25% a 50% em alguns cursos”. (Anais do Seminário de Educação Profissional de 2003-A educação profissional como uma política pública e o papel do Estado. Dados S1ND-CEFET-MG E S1ND-CEFET-PR, 2000. p. 5).

E também se registra evasão no CEFET- Paraná:

“A reforma da educação Profissional implicou a redução do número de matrículas no ensino profissional e também o crescimento da evasão. Nos cursos de concomitância interna, os estudantes priorizam o ensino médio e evadem do ensino técnico”. (Anais do Seminário de Educação Profissional de 2003. A Gestão Democrática da Educação Profissional, 2003. p. 103)

Desta forma, talvez a elevada evasão seja porque nem todos os jovens reúnem as condições necessárias para postergar o desafio da sobrevivência material para depois da conclusão do curso, uma vez que precisam arcar com sua subsistência precocemente, demandando sua inserção no mercado de trabalho, durante ou imediatamente depois do ensino médio. Esta elevada evasão do Curso Técnico de Nível Médio Subseqüente, quando dois dentre três alunos abandonam o curso. Ao nosso olhar, entendemos que não significa a exclusão, necessariamente, da continuidade dos estudos, mais sim, necessidades de sobrevivência e continuação em outro momento.

1.5 Ensino Médio Integrado ao Ensino Técnico Profissionalizante

O governo Lula (2003-2010) significou, grosso modo, a possibilidade do projeto nacional popular comprometido com reformas estruturais como estatui o PDE, entretanto conforme analisa Frigotto, Ciavata e Marise Ramos (2005, p. 14) o:

“que se explicita é a continuidade da política econômica monetarista centrada no ajuste fiscal e a reedição de políticas focalizadas no campo social e educacional, um aborto de um século de lutas de forças heterogêneas para construir um projeto de desenvolvimento nacional popular de inclusão. A revogação do Decreto nº 2.208/97, no projeto do governo Lula, significava uma espécie de ícone do caráter autoritário e mercantilista das reformas educacionais de FHC”.

Esses autores, Frigotto, Ciavata e Marise Ramos, participantes ativos ao longo de dois anos no processo de revogação do Decreto 2.208/97 e aprovação do Decreto nº 5.154/2004 em sua coletânea “Ensino médio integrado: concepções e contradições” na qual enfatizam como sempre, a direção que esta legislação vai assumir depende da correlação de força em disputa na sociedade e do discernimento do que está em jogo. Buscam trazer elementos políticos e teóricos para favorecer o discernimento para mudanças que não reeditem a modernização conservadora na sociedade e na educação.

Nessa perspectiva, defendem dois pressupostos básicos, o primeiro a luta pelo ensino médio como um direito social universal, na perspectiva da escola unitária e da educação politécnica, pressupondo ultrapassar o impasse que é estrutural e demanda reformas sociais de base, o segundo diz respeito à educação básica, como condição indispensável para a formação profissional que corresponda aos requisitos das mudanças da base técnica da produção e para a emancipação do trabalhador. No sentido de nos fazer entender que, ainda, não desfrutamos das condições estruturais ideais para a implantação do modelo de escola unitária e de educação politécnica, mas que temos no ensino médio integrado uma proposta de travessia, imposta pela realidade de milhares de jovens que têm direito ao ensino médio pleno e, ao mesmo tempo, necessitam se situar no sistema produtivo.

Conforme CEFET-PB/COMPEC (2008) demonstra em dados de um modelo histórico compreendido entre os anos de 2006 a 2009, detalhado na Tabela 4, se mostra que parece ser o ensino médio seqüencial menos atraente ao alunado do que o ensino médio integral, o qual este aponta ser o caminho preferido para que a síntese entre a formação geral e a formação profissional de nível médio se materialize, conforme:

TABELA 4 - Demanda do concurso público - área construção civil – curso técnico de edificações

ANO	INTEGRADO			SEQÜENCIAL		
	Vagas	Candidatos	Concorrência	Vagas	Candidatos	Concorrência
2006	40	654	16,35	120	619	5,16
2007	40	295	7,38	120	403	3,36
2008	40	438	10,95	120	317	2,24
2009	33	622	18,85	66	393	6,05

Fonte: CEFET-Pb/COMPEC - Comissão Permanente de Concursos – 2006 a 2009.

Nota – No ano de 2009 ocorreu a divisão de vagas, com cotas para alunos proveniente das escolas públicas e privadas e também para os portadores de necessidades especiais.

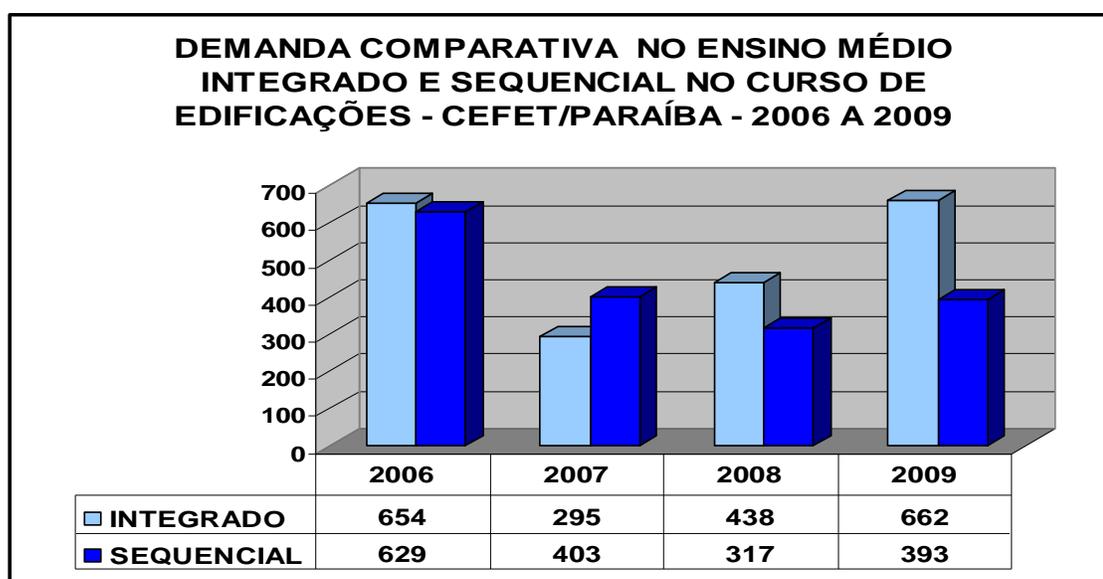


GRÁFICO I.2 – Demanda comparativa no ensino médio integrado e seqüencial no curso de edificações – CEFET/PARAÍBA – 2006 a 2009

Fonte: CEFET-Pb/COMPEC - Comissão Permanente de Concursos – 2006 a 2009.

No entanto, para uma melhor compreensão de que se faz necessário visualizar o Gráfico I.2 onde mostra a concorrência entre os ensinos seqüencial e integrado e realizando uma sua comparação podemos nós educadores comecemos, desde já, a tarefa de pensar e repensar a educação, o conhecimento, o ensino, como possibilidades permanentes das práticas humanas, no cotidiano dos indivíduos, dentro e fora da escola formal, sob a ótica da profissionalização, do emprego e da geração de renda para a sobrevivência.

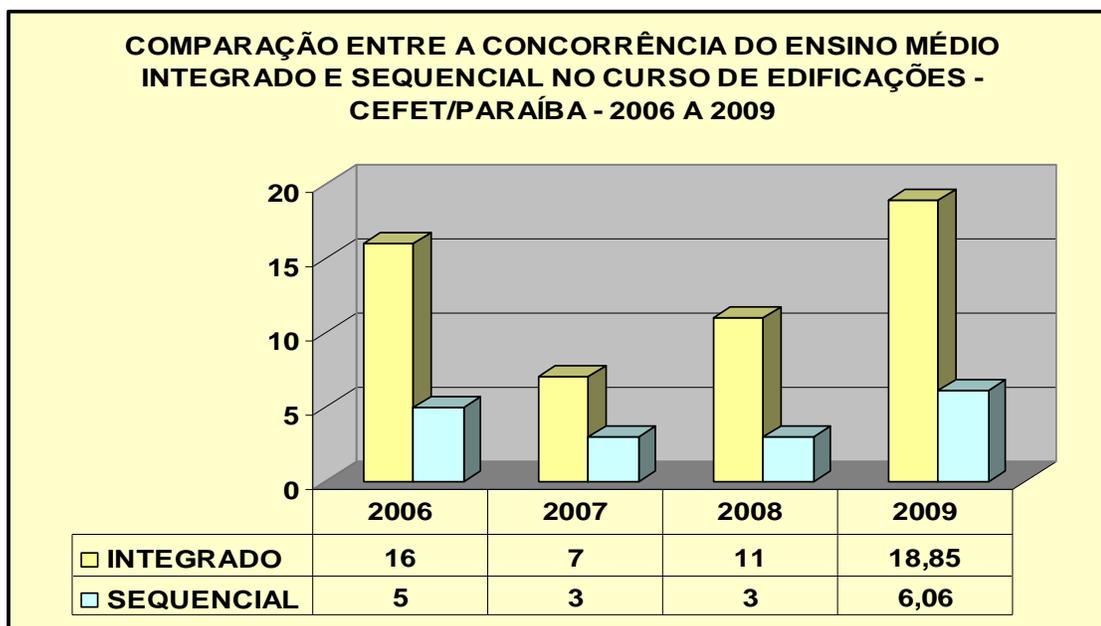


GRÁFICO I.3 – Comparação entre a concorrência do ensino médio integrado e sequencial no curso de edificações – CEFET/PARAÍBA – 2006 A 2009

Fonte: CEFET-Pb/COMPEC - Comissão Permanente de Concursos – 2006 a 2009

Devemos pensar que a busca pelo ensino integrado verificado pelos números e gráficos demonstra a esta elevada demanda pelo ensino integral em comparação ao ensino sequencial se deve pela facilidade de uma matrícula única e com certificação única e ainda por que é oferecida uma profissionalização em condições estruturais ao modelo de escola unitária e de educação politécnica.

O pensamento em uma sociedade educativa, onde se articulem as práticas formais, não-formais e informais de educação sem a perspectiva do trabalho, emprego e geração de renda, seria estabelecer uma dicotomia entre as concepções educacionais de uma formação para a cidadania e outra para o mundo do trabalho, ou de um tipo de formação para o trabalho intelectual e de outro tipo para o trabalho técnico e profissional contrariamente a isso afirma Marise Ramos:

“No currículo que integra formação geral, técnica e política, o estatuto de conhecimento geral de um conceito está no seu enraizamento nas ciências como ‘leis gerais’ que explicam fenômenos. Um conceito específico, por sua vez, configura-se pela apropriação de um conceito geral com finalidades restritas a objetos, problemas ou situações de interesse produtivo. A tecnologia, nesses termos, pode ser compreendida como a ciência apropriada com fins produtivos. Em razão disto, no currículo integrado nenhum

conhecimento é só geral, posto que estrutura objetivos de produção, nem somente específico, pois nenhum conceito apropriado produtivamente pode ser formulado ou compreendido desarticuladamente da ciência básica”. (Ramos, 2005, p. 120).

Sendo integral o ser humano, deve então ser uma condição necessária para se fazer a travessia para uma nova realidade educacional e social como afirma Frigotto (2005, p. 77)

“Há uma travessia complexa e contraditória a fazer. Travessia que implica atuar sobre a realidade até aqui produzida e buscar formas de mudanças estruturais que a modifiquem radicalmente. Ou seja, não se superam as desigualdades no âmbito educativo e cultural sem, concomitante-mente, superar a materialidade de relações sociais que as produzem.”

Ele nos evidencia que no interior da sociedade capitalista, ideologia dominante tem efetivado conexões de forma linear ou invertida, na relação entre produção, consumo e educação, mascarando as relações assimétricas de poder e de mecanismos estruturais que produzem e mantêm a desigualdade.

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) fazem uma provocação para que os docentes do ensino médio aprofundarem a compreensão do trabalho na sua dimensão de criação do ser humano (ontocriativo) e nas formas históricas que o trabalho assume nas sociedades de classes; da globalização do capital que tem como resultado a concentração de riqueza na mão de poucos e o aumento da pobreza e da miséria. Mostra a perda de nossa capacidade ‘civilizatória’ quando são destruídos um a um os direitos sociais conquistados pelos trabalhadores, a degradação cada vez maior do meio ambiente; do desemprego estrutural provocado pelas políticas neoliberais e pelo desenvolvimento centrado na incorporação de ciência e tecnologia.

Desenhando um quadro de desestabilização dos trabalhadores estáveis, de instalação da precariedade do emprego, e do aumento crescente do exército de reserva disfuncional à acumulação capitalista, bem como a compreensão da relação da educação básica de nível médio e nível médio integrado com o mundo do trabalho e do emprego na produção, no sentido de desenvolver os fundamentos das diversas ciências que facultem aos jovens a capacidade analítica tanto dos processos técnicos que induz o sistema produtivo quanto das relações sociais que regulam a quem e quantos se destina a riqueza produzida.

Retrata Marise Ramos (2005, p. 106-127) que na formação integrada demanda que se busquem alicerces do pensamento e da produção da vida além das práticas de educação profissional e das teorias da educação propedêutica que treinam para o vestibular. Essa concepção compreende que as disciplinas escolares são responsáveis por permitir apreender os conhecimentos já construídos em sua especificidade conceitual e histórica. Importa que não se percam os referenciais das ciências básicas, de modo que os conceitos possam ser relacionados interdisciplinarmente, mas também no interior de cada disciplina.

Destaca, ainda Marize Ramos (2005), que a integração exige que a relação entre conhecimentos gerais e específicos seja construída continuamente ao longo da formação, se sob o eixo do trabalho, da ciência e da cultura. Entretanto, numa sociedade complexa como a nossa ganha relevo o conceito de cultura e com foco na educação profissional, quando articulamos a ele outras categorias que são relevantes para compreensão da realidade atual, como, por exemplo, as relações de poder, as classes sociais, as relações de gênero, a diversidade etno-racial, que perpassam e dão contornos os mais variados à sociedade contemporânea.

Portanto, a esse espírito científico cabe incorporar a cultura científica à cultura das humanidades, como diz Morin (2003, p. 33): “Uma cabeça bem-feita, que acabe com a disjunção entre as duas culturas, daria capacidade para se responder aos formidáveis desafios da globalidade da complexidade na vida quotidiana, social, política, nacional e mundial.” Para efetivação da integração curricular em tela depende do envolvimento dos docentes e das relações que se estabelecem na escola.

Considerando que o Decreto nº 5.154/2004 postula a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos em que se dá a preparação para o trabalho. Significa enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos.

Novamente Marize Ramos (2005, p. 122) destaca ser necessária a importância das escolas produzirem, dentro de suas realidades e de forma participativa, seus currículos e propostas político-pedagógicas, cuja política curricular é um processo de seleção e de produção de saberes, de visões de mundo, de habilidades, de valores, de símbolos e significados e destacamos que a montagem dos currículos acadêmicos devem ocorrer em respeito à complexidade que o tema exige:

“A despeito da complexidade política e pedagógica que caracteriza o tema, o que ocorreu foram discussões aligeiradas e, por vezes, encaminhamentos para a organização do ensino médio em três séries anuais, seguidas por mais um ano de estudos profissionalizantes. Reiteramos que a sobreposição de disciplinas consideradas de formação geral e de formação específica ao longo de um curso não é o mesmo que integração, assim como não o é a adição de um ano de estudos profissionais a três de ensino médio. A integração exige que a relação entre conhecimentos gerais e específicos seja construída continuamente ao longo da formação, sob os eixos do trabalho, da ciência e da cultura”. (Ramos, 2005, p. 122).

Assim, entendemos que o ensino integrado pode atuar como compromisso ético-político de preparação de jovens das classes trabalhadoras para ganhar autonomia no mundo do trabalho e para ter condições de prosseguir os estudos.

Nesse sentido, concluímos como assevera Morin (2000, p. 35) que:

"[...] o conhecimento do mundo como mundo é necessidade ao mesmo tempo intelectual e vital. É o problema universal de todo cidadão do novo milênio: como ter acesso às informações sobre o mundo e como ter a possibilidade de articulá-las e organizá-las? [...] Para articular e organizar os conhecimentos e assim reconhecer e conhecer os problemas do mundo é necessário a reforma do pensamento. Entretanto, esta reforma é paradigmática e não programática: é a questão fundamental da educação, já que se refere à nossa aptidão para organizar o conhecimento."

1.6 O Mundo do Trabalho e o Técnico de Nível Médio em Edificações em João Pessoa /Paraíba

Para Scocuglia (2003, p. 13) a importância do contexto trabalho nos PCN do ensino médio, afirmando que isso vem projetado desde a revolução industrial, passado os séculos XIX e XX, que tinha como vetor o sistema fabril, modificou-se e mostra-se declinante no início deste século, com tendência instituída para o setor de serviços, evidenciando importância econômica de um novo mundo do trabalho, uma chamada nova revolução técnico-industrial, viabilizada pelas tecnologias da comunicação e da informação, alerta ainda para os velhos problemas, como a extrema desigualdade que preside as relações sociais e as oportunidades educacionais.

O CAGED/2004 referente à Dezembro de 2004 mostrava em relação ao emprego formal, aquele em que o trabalhador possui carteira assinada, que o Brasil tinha 79,3 milhões

pessoas trabalhando, onde apenas 31,7 milhões, algo próximo de 40% tinha emprego formal e estava protegido pelas Leis trabalhistas e previdenciárias, o restante 47,5 milhões estavam desprotegidos, assentava-se na informalidade e se tornava para as autoridades uma preocupação central quando estes números, pois tendia a aumentar em proporção direta a não recuperação dos postos de trabalho perdidos e o elevado número de 8,5 milhões de pessoas desempregadas indicava o desemprego como um fator alarmante e agravante da desagregação do tecido social, o que induziu na época o Governo Lula a incluir em seus planos para um provável segundo mandato a meta de criar 2 milhões de empregos ao ano.

Destacava Camargo (1996, p. 95) que durante a década de 90, do século passado, o mercado de trabalho brasileiro sofreu transformações significativas, resultantes, seja do processo de ampliação do grau de abertura da economia, ou seja, do processo de reestruturação produtiva. Mostra que os efeitos dessas mudanças são sentidos no volume e na composição do emprego. Isto é, pelo declínio do emprego formal na maior parte do período, particularmente do emprego industrial, e pelo crescimento do emprego informal. Ramos (2003, p. 65) observa que só no final dos anos 90, aparece a retomada do crescimento do emprego formal.

Diz Moreira (2006, p. 05) que o mercado de trabalho de João Pessoa, apresentou aspectos bem individualizados em relação ao nível do emprego na Construção Civil e que não acompanhou o desempenho do mercado de trabalho formal de João Pessoa, e não seguiu integralmente a dinâmica nacional, seja em relação à taxa de crescimento, seja em relação à periodização.

Para Moreira (2006, apud Albuquerque e Targino, 2000) quanto à característica do emprego da Construção Civil constitui um segmento bastante diferenciado em relação ao conjunto do mercado de trabalho. Com efeito, apresenta características que a individualiza de modo marcante, como pode ser visto pela análise da RAIS/2004 com as variáveis: sexo (predominantemente masculino), idade (entre os 21 e 40 anos), baixa escolaridade, baixa remuneração e baixo tempo de permanência no emprego, e trabalham junto às empresas com 5 a 29 pessoas. Demonstra ainda que estivesse ocupado em nível de Brasil no segmento Construção de Edifícios em 31.12.2004 o quantitativo de 195.203 elementos.

Apontava SINDUSCON/JP (2005) em seu Estudo Sobre o Mercado Imobiliário com referência a Julho/2005 em relação ao IVV - Índice de Velocidade de Vendas, na promoção de análise situacional de estoque imobiliário ainda não comercializado e a disposição do

mercado, o qual os estudos são promovidos em relação aos dados fornecidos por seus associados e ao concluir, tem-se um índice obtido congregando representatividade em 23,07% do mercado imobiliário local, indica a metodologia ser os dados absolutamente confiáveis, onde transcrevemos:

TABELA 5 – Estoque de unidades na construção civil em João Pessoa

MÊS	N° UNIDADES OFERTADAS		EMPREGADO SOB O ESTOQUE	% VELOCIDADE DE VENDAS	
	Residência	Comércio		Res.	Com.
MAR/03	750	14	1239	4,9	7,1
ABR/03	746	14	1252	4,6	7,1
MAI/03	759	24	1288	4,8	4,2
JUN/03	749	23	1381	2,4	0
JUL/03	717	26	1179	3,1	0
AGO/03	649	30	1255	1,4	0
SET/03	471	28	845	3,5	7,1
OUT/03	698	24	1309	2,2	0
NOV/03	602	13	923	2,6	0
DEZ/03	498	14	815	1,1	0
JAN/04	382	13	732	2,9	0
FEV/04	319	3	553	3,4	33,3
MAR/04	342	3	488	3,3	0
ABR/04	455	9	627	3,8	0
MAI/04	508	17	782	3,5	0
JUN/04	489	17	783	2,4	5,9
JUL/04	437	18	746	1,5	5,6
AGO/04	418	17	735	0,4	0
SET/04	353	9	539	0,6	11,1
OUT/04	383	8	605	0,7	0
NOV/04	333	8	445	1,2	0
DEZ/04	447	8	516	0,8	0
JAN/05	455	8	501	2,5	0
FEV/05	326	8	401	1,0	0
MAR/05	193	1	219	4,1	0
ABR/05	180	1	219	0,2	0
MAI/05	205	3	341	0,7	0
JUN/05	202	3	343	0,8	0
JUL/05	196	3	353	2,1	0

Fonte: SINDUSCON/JP – RELATÓRIO DO IVV – REF.: JULHO/2005

Demonstra o relatório IVV a diminuição do estoque de unidades a disposição do mercado e em consequência uma diminuição no número de empregados sem atividade laborativa, sendo uma condição ideal aquela em que tudo que se produz seja imediatamente vendido. Verifica-se ser excelente o crescimento demonstrado pelo IVV indicando dinamismo desta atividade econômica quando passa a incorporar ao mercado de trabalho apenas no

período de Março/2003 a Julho/2005 o número de 936 novos elementos na força de trabalho representativa de 23,07% o que equivale à geração de 4.057 novos empregos na construção nesta cidade em estudo, somente em 29 meses o que resultou em 140 novos empregos ao mês.

Se existe um real crescimento do quadro de pessoal para a execução das obras, obviamente também existe um crescimento e a necessidade de técnicos para administrar este grupo de novos operários. Assim entendemos ser bastante oportuno estudar as razões do baixo número de alunos que ingressam nos cursos profissionalizantes na área do conhecimento tecnológico da Construção Civil no município de João Pessoa, por constituir em importante elemento para o mercado de trabalho na indústria da Construção Civil.

CAPÍTULO II

PAINEL GERAL DA PESQUISA

Procuramos orientar os motivos que nos levam a executar esta pesquisa e tentamos oferecer resposta às nossas inquietações para formação técnica no ensino médio, sendo um estudo representativo sobre as principais causas da pequena demanda de alunos no curso profissionalizante de técnico em edificações em João Pessoa/PB, utilizando metodologia de abordagem quantitativa que ao nosso entender condiz com os objetivos demandados.

2.1 Justificativa

A nossa preocupação prende-se ao fato de que a Construção Civil tem encontrado crescente e amplo mercado em João Pessoa, e sendo, capital do Estado, muitos recursos públicos são investidos em infraestrutura urbana e outros programas sociais. Contudo, os profissionais técnicos em edificações de nível médio têm escasseado nas obras de construção de edificações. Sendo professores, encontramos nas salas de aulas um baixo número de aluno semestralmente, e se mostra que este alunado vem diminuindo quantitativamente a cada período, com isso demonstrando uma pouca procura pelos cursos profissionalizantes na área desta técnica e mais especificamente no campo da Construção Civil na cidade de João Pessoa.

Em contraponto, andando no dia-a-dia da cidade, verifica-se (no período de Julho de 2005) que as obras de Construção de Civil em João Pessoa apresentam crescimento no número de novas obras de construção e principalmente na construção de grandes edifícios de uso residencial indicando uma maravilhosa e acelerada verticalização da cidade, conforme dados do Sindicato da Indústria da Construção de João Pessoa — SINDUSCON/JP, em seu relatório do índice de velocidade de vendas — IVV referente ao mês de JULHO/2005 apresenta crescimento com ampliação anual de 27,51% e nos últimos dois anos e seis meses acumularam crescimento de 66,50% com geração de emprego e riquezas, com ampliação do desenvolvimento local.

A Construção Civil no Brasil apresenta-se como uma indústria dinâmica e com grande capacidade de gerar empregos indicando uma forte presença na economia, assim aponta estudo do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE sobre as características do emprego formal no Brasil, constante na Relação Anual de Informações Sociais referente ao exercício de 2007 (MTE/RAIS, 2007), sendo sua participação em 4,3% no mundo do emprego formal, conforme Tabela 6 a seguir.

TABELA 6 – Estoque de empregos e formais

ANO	2006		2007	
	Todos os setores	Construção civil	Todos os setores	Construção civil
Brasil	35.155.249	1.393.446	37.607.430	1.617.989
Participação	100,00 %	3,96 %	100,00%	4,30%
	Crescimento em comparação 2006		6,97%	16,11%
Paraíba	450.720	15.756	475.751	18.621
Participação	100,00%	3,49%	100,00%	3,91%
	Crescimento em comparação 2006		5,55%	18,18%

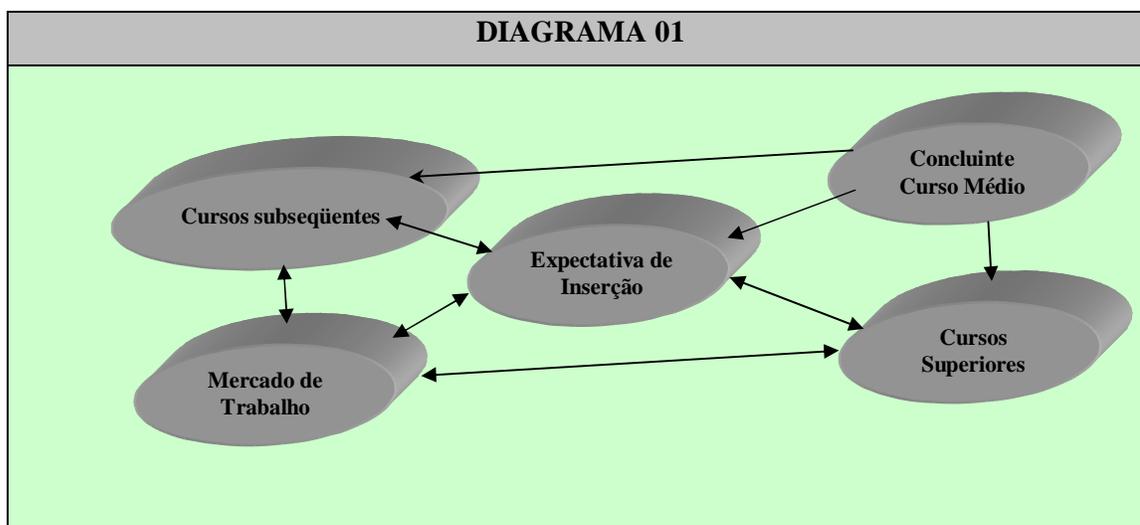
Fonte: MTE/RAIS (BRASIL, 2007)

Verifica-se que não só no âmbito nacional mas também no local que a atividade econômica da Construção Civil na Paraíba em 2006 apontava para 15.756 empregos formais e passando para 18.621 em 2007, com elevação de 18,18%, registramos o crescimento do emprego local, que foi superior ao crescimento nacional que apontava para 16,11%. Demonstra ser a Indústria da Construção Civil um mercado de trabalho tipicamente de pessoas do sexo masculino de baixa remuneração (2006 com média de R\$ 578,64 passando em 2007 para R\$ 623,72) mostrando crescimento de 7,81%, mesmo assim, a remuneração representa 68,46% abaixo da média nacional.

Na Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar — PNAD referente ao exercício 2003 apontava que entre 1993-2003 ocorreu substancial melhora da educação brasileira, quando passamos da média nacional de 5 (cinco) anos de permanência na escola para 6,4 (seis vírgula quatro) anos. Convenhamos que 6,4 anos em uma sociedade moderna como a nossa, é muito pouco. E para o grupo de jovens entre 20 e 24 anos apontava para apenas 8,5 anos de estudos escolares.

Aquele PNAD/2003 mostrava também que a proporção de brasileiros que tem 11 anos ou mais de estudos passou de 14,4% em 1993 para 24,9% em 2003, e com isso podemos dizer que este percentual é baixo, quando apenas um entre quatro brasileiros termina o ensino médio ou superior, enquanto em alguns países desenvolvidos como a Suécia, Estados Unidos ou Japão, a realidade é outra, mais da metade da população adulta tem posse do diploma universitário.

Percebe-se que há uma precariedade do nosso sistema educacional, quando quase 25% (apenas 24,9%) dos brasileiros chegam ao nível do ensino médio, outros 75% ficam no mundo da exclusão, no desemprego prolongado ou no trabalho precário e conforme o PNAD/2007 demonstrou a manutenção desta precariedade, em vista do pequeno crescimento no número de alunos que conseguem concluir o ensino médio, quando em 2003 era de 24,9% e em 2007 passou a ser de 26,7%. Um agravante se mostrava no PNAD/2003 quando comparado com PNAD/2007, trata-se do quadro do analfabetismo entre as pessoas com 15 anos ou mais, os quais os dados apontam para 11%, ou seja, algo como 14,5 milhões de pessoas não possui qualquer instrução escolar.



FONTE: A visão deste pesquisador

Entendemos que a Construção Civil possui capacidade de admitir trabalhadores com origem em grupos sociais sem ou com poucas oportunidades educacionais, incluindo-os na proteção da Previdência Social e levando-os a participarem ativamente como força produtiva, inserindo-os no crescimento econômico, industrial e financeiro brasileiro.

Em 22 de janeiro de 2007 o Governo Federal tentando destravar a economia sob a justificativa de que os institutos de pesquisas econômicas apontavam para economia brasileira um baixo ritmo de crescimento se mostrando quase vegetativo, variando entre 2% a 3% nos últimos 20 anos, em contrapartida nossa população havia dobrado em 30 anos. Como saída para esta condição de estagnação foi lançado o PAC — Programa de Aceleração do Crescimento e foi bem aceito pela sociedade e também por organismos internacionais.

Este programa prevê que, até o fim do segundo mandato do presidente Lula (2007-2010), cerca de 24,5 milhões de pessoas passarão a contar com abastecimento de água e 25,4 milhões com coleta adequada de esgoto. Se esses números forem de fato alcançados, em quatro anos o país asseguraria água a 87% da população e esgoto a 77%, cumprindo assim as metas de 83% e 77%, respectivamente. A ONU/PNUD — Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento se posicionou esperançoso quanto ao PAC, mostrando que agora o Brasil deve atingir os 8 (oito) ODM — Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e em especial os das áreas de esgotos sanitários e habitação.

O novo programa possui metas concretas para saneamento com implantação de sistemas de água e esgoto e também tenta atingir o atual déficit habitacional de 6 (seis) milhões de moradias para os brasileiros de classe baixa. O PNUD mostra ainda a situação quanto à qualidade de vida brasileira indicando crescimento a índices relativamente baixos, possuindo IDH — Índice de Desenvolvimento Humano extremamente antagônico, com localidades possuindo padrão de primeiro mundo e muitas outras regiões se igualando aos mais pobres e miseráveis países da África.

Existem críticas quanto ao PAC, no tocante ao planejamento para o cumprimento das metas dos Objetivos do Milênio, pois se fixa para a nossa atual população e existe o impacto futuro relativo da ampliação deste atendimento. Em relação à educação, o governo Lula criou o PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação, que foi apelidado de PAC da Educação e que adiante estudaremos com detalhes as suas metas e ações.

No Brasil, a burocracia parece ser a grande empregadora, sendo criada e mantida pelo Estado quando impõe ao cidadão um elevado número de rotinas administrativas sem valorizar as ações técnicas profissionais. Faz agindo e atuando de forma perversa, sobrepondo-se à operação, à execução, ao “mãos à obra”, ou seja, ao fazer, impõe maior valor para a atividade meio, do que para a atividade fim. Pensamos que a educação técnica profissionalizante como prevista no PDE poderia mudar esta face.

Poder-se-ia promover uma revolução cultural com vistas a mudar costumes, que em bases objetivas e sólidas, inovando técnicas e promovendo pesquisas com consequência a minimizar o custo das obras de construção civil e distribuir melhoras na qualidade de vida, onde as crianças tenham direito a um futuro, os jovens a uma velhice, e o velho a uma vida com lazer, transporte, saúde, segurança, dignidade e justiça social. As ferramentas existem, e deverão ser aperfeiçoadas, em vista a acompanhar as crescentes necessidades sociais.

Compreendemos que a implantação imediata de novas e recentes tecnologias criadas, e, sendo implantadas poderiam universalizar ações públicas que promovam e elevem as condições da dignidade humana, não só na área educacional, mas na habitação e no atendimento às necessidades básicas do cotidiano.

Nesta perspectiva, verifica-se plena justificativa à realização desta pesquisa, afinal, estudar a formação técnica no ensino médio ajuda não somente a compreender a educação como uma realidade, mas também, ajuda-nos a perceber como os modelos educacionais e sócio-culturais estão ligados a toda a vida humana, influenciando-a e direcionando-a ao mercado de trabalho e seu perfil econômico-social.

2.2 Problemática

Para entendermos melhor esta questão, é importante estudar a realidade complexa onde se enraíza o problema desde os seus primórdios, onde se mostra que historicamente a educação para o trabalho não tem sido colocada na pauta da sociedade brasileira como universal, sendo este o eixo proposto deste estudo. Na verdade, a concepção da preparação para o trabalho esta fundamentada no artigo 35 da Lei 9.394/1996 conhecida como LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, onde aponta para a superação da dualidade do ensino médio. O questionamento se faz para saber se essa preparação será básica, ou seja, aquela que deve ser base para a formação de todos ou todos os tipos de trabalho. Entendemos que, sendo básica terá como referência as mudanças nas demandas do mercado de trabalho.

Trata Marise Ramos (2000, p. 03) sobre a não compreensão da abrangência da educação profissional na ótica do direito à educação e ao trabalho, associando-se unicamente a formação de mão de obra que tem reproduzido o dualismo existente na sociedade brasileira entre as elites condutoras e a maioria da população, inclusive considera a necessidade de uma nova identidade ao ensino médio e também aponta ser importante o relacionamento com a educação profissional.

“A consolidação dessas finalidades do ensino médio, como etapa final da educação básica, supera o modelo em vigor no Brasil, desde 1971, que admitia dois percursos relativos à formação escolar em nível secundário: uma formação de caráter propedêutico, destinada a preparar o educando para acesso a níveis superiores de ensino e uma formação de caráter técnico-

profissional, integrada ao ensino secundário e dele indissociada tanto em relação ao percurso formativo quanto ao título conferido (um único diploma, relativo à conclusão do ensino secundário e da habilitação técnica). Mesmo superada a dualidade entre formação específica e formação geral, a lei preservou uma vocação histórica do nível secundário – a formação profissional – ainda que tenha se furtado a ditar maiores detalhamentos sobre sua possível organização”. (Marize Ramos, 2000, p. 03).

Verifica-se que, a LDB trouxe a Educação Profissional em capítulo separado da Educação Básica, superando enfoques de assistencialismo e de preconceito social contido nas primeiras legislações de Educação Profissional do país, fazendo uma intervenção social crítica e qualificada para tornar-se um mecanismo para favorecer a inclusão social e democratização dos bens sociais de uma sociedade. Além disso, define o sistema de certificação profissional que permite o reconhecimento das competências adquiridas fora do sistema escolar. Assim retrata Marise Ramos:

“Pelo modelo adotado, o aluno que deseja/necessita obter uma profissão na etapa média da educação básica, que antes disputava uma matrícula visando ao atendimento dessa dupla necessidade, foi obrigado a disputar duas matrículas num contexto de não universalização da oportunidade e da gratuidade nem do ensino médio nem dos cursos técnicos. Fazendo a opção por ambas as formações concomitantemente, a dupla jornada escolar, para a maioria, passou a ocorrer em condições precárias (alimentação imprópria, permanência desconfortável na mesma escola, ou traslados cansativos de uma escola para outra, além da despesa financeira muitas vezes difícil de ser enfrentada). Na impossibilidade de superar os obstáculos, os filhos das classes mais desfavorecidas acabam abandonando, seja a própria educação regular, seja a educação profissional, restando lhes, na melhor das hipóteses, a escolaridade mínima obrigatória e os cursos de qualificação profissional”. (Marise Ramos, 2000, p. 05).

Como afirma Saviani (1989, apud Marise Ramos, 2000, p. 06) sobre o trabalho, indicando que este pode ser considerado princípio educativo sob três sentidos diversos, mas articulados entre si:

“Num primeiro sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que determina, pelo grau de desenvolvimento social atingido historicamente, o modo se ser da educação em seu conjunto. Nesse sentido, aos modos de produção [...] correspondem modos distintos de educar com uma correspondente forma dominante de educação. [...]. Num segundo sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que coloca exigências específicas que o processo educativo deve preencher em vista da

participação direta dos membros da sociedade no trabalho socialmente produtivo. [...]. Finalmente o trabalho é princípio educativo num terceiro sentido, na medida em que determina a educação como uma modalidade específica e diferenciada de trabalho: o trabalho pedagógico”. (Saviani, 1989, apud Marise Ramos, 2000, p. 06).

Este estudo dissertativo tenta buscar entender a problemática vivida pelo alunado da Educação Profissional em especial quanto às razões ou influências que atuam sobre o Jovem concluinte do Ensino Médio para a realização da definição de seu futuro percurso profissional e também, pode ser visto como uma nova possibilidade de se compreender o processo evolutivo da Educação Profissionalizante no Brasil. Neste contexto procura ainda reconhecer as principais causas da pequena demanda de alunos que ingressam para a Formação Técnica no curso profissionalizante ao nível do Ensino Médio na área do conhecimento da Construção Cível em Técnico de Edificações.

2.3 Design de investigação

2.3.1 Problema

O que tem levado ao baixo número de alunos ingressarem no curso profissionalizante de nível médio na área do conhecimento técnico de edificações no município de João Pessoa?

2.3.2 Objetivos

- Objetivo Geral

Desvelar as principais causas da pequena demanda de alunos que ingressam para a Formação Técnica no curso profissionalizante ao nível do Ensino Médio na área do conhecimento da Construção Civil em Técnico de Edificações na cidade de João Pessoa/PB.

- **Objetivos Específicos**

Reconhecer o que leva o estudante a escolher a sua futura profissão fora da área técnica profissionalizante;

Identificar se as políticas públicas favorecem o ingresso na área do conhecimento técnico;

Verificar se no processo ensino-aprendizagem há incentivo para aquisição do conhecimento necessário ao prosseguimento de estudos no campo do saber técnico.

2.4 Metodologia

Nenhuma pesquisa se esgota nela mesma, pois abre um imenso leque de possibilidades para outras investigações, estabelecendo parcerias com outros campos do conhecimento.

Assevera Costa (1998, p. 39) que ninguém pesquisa sem que possua a curiosidade como foco da investigação. Na realidade, toda busca humana é norteadada pela carência que existe nas relações entre sujeito e mundo. Se as relações entre o homem que conhece e o universo a ser conhecido fossem transparentes, não haveria necessidade de pesquisa, porque o mundo com sua complexidade se apresentaria claro diante de nós. Pesquisamos porque estamos insatisfeitos, porque a realidade não é um dado imediato à nossa consciência. Além disso, o senso comum não é suficiente para captar toda a riqueza da vida, do mundo, das relações interpessoais. Vivemos sempre num estado de carência, que a pesquisa procura suprir, através do processo de desocultação, do desvelamento do real. O senso comum funciona muito bem quando vivemos mergulhados no cotidiano. Ao primeiro questionamento, porém, ele revela-se precário, havendo necessidade de adotarmos outros instrumentos de interpretação do mundo. Daí nasce a pesquisa.

Os aspectos metodológicos desta pesquisa são fundamentados na abordagem quantitativa, como o próprio nome indica, caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto ao tratamento delas por meio de técnicas

estatísticas, desde o simples percentual, média, desvio-padrão, as mais complexas como coeficiente de correlação e análise de regressão.

Para Richardson (1999, p. 70) o método quantitativo é amplamente utilizado na condução da pesquisa social porque representa, em princípio, a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretações, possibilitando, conseqüentemente, uma margem de segurança quanto as inferências. Indica ainda que este método é utilizado nos estudos que procuram descobrir e classificar a relação das variáveis, bem como nos que investigam a relação de causalidade entre fenômenos, e assim concluir, que esse tipo de estudo deve ser realizado quando o pesquisador deseja obter melhor entendimento do comportamento de diversos fatores causais e elementos que influem sobre determinado fenômeno.

Um dos possíveis meios utilizados para a coleta de fatos na elucidação de requisitos é o uso do questionário. Um questionário consiste num documento usado para guiar uma ou mais pessoas a responder a uma ou mais perguntas. O trabalho utilizara a técnica de questionários, identificando as etapas necessárias e comuns para um questionário eficaz.

Segundo Parasuraman (1991, apud Chagas, 2000, p. 01) um questionário é tão somente um conjunto de questões, feito para gerar os dados necessários para se atingir os objetivos do projeto. Embora o mesmo autor afirme que nem todos os projetos de pesquisa utilizam essa forma de instrumento de coleta de dados, o questionário é muito importante na pesquisa científica, especialmente nas ciências sociais.

Ainda Chagas (2000) afirma que construir questionários não é uma tarefa fácil e que aplicar tempo e esforço adequados para a construção do questionário é uma necessidade, um fator de diferenciação favorável. Não existe uma metodologia padrão para o projeto de questionários, porém existem recomendações de diversos autores com relação a essa importante tarefa no processo de pesquisa científica.

Com a proposta de utilização do método quantitativo estaremos usando perguntas em questionários com base numa listagem de requisitos que entendemos ser de qualidade, obtida após a realização de uma extensa pesquisa nas áreas de ciências sociais e marketing.

Nas pesquisas sociais conforme Gil (1999, p. 72) explica, as quais são classificados os estudo de casos de várias maneiras, podendo ser explicativos, cognitivos ou expositivos. Inúmeros são os trabalhos onde são utilizados o estudo de caso, e este se mostra que é um dos modos de se realizar uma boa e sólida pesquisa. Outros modos incluem experiências vividas,

histórias, e análise de informação em arquivos, sendo muito usada em estudos econômicos. Neste trabalho tratamos como estudo de caso explicativo.

Cada estratégia tem vantagens e desvantagens que dependem de três condições: o tipo de foco da pesquisa; o controle que o investigador tem sobre eventos comportamentais atuais, e o enfoque no contemporâneo ao invés de fenômenos históricos. Em geral, estudos de casos se constituem na estratégia preferida quando o 'como' e/ou o 'por que' são as perguntas centrais, tendo o investigador pouco ou nenhum controle sobre os eventos, e quando o enfoque está em um fenômeno contemporâneo dentro de algum contexto de vida real.

Assevera ainda Gil (1999, p. 73) que o estudo de caso como estratégia de pesquisa é usado em muitos campos, incluindo as Ciências Políticas, na Administração Pública, na Psicologia e Sociologia, e em outros campos das Ciências. Diz ainda que a meta geral do estudo de caso é ajudar os investigadores a lidar com algumas das perguntas mais comuns e por vezes difíceis de serem apontadas, como definir o alvo do estudo de caso e determinar os dados pertinentes a serem coletados, como também fazer a definição do tipo de tratamento que deve ser feito com dados coletados.

Conforme Ludke e André (1986, p. 23) são encontrados estudos de caso até mesmo em Economia, onde trata da estrutura de uma determinada indústria ou empresa, ou no processamento econômico de uma cidade ou região sendo investigada. Em todas estas situações, a estratégia de estudos de caso pode contribuir para aumentar o entendimento de fenômenos sociais complexos. Em resumo descrevem que, o estudo de caso permite uma investigação das características significantes de eventos vivenciados, e muitas vezes há uma série de problemas que podem ser evocados quanto ao planejamento ou desenvolvimento, entre os quais destacam a escolha do típico ou atípico e a questão da generalização dos resultados.

Neste trabalho usamos o princípio de que a pessoa pesquisada seja considerada como um caso particular, sendo individualmente retratada, cada pessoa responderá ao questionário com o seu único elemento de conhecimento formal, declarado e expresso, que ao término, em seu conjunto, teremos retratado os aspectos comuns e recorrentes do grupo pesquisado, aonde vem assim permitir, uma ampliação e maior solidez do conhecimento referido.

Estando os aspectos metodológicos da pesquisa fundamentados na abordagem quantitativa, sendo um estudo de caso que queremos captar, por questionário, as razões e identificar as principais causas da pequena demanda de alunos para a formação técnica de

nível médio no curso profissionalizante de Técnico de Edificações na cidade de João Pessoa/PB.

2.4.1 O Universo da Pesquisa

O universo da pesquisa é constituído por elementos da escola pública denominada de Liceu Paraibano em João Pessoa, selecionadas dentre as muitas existentes, e escolhida por possuir o maior número de alunos no ensino médio na cidade, como também por ser um dos mais antigos educandários e tradicional instituição pública do Estado da Paraíba.

Seguindo o critério que queremos estudar alunos com potencial acesso aos cursos profissionalizantes, direcionamos nossa visão para a escola pública. Partindo do pressuposto que esta instituição recebe alunos de diferentes extratos sociais e vivem situações de escolaridade específicas, em vista dos turnos e série de ensino. Importante situação é que o aluno concluinte do Ensino Médio deverá confirmar a indicação do seu desejo em realizar o seu ingresso no mercado de trabalho e/ou continuar estudando. Assim, entendemos que o conhecimento do perfil deste aluno em uma escola que centralize o alunado da cidade de João Pessoa/Pb ajude a elucidar nossa indagação sobre o futuro profissional do alunado.

A instituição escolhida, o Liceu Paraibano, está localizada na região central da cidade e conforme Rodrigues (2005, p. 2) assevera:

“[...] esta instituição atrai elementos de grupos diferenciados desde localizados na periferia, até de cidades vizinhas. Seu alunado, tipo de filhos ou de trabalhadores do serviço público, indústria, prestadores de serviços e do comércio, inclusive de micro e pequenos comerciantes com origem em área onde se habita a população de classe média(C) média-baixa(D) e baixa(E)”.

Ainda segundo Rodrigues (2005, p. 3), que aponta este educandário como uma referência na Educação Paraibana, indicando que em 1838 contava com 120 alunos, chegou a 132 em 1856, progrediu chegando a 224 em 1930 e ao final do exercício de 2006 possuía 2.880 alunos matriculados no ensino médio, com 18 turmas por turnos e estava cursando a 3ª série o quantitativo de 756 elementos.

Para a escolha desta escola, levamos em consideração não apenas a condição de ser uma escola tradicional e representativa na Educação Estadual, mas também os aspectos de semelhanças e de divergências. Os aspectos de semelhança são mostrados pelo fato de sua localização geográfica ser privilegiada e estar na região central da Capital e agregar estudantes de todos os bairros e até de cidades circunvizinhas. Os aspectos divergentes consistem na sua clientela em ser uma escola pública, possuir alunos de todas as classes sociais e com a predominância das classes sociais menos favorecidas financeiramente, e ainda pela característica de dependência jurídico-administrativa à rede pública, com subordinação ao Governo do Estado gozando de autonomia em suas ações, o que seria mais fácil a realização desta pesquisa.

2.4.2 A Amostra

Amostra da pesquisa foi definida matematicamente e inicialmente prevista a ser formada por quatrocentos e quinze sujeitos originados da 3^a série do ensino médio, dentre todos os estudantes dos 3 (três) turnos de ensino, sendo distribuídos em grupos de elementos proporcionalmente calculados em função do número de elementos por turno, sendo escolhidos aleatoriamente. Sendo levado em consideração o posicionamento das salas de aula dentro do formato da edificação, que é constituído por um edifício em 2 (dois) pavimentos, onde cada piso possui duas grandes alas, uma da direita e outra da esquerda, totalizando assim 4 alas onde se localizam as salas de aulas. Sendo os elementos escolhidos independentemente de serem do gênero masculino ou feminino.

Sendo utilizada amostra aleatória definidos por parâmetros de inferência estatística. Com o objetivo de mapear as diversas situações em referencia, foi importante considerar para o cálculo para a determinação do tamanho do grupo um nível razoável de segurança com uma mínima margem de erro que se considera para as pesquisas sociais. Assim, vemos que Gil (1999, p. 105) considera utilizando a curva de Gauss, onde define como nível de confiança de uma amostra definida a partir do desvio padrão em relação a média do grupo, sendo uma curva normal a área compreendida por um desvio padrão à direita e um à esquerda da média.

Assim, Gil (1999, p. 106) apresenta a fórmula para cálculo do número de elementos da amostra para uma população finita, assim formulada:

$$n = \frac{z^2 p \cdot q \cdot N}{e^2(N-1) + z^2 p \cdot q}$$

Sendo:

n = tamanho da amostra

z² = nível de confiança escolhido, expresso em numero de desvio padrão.

p = percentual com a qual o fenômeno acontece

q = percentual complementar

N = tamanho da população

e² = erro máximo permitido

Fórmula para Cálculo de uma população finita

Fonte: FEA/USP (1999, p.106)

Neste mesmo contexto Mattar (1996, p. 160) aponta em sua fórmula abaixo para populações finitas, sendo a mesma de Gil (1999, p. 106) um pouco mais simplificada, que fica assim:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot (P \cdot q)}{e^2 \cdot (N-1) + Z^2 \cdot P \cdot q}$$

Fonte: FEA/USP (1996, p.160)

Estudos demonstram que a escolha do nível de confiabilidade da amostra é muito importante e por critério pessoal estamos determinando para o nosso caso o padrão rigoroso, onde se tem a amostra referenciada a área da curva normal ou sino a partir dos desvios padrão em relação a sua média, aqui escolhemos o nível de 95,5% da área da curva que equivale a 2 desvios padrão e deste estão passa a apontar $Z = 2$ (sendo para esquerda e para a direita).

Daí simplificando a fórmula acima, temos:

$$n = \frac{2^2 N \cdot P \cdot q}{e^2 \cdot (N-1) + 2^2 P \cdot q}$$

Onde:

n → numero de elementos da amostra

e → erro máximo de amostragem

N → população

P → estimativa da população em estudo

q → estimativa da população que não esta em estudo.

Fonte: FEA/USP (1996, p.160) com dados de simplificação – aplicados pelo pesquisador.

Pelo quantitativo escolar já referido e aplicando a fórmula de Mattar, temos os valores:

n → o que se quer.

e² → considerando que em pesquisas sociais se trabalha usualmente com estimativa de erro entre 3 a 5% e que o nível de confiança a partir de 2 desvios padrões, adotamos o erro médio de 4% .

N → 2880 elementos.

P → 756 elementos que equivale a 26,25%.

q → 2124 elementos que equivale a 73,75%.

$$n = \frac{4 N \cdot P \cdot q}{e^2 \cdot (N-1) + 4 \cdot P \cdot q}$$

daí, fazendo-se as substituições, temos

$$n = \frac{4 \cdot 2880 \cdot 26,25 \cdot 73,75}{4 \cdot (2880 - 1) + 4 \cdot 26,25 \cdot 73,75} = 415 \text{ elementos.}$$

Fonte: FEA/USP (1996, p.160) com dados da pesquisa.

Sendo a amostra 415 alunos, o Quadro 1 resume o panorama geral da amostra.

A AMOSTRA E SEUS CRITÉRIOS									
Alunos matriculados - 3ª série – 2006	Manha 294		Tarde 216		Noite 246		Total 756		
Sexo escolhido									
Aleatório no campo	M	F	M	F	M	F	M	F	
Número de sujeitos	161		119		135		415		
Total da amostra									415

QUADRO II.1 – A Amostra e seus Critérios

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

A opção pela escola já foi tratada no item 1.3.1, quando apresentamos o universo da pesquisa. É importante lembrar a nossa preocupação ao escolher pesquisar entre os alunos do Liceu Paraibano, pois esta instituição recebe o alunado concluinte do ensino fundamental nos bairros e representa assim, em seu conjunto, o perfil da população estudantil da rede pública da capital, sendo seguido de outra característica que é a tradição, pois nesta instituição estudaram os mais renomados elementos dos meios políticos e sócio-culturais do Estado da Paraíba.

2.4.3 Etapas da Pesquisa de Campo

Foi estabelecido o roteiro a se seguir, conforme as etapas abaixo:

- a. Espaço da investigação: tendo já sido feita a escolha da Escola Pública de acordo com os critérios elaborados anteriormente.
- b. Contato do pesquisador com a direção, o corpo técnico, o corpo de funcionários e o corpo docente da escola escolhida, objetivando explicar os objetivos do trabalho e pedir a colaboração para a execução da pesquisa.
- c. Coleta de informações sobre os alunos-sujeitos da pesquisa, com o fim de verificarmos o perfil sócio-econômico e educacional, inclusive suas razões quanto ao ingresso nos cursos da área técnica, objeto da pesquisa.

2.4.4 Instrumento da Pesquisa

O Instrumento escolhido, dentro dos objetivos da pesquisa, foi um questionário estruturado descritivo de modo a seguir com questões que demonstre uma ordem de valores do entrevistado e que sendo utilizados nos trabalhos com o objetivo de tentar responder as inquietações do pesquisador.

Desenvolvida a metodologia quantitativa, foi aplicado o questionário estruturado onde inicialmente foi executado um pré-teste com 5% dos elementos da pesquisa, ou seja, em 20 elementos. Foram utilizados e aplicados os questionários que foram analisados para tentar saber se as questões aplicadas estavam perfeitamente entendidas, e verificou-se que não ocorreram respostas fora do foco do questionamento.

Na pesquisa quantitativa com uso de questionário estruturado, atestamos que segue uma das mais importantes técnicas utilizadas na atualidade e um dos melhores instrumentos para coleta de dados. As respostas sendo endereçadas ao foco do problema poderão se deduzir e chegar ao lugar de credibilidade que ela ocupa pelos cientistas sociais, mostrando que a pesquisa estruturada em questionários é um meio fundamental para alcançar os objetivos e um verdadeiro remédio para resposta aos problemas.

2.4.5 Período de Coleta de Dados

A fase de execução da pesquisa, com a investigação de campo, foi entre os dias 03 e 16 de Junho de 2008, sendo assim no meio do ano letivo, e foi selecionado por atender ao critério da conveniência, tanto do ponto de vista da escola, quanto da própria investigação, pois neste período o alunado ainda não tem qualquer inscrição para os concursos vestibulares em Universidades ou Faculdades e representa sob a ótica deste pesquisador a época melhor. Entendemos que as aspirações sobre o ideário de um futuro melhor se mostram mais presente.

Para a realização desta fase do trabalho, promovemos contatos com sua direção, corpo docente e corpo técnico-administrativo, numa preparação de terreno, prévia à consecução da tarefa, em que mostramos a relevância do que desejávamos fazer e chamamos a atenção para as repercussões que poderiam advir para o processo, inclusive para o chamamento da atenção dos alunos que possui a vocação para as relações escolares da área técnica.

CAPÍTULO III

RESULTADO DA PESQUISA, TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

3.1 Do procedimento realizado

Referem-se à pesquisa realizada no período de 03 a 16 Junho de 2008, sendo aplicado 497 questionários no Liceu Paraibano em João Pessoa/PB. Foi direcionada aos alunos que estavam cursando a 3ª série do ensino médio dos três turnos manhã, tarde e noite, e desta maneira se aplicou em doze classes escolhidas de forma aleatória, sendo quatro classes do turno da manhã, com 163 alunos, outras quatro classes no turno da tarde, com 168 alunos, e também se aplicou no turno da noite, com 166 estudantes, onde destes, temos 302 pessoas do sexo feminino e 195 do sexo masculino.

3.2 Verificação da amostra

Conforme descrito no item 1.3.2 na seção que definiu o número da amostra que foi aplicando a fórmula de Mattar, e teve a amostra determinada para 415 alunos, conforme Tabela 1 no Panorama Geral da Amostra, porém durante a execução da pesquisa atendendo ao critério de se aplicar o trabalho em quatro salas pelos turnos manhã, tarde e noite, utilizando o critério da proporcionalidade e da distribuição de forma aleatória, ocorreu que houve a necessidade de aumentar este quantitativo, tendo em vista o número de alunos presentes em sala naquele momento, assim a amostra planejada de 415 passou a ser de 497 elementos, obviamente ocorreu a melhora dos dados com a consequente redução da margem de erro que era de 4% passando para 3,605 %, conforme:

	n → 497
e² →	Inicialmente definimos como 4 % e agora queremos calcular um novo “e” ou seja uma nova margem de erro”
	N → 3.122 elementos
	P → 809 elementos que equivale a 25,91%
	q → 2313 elementos que equivale a 74,09%

Assim vejamos:

$$n = \frac{4 N . P . q}{e^2 . (N - 1) + 4 . P . q}$$

daí, fazendo-se as substituições, temos

$$497 = \frac{4 . 25,91 . 74,09 . 3.122}{e^2 . (3.122 - 1) + 2^2 . 25,91 . 74,09} \Rightarrow e^2 = 3,605 \%$$

Também ensina Mattar (1996, p. 162) quanto à confirmação do limite de confiança da amostra finita quando já se efetivou a pesquisa e se quer calcular, a qual é utilizada a seguinte formula:

$$\sigma_p = \sqrt{p \cdot q / n}$$

Onde:

p > percentagem com a qual o fenômeno se verifica = 25,91

q > percentagem complementar (100 – p)

n > tamanho da amostra = 497

Assim: $\sigma_p = \sqrt{3,8625} = 1,965$.

Neste sentido, consideramos o desvio para o nível de segurança de 95%, ou seja, dois desvios, de um lado e de outro, daí concluímos que a margem de erro é 3,93, para mais ou para menos, estando bastante aceitável, em vista de estamos trabalhando com uma margem prevista máxima de 4%.

TABELA 7 – Caracterização da amostra planejada

ALUNOS MATRICULADOS	MANHÃ		TARDE		NOITE		TOTAL	
3ª Série – 2006	294		216		246		756	
Sexo	M	F	M	F	M	F	M	F
Nº previsto de sujeitos	161		119		135		415	
Caracterização da amostra trabalhada								
Matriculados na 3ª Série 2008	Manhã		Tarde		Noite		Total	
	312		245		252		809	
Sexo (aleatório no campo)	M	F	M	F	M	F	M	F
Amostra pesquisada	56	107	65	103	74	92	195	302
	163		168		166		497	
% Da margem de erro calculada (para mais e menos)							3,93	

Fonte: Dados da pesquisa

Importante ponto a observar é o crescimento do alunado do sexo feminino que representa 60,76% dos estudantes, sendo três alunas para cada cinco matriculados.

3.3 Análise dos resultados da pesquisa

A análise dos dados é feita com base no conceitual teórico proposto e onde aqui trabalhamos com nossa atenção em todos os elementos colhidos ao longo da pesquisa, constituindo-se, na verdade o núcleo da investigação, conforme:

3.3.1 Perfil do alunado

Posicionou-se o grupo bastante homogêneo, senão vejamos:

- Faixa etária

Inicialmente a pesquisa teve o cuidado de fazer o reconhecimento da faixa etária a qual se encontra detalhadamente exposta na Tabela 8 e mostra o percentual de 86,9% posiciona na faixa etária entre 16 a 19 anos e média de idade de 17 anos 11 meses 29 dias aproximadamente 18 anos.

TABELA 8 – Faixa etária do alunado

IDADE	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26/ 30	> 31
Quant.	04	85	193	95	49	17	10	07	05	05	05	06	04
%	0,8	17,5	39,8	19,5	10,1	3,5	2,0	1,4	1,0	1,0	1,0	1,2	0,8
Média	17 anos 11 meses 29 dias - aproximadamente 18 anos												

Fonte: Dados da pesquisa

- Imóvel residencial

Verifica-se que 76,84% do alunado possuem a casa própria. Este dado é bastante significativo, pois entendemos que isto permite ao alunado uma base estrutural sólida sendo desnecessárias as transferências de domicílios por questão patrimonial e permitindo maior interação em suas relações sociais e convivência com a vizinhança.

TABELA 9 – Situação do imóvel residencial

PRÓPRIO	ALUGADO	CEDIDO	OUTROS
375 und	95 und	15 und	03 und
76,84 %	19,46%	3,08%	0,62%

Fonte: Dados da pesquisa

- Estrutura familiar

Pela Tabela 10 verificam-se o número de elementos que reside com o aluno e o percentual de 76,6% do alunado, inclusive ele habita com três a cinco pessoas, com média de 4,24 pessoas por residência.

TABELA 10 – Composição familiar do alunado

QUANTIDADE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	>10
Freqüência	15	27	108	161	107	36	14	12	04	05	01
%	3,0	5,5	22,0	32,8	21,8	7,37	2,86	2,44	0,81	1,02	0,02
Média	4,24 pessoas por residência										

Fonte: Dados da pesquisa

Nota: Número de pessoas residentes inclusive o aluno

- Composição da renda familiar:

Pela Tabela 11 temos a indicação que 83,47% do alunado que obtêm suporte financeiro de seus pais para o custeio das despesas do cotidiano e para suprir as demandas do custo de vida. Também se constata que 71,13% deles não possuem nenhuma receita financeira e o número de elementos que trabalham fora de casa representa 28,27% do grupo e estes em média trabalham próximo de 25 horas semanais, ou seja, cinco turnos por semana com 5 horas diárias.

Conclui-se que apenas um dentre cinco alunos trabalham em tempo parcial, sendo este fato com maior recorrência no alunado do noturno e um elemento que o induz condição favorável a integral dedicação aos estudos.

TABELA 11 – Principal provedor das famílias dos alunos

TIPO	ALUNO	PAIS	AVOS	IRMÃOS	TIOS	AVO	OUTROS				
Quant.	19	409	21	04	14	02	21				
%	3,87	83,47	4,28	8,16	2,86	0,41	4,29				
Quantidade de alunos que trabalham fora de casa											
Afirmaram = não				Afirmaram = sim							
350 alunos - 71,13 %				142 alunos – 28,27 %							
Numero de horas que o alunado trabalha por semana											
Horas	Até 5	6 a 8	9 a 10	11 a 12	13 a 14	15 a 16	17 a 18	19 a 20	21 a 24	25 a 30	>31
Quant.	09	10	03	05	01	02	04	15	01	21	44
%	7,82	8,69	2,61	4,35	0,87	1,74	3,47	13,04	0,87	18,26	38,26
Média semanal = 24 horas e 54 min. > Aproximadamente 25 horas											

Fonte: Dados da pesquisa

- Renda Familiar:

Mostra a Tabela 12 que 84,17% das famílias do alunado que obtém renda financeira de até quatro salários mínimos mensais, ou seja, R\$ 1.660,00 e dados do IBGE/PNAD/ 2007 aponta que esta faixa de renda engloba 61.4% de toda a população da cidade de João Pessoa.

Os que trabalham fora de casa representam 28,27% do grupo e em média trabalham aproximadamente 25 horas semanais, ou seja, cinco turnos por semana com 5 horas diárias, ou seja, um entre cinco alunos trabalham em tempo parcial, sendo este fato com maior recorrência no alunado do turno noturno.

TABELA 12 – Renda familiar do alunado

FAIXAS		CLASSE SOCIAL	QUANTIDADE	%
REAIS	SALARIOS MINIMOS			
Até R\$ 415,00	Até 1 sal. mínimo	E	85	17,71
De R\$ 416 a 830,00	1 a 2 sal. mínimos	D	144	30,00
De R\$ 831 a 1245,00	2 a 3 sal. mínimos	C 2	120	25,00
De R\$ 1246 a 1660,00	3 a 4 sal. mínimos	C 1	55	11,46
De R\$ 1661 a 2075,00	4 a 5 sal. mínimos	C 1	37	7,71
De R\$ 2076 a 2490,00	5 a 6 sal. mínimos	B 2	10	2,08
De R\$ 2491 a 2915,00	6 a 7 sal. Mínimos	B 2	11	2,29
De R\$ 2916 a 3.320,00	7 a 8 sal. mínimos	B 2	07	1,46
De R\$ 3320 a 4150,00	8 a 10 sal. mínimos	B 1	10	2,08
De R\$ 4151 a 4980,00	10 a 12 sal. mínimos	B 1	04	0,83
De R\$ 4981 a 6225,00	12 a 15 sal. mínimos	B 1	01	0,21
De R\$ 6226 a 8.300,00	15 a 20 sal. mínimos	A 2	02	0,42
Superior R\$ 8.300,00	20 sal. mínimos	A 1	01	0,21
Renda familiar media	R\$ 1.470,92 = 3,54 salários mínimos			
Renda mensal per capita	R\$ 346,92 = 0,83 salário mínimo/aluno			

Fonte: Dados da pesquisa

- Contribuição do aluno na renda familiar

A Tabela 13 indica que apenas 18,70% do alunado contribui financeiramente para composição da renda familiar, e destes temos que 65,2% que participam com até meio salário mínimo. Entendemos que o percentual de 81,30% do alunado tendo dedicação integral aos estudos melhora a qualidade do processo ensino-aprendizagem, e consequentemente este resultado se apresenta com melhores aproveitamentos dos conteúdos curriculares pelos alunos.

TABELA 13 – Contribuição financeira para compor a renda familiar

ALUNOS QUE AFIRMARAM – SIM		ALUNOS QUE AFIRMARAM – NÃO	
92 pessoas = 18,70 %		400 pessoas = 81,30 %	
Contribuição do aluno para a renda familiar			Quantidade
Reais	Salários mínimos		
Ate 212,50	Até ½ sal. Mínimo		60
De R\$ 212,50 a R\$ 415,00	½ a 1 sal. Mínimo		13
De R\$ 416 a R\$ 830,00	1 a 2 sal. Mínimos		04
De R\$ 831 a R\$ 1245,00	2 a 3 sal. Mínimos		01
De R\$ 1246 a R\$ 1660, 00	3 a 4 sal. Mínimos		01
De R\$ 1661 a R\$ 2075,00	4 a 5 sal. Mínimos		01

Fonte: Dados da pesquisa

- Grau de instrução do principal provedor das famílias do alunado

Analisando a Tabela 14 a seguir, se verifica que 46,45% das famílias do alunado apresentam que o principal provedor não possui o ensino médio completo, significando que 53,55% concluíram este nível de ensino. Embora este dado pareça ser ruim, ele não é, pois se for feita uma comparação com o PNAD/2007 que aponta para apenas 26,7% dos brasileiros chegam a concluir o ensino de nível do médio.

TABELA 14 – Grau de instrução do principal provedor da família do aluno

INSTRUÇÃO ESCOLAR	QUANTIDADE	PERCENTUAL	
		Simples	Acumulado
Analfabeto pleno	24	4,87	4,87
Analfabeto funcional	27	5,48	10,35
Com instrução escolar até 1 ano de estudos	08	1,62	11,97
Com instrução escolar de 1 até 2 anos/ estudos	03	0,61	12,58
Com instrução escolar de 3 até 4 anos/estudos	18	3,65	16,23
Com instrução escolar de 5 até 7 anos/estudos	22	4,46	20,69
Fundamental completo	59	11,97	32,66
Médio incompleto	68	13,79	46,45
Médio completo	152	30,83	77,28
Superior incompleto	30	6,08	83,36
Superior completo	63	12,79	96,15
Pós-graduado	19	3,85	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Entendemos ser importante realizar uma pequena correlação entre as faixas de renda familiar e o grau de instrução do provedor familiar, para verificamos se existe o pressuposto de que o provedor que possui maior nível de instrução escolar realiza a maior renda familiar. Senão vejamos:

TABELA 15 – Renda e instrução do provedor familiar

% ACUMULADO	INSTRUÇÃO DO PROVEDOR	RENDA FAMILIAR
4,87	Analfabeto pleno	Até R\$ 415,00
10,35	Analfabeto funcional	Até R\$ 415,00
11,97	Com instrução escolar até 1 ano de estudos	Até R\$ 415,00
12,58	Com instrução escolar de 1 até 2 anos/ estudos	Até R\$ 415,00
16,23	Com instrução escolar de 3 até 4 anos/estudos	Até R\$ 415,00
17,71	Com instrução escolar de 5 até 7 anos/estudos	Até R\$ 415,00
20,69		De R\$ 416 a 830,00
32,66	Fundamental completo	De R\$ 416 a 830,00
46,45	Médio incompleto	De R\$ 416 a 830,00
47,71	Médio completo	De R\$ 831 a 1245,00
72,71		De R\$ 1.246 a 1660, 00
83,36	Superior incompleto	De R\$ 1.661 a 2075,00
84,17	Superior completo	De R\$ 2.076 a 2915,00
96,15		De R\$ 2.916 a 3.320,00
100,00	Pós-graduado	De R\$ 6.226 a 8.300,00

Fonte: Dados da pesquisa

Observamos pela Tabela 15 que o pressuposto se confirmou, sendo observada no quadro comparativo acima a relação entre a renda familiar e o grau de instrução do provedor onde verificamos que temos que na faixa salarial até R\$ 1.660,00 o percentual de 72,71% de nossa amostra com o provedor sendo os pais e com instrução escolar é de até o ensino médio completo.

Em contraponto IBGE/PNAD/2007 aponta para esta mesma faixa de renda a existência do percentual populacional da cidade João Pessoa em 61,4%, significando que a amostra contém o número de elemento no percentual de 10,7% de faixa salarial inferior a média, nesta condição demonstra que as classes sociais inferiores a faixa de renda de até quatro salários mínimos estão tendo mais acesso a escola.

3.3.2 Percurso escolar do alunado

Pela Tabela 16 demonstram o percurso escolar do alunado com a indicação que 76,16% deles atingiram a 3^a série do Ensino Médio aos 14 anos de estudos, sendo computado que o percurso foi de dois anos no Ensino Infantil, 8 anos no Ensino Fundamental e 3 anos no Ensino Médio, temos um total de 13 anos de estudos como o regular e sem repetições, embora o resultado apontado pela pesquisa seja de que 62,02% do alunado nunca tenha desistido, repetido ou reprovado.

Assim, podemos verificar o percentual de 37,98% para os alunos que já repetiram e destes 22,3% repetiram mais de uma vez, sendo o Ensino Médio o que apresentou maior frequência de reprovações com resultados superiores a 15%, sendo este dado bastante elevado.

TABELA 16 – Número de anos na escola para atingir o 3º ano do ensino médio

ANOS DE ESTUDOS	MENOR QUE 10	10	11	12	13	14	15	16	17 OU MAIS		
Quantidade de alunos	13	18	37	85	85	123	68	25	20		
%	Simple	2,74	3,80	7,81	17,93	17,93	25,95	14,34	5,28	4,22	
	Acumulado	2,74	6,54	14,35	32,28	50,21	76,16	90,50	95,78	100,00	
ALUNOS QUE JÁ DESISTIRAM, REPETIRAM OU FORAM REPROVADOS :											
Afirmaram - sim						Afirmaram – Não					
188 = 37,98 %						307 = 62,02 %					
SERIE EM QUE FORAM REPROVADOS, DESISTENTES OU REPETENTES.											
Para 188 alunos existem 230 ocorrências de repetência											
ENSINO	FUNDAMENTAL								MEDIO		
Série	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a	6 ^a	7 ^a	8 ^a	1º	2º	3º
Quant.	22	19	20	10	21	17	19	11	36	39	16
%	9,56	8,26	8,69	4,35	9,13	7,39	8,26	4,78	15,65	16,95	6,95

Fonte: Dados da pesquisa

3.3.3 Avaliação de desempenho escolar do alunado

Constitui um dos objetivos deste trabalho:

Verificar se no processo ensino-aprendizagem há incentivo para aquisição do conhecimento necessário ao prosseguimento de estudos no campo do saber tecnológico.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais em conformidade com a LDB/96 fez considerar o Ensino Médio como última e complementar etapa da Educação Básica, e ainda a Resolução CNE/CEB nº 03/98 instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para este Ensino Médio que se organizou em áreas de conhecimento e orienta a educação à promoção de valores como a sensibilidade e a solidariedade, atributos da cidadania, apontando para a forma em que o aprendizado de Ciências e de Matemática seja iniciado no Ensino Fundamental seja, complementado e se aprofundado no Ensino Médio.

A Resolução CNE/CEB nº 03/98 disciplina que no nível médio o aprofundamento dos saberes disciplinares em Biologia, Física, Química e Matemática, com procedimentos científicos pertinentes aos seus objetos de estudo, com metas formativas articulares, até mesmo com tratamentos didáticos específicos e deverão ser cumpridos pelas disciplinas de cada uma das três áreas de conhecimento, ou seja, a de Linguagens e Códigos, a de Ciências da Natureza e Matemática e a de Ciências Humanas, cada uma delas acompanhada de suas Tecnologias.

Conforme Tabela 17 em que o alunado se posicionou quanto ao desempenho escolar, dando uma nota com a variação de zero a 10, sendo zero a que ele nada absorveu do conteúdo programático e a nota 10 a que ele obteve total aprendizado, e ainda quanto ao processo ensino-aprendizagem, expressando se foi excelente, bom, regular ou ruim.

TABELA 17 – Resultado do processo ensino-aprendizagem

QUANTO AO RESULTADO GLOBAL DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM O ALUNO CONSIDERA QUE O APRENDIZADO					
PORTUGUÊS	EXCELENTE	BOA	REGULAR	RUIM	NOTA MÉDIA
	87	238	109	20	7,78
	19,08%	52,20%	23,90%	4,38%	
MATEMÁTICA	EXCELENTE	BOA	REGULAR	RUIM	NOTA MEDIA
	60	163	146	70	6,42
	13,55%	36,80%	32,95%	15,80%	
FÍSICA	EXCELENTE	BOA	REGULAR	RUIM	NOTA MEDIA
	43	142	198	66	5,98
	9,45%	31,20%	43,52%	14,51%	
QUÍMICA	EXCELENTE	BOA	REGULAR	RUIM	NOTA MEDIA
	63	173	166	50	6,64
	13,85%	38,02%	36,48%	10,99%	
HISTÓRIA	EXCELENTE	BOA	REGULAR	RUIM	NOTA MEDIA
	122	240	88	07	7,98
	26,70%	52,51%	19,26%	1,53%	
BIOLOGIA	EXCELENTE	BOA	REGULAR	RUIM	NOTA MEDIA
	109	227	102	18	7,89
	23,90%	49,78%	22,37%	3,95%	
GEOGRAFIA	EXCELENTE	BOA	REGULAR	RUIM	NOTA MEDIA
	69	252	110	20	7,68
	15,20%	55,50%	24,22%	4,41%	
INGLÊS	EXCELENTE	BOA	REGULAR	RUIM	NOTA MEDIA
	96	152	133	74	6,51
	20,78%	32,90%	28,79%	16,02%	
EDUCAÇÃO FÍSICA	EXCELENTE	BOA	REGULAR	RUIM	NOTA MEDIA
	180	155	57	13	8,85
	40,72%	35,07%	12,90%	2,94%	
INFORMÁTICA	EXCELENTE	BOA	REGULAR	RUIM	NOTA MEDIA
	75	93	46	30	6,97
	18,25%	22,63%	11,20%	7,30%	
NOTA MÉDIA GLOBAL					7,25

Fonte: Dados da pesquisa

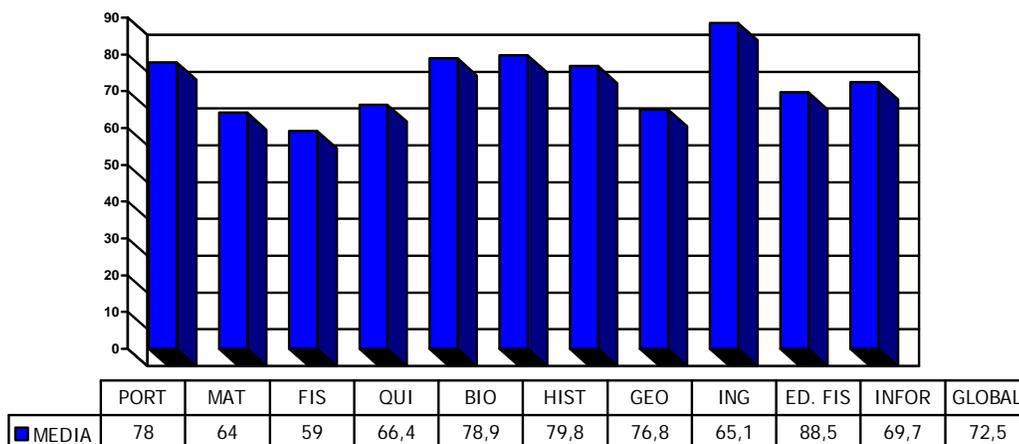
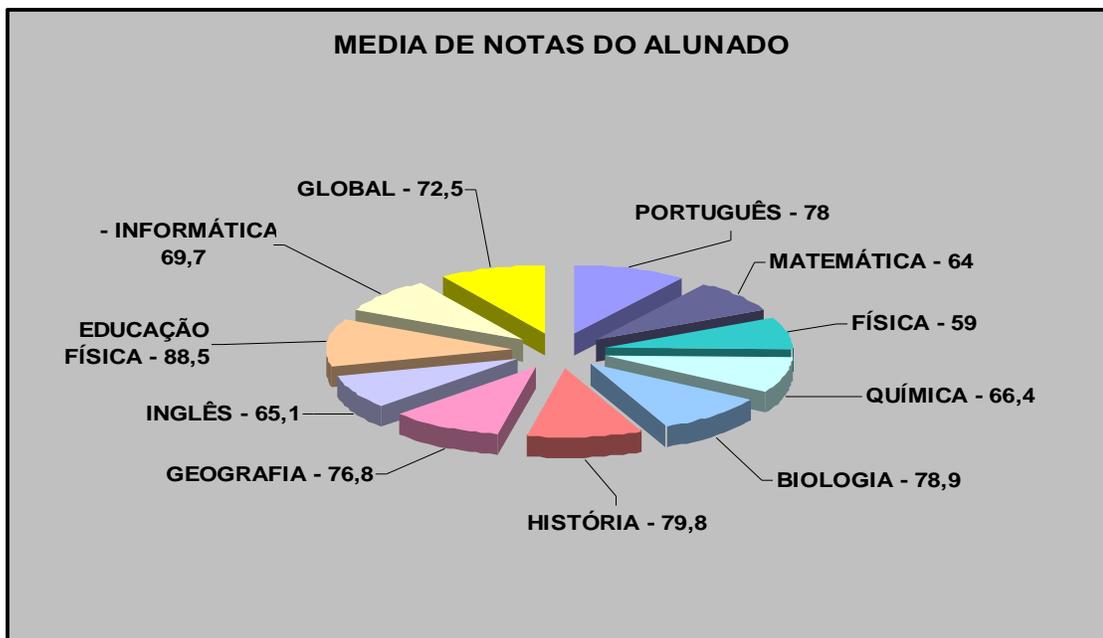


GRÁFICO III.4 - Média de Notas do alunado

Fonte: Dados da pesquisa

Verifica-se que o alunado absorveu 72,5% do conteúdo programático e que seria aprovado em seus estudos com base na legislação vigente que aponta o percentual de 70% para aprovação por media e 50% para aprovação com exames finais, e também se mostra que processo ensino-aprendizagem ocorreu condições favoráveis nas disciplinas consideradas básicas para a área tecnológica, em Matemática com 64,2%, Química com 66,4%, Física com 59,8% e Informática com 69,7%, que indicando a média de 65,1%, tal condição demonstra

que o alunado obteve aquisição do conhecimento necessário ao prosseguimento de seus estudos no campo do saber tecnológico

3.3.4 Avaliação quanto à área do conhecimento que facilita o ingresso do alunado

Tentando responder ao questionamento sobre qual a área das ciências aplicadas, construímos a seguir uma Tabela e realizamos o lançamento das notas médias indicadas na pesquisa em relação às disciplinas que compõe a grade curricular do curso de Nível Médio de Técnico em Edificações na modalidade subsequente, a qual no final conseguimos obter nota média global de 6,75.

Tudo conforme a seguir:

TABELA 18 – Grade curricular com as notas médias para o curso técnico em edificações

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	NOTA APONTADA NA PESQUISA
Português Instrumental	60h	7,78
Informática Básica	60h	6,97
Física Aplicada	40h	5,98
Matemática Aplicada	40h	6,42
Desenho Técnico	120h	6,93
Química Aplicada	40h	6,64
Inglês Instrumental	40h	6,51
Media global para o curso de edificações		6,75

Fonte: Dados da pesquisa.

Comparativamente poderíamos analisar outra situação em que este alunado resolvesse realizar para a 3^a série do ensino médio o conjunto de provas especificadas no componente do PSS – Processo Seletivo Seriado da UFPB, para as três áreas de atuação:

- a. Ciências da Saúde: Biologia, Química, Física e Português;
- b. Ciências Tecnológicas: Matemática, Física, Química e Português.
- c. Ciências Humanas: Matemática, História, Geografia e Português.

Fazendo o lançamento das mesmas notas indicadas pelo alunado na pesquisa e seu respectivo campo do conhecimento, temos:

TABELA 19 – Comparação entre áreas e notas (variação – zero a cem)

MATÉRIA/AREA	TECNOLOGICA	HUMANAS	SAUDE
Português	77,8	77,8	77,8
Matemática	64,2	64,2	X
Geografia	X	76,8	X
Historia	X	78,9	X
Física	59,8	X	59,8
Química	66,4	X	66,4
Biologia	X	X	78,7
Media	67,0	74,4	70,6

Fonte: Dados da pesquisa

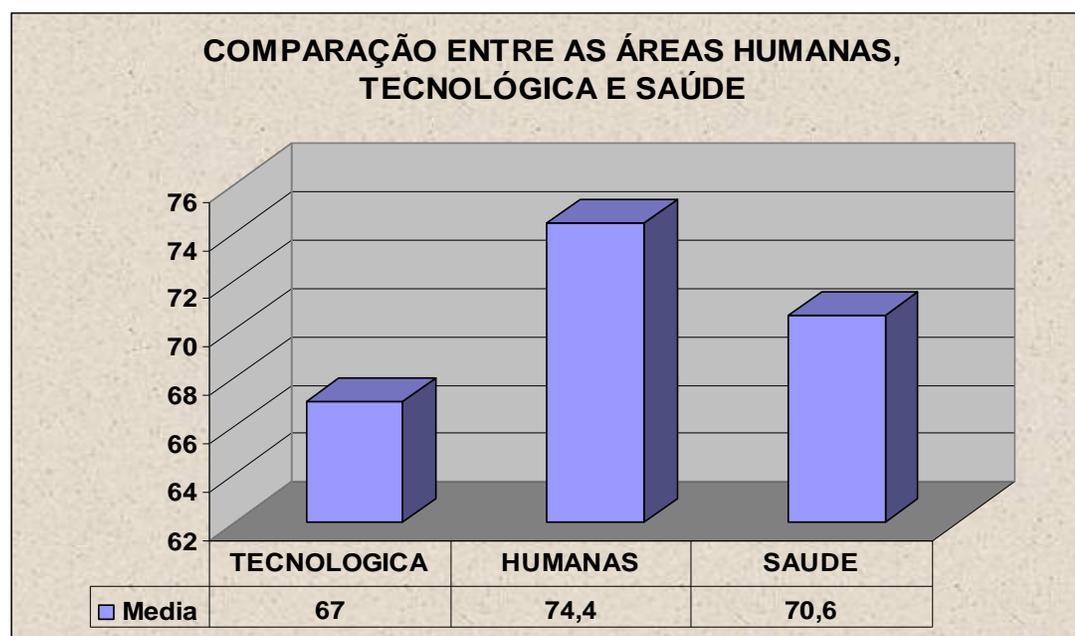


GRÁFICO III.5 – Comparação entre as áreas humanas, tecnologia e saúde.

Fonte: Dados da pesquisa

Constata-se que as médias obtidas foram para a área das Ciências Humanas em 74,4; para a área das Ciências da Saúde em 70,6 e para a área das Ciências Tecnológicas em 67,0. Entende-se que quanto maior for a pontuação maior será a facilidade que o aluno terá para

ingressar no curso escolhido e como foi na área de humanas há de melhor graduação, isso então leva ao alunado a escolher o campo de conhecimento das ciências humanas, embora possua as bases e conhecimento intelectual necessário ao prosseguimento de estudos nos outros campos do saber, inclusive o das Ciências Tecnológicas e das Ciências da Saúde.

3.4 Respostas ao objetivo geral deste trabalho

Desvelar as principais causas da pequena demanda de alunos que ingressam para a Formação Técnica nos cursos profissionalizantes ao nível do Ensino Médio na área do conhecimento da construção cível em edificações na cidade de João Pessoa.

Conforme Barros (2001, p. 3) em seu parecer a respeito da profissionalização com vista a um novo Ordenamento do Ensino Médio no Brasil, em estudo pela Câmara dos Deputados, assim especifica:

“As novas mudanças do ensino médio flexibilizam o sistema, definem um conteúdo central, que são as competências básicas que o aluno deve ter e que correspondem a 75% da carga horária – mas também abrem novas possibilidades para os jovens. Eles poderão prestar um vestibular e se aprofundar em uma área acadêmica, ou poderão iniciar uma pré-profissionalização. E aponta este novo ordenamento legal e institucional está em consonância com: Emenda Constitucional nº 14/96; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Lei nº 10.172/2001 que aprova o Plano Nacional de Educação; Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio; Reformulações na Educação Profissional e Exame Nacional do Ensino Médio”.

E aponta ainda:

“A grande revolução do ensino, agora proposta pelo MEC, ocorre num momento em que, no mundo todo, a educação secundária passa por revisões radicais nas suas formas de organização institucional e nos seus conteúdos curriculares. O ensino médio tem sido o mais afetado pelas mudanças nas formas de conviver, de exercer a cidadania e de organizar o trabalho, impostas pela nova geografia política do planeta, pela globalização econômica e pela revolução tecnológica.” (Barros, 2001, p. 4)

E ainda reporta que: “o Ensino médio e o trabalho se encontram contextualizados no cenário mundial, e vista sob o prisma da extrema desigualdade que marca o seu sistema de ensino, a situação do ensino médio no Brasil é verdadeiramente alarmante”.

Sendo o objetivo geral deste trabalho tentar reconhecer o que leva o alunado a realizar a escolha por sua profissionalização, embora, para a maioria do alunado a profissionalização é ainda um ideal a ser colocado em prática e conforme Scocuglia (2003, p.

4) assevera sobre “Ensino Médio, Trabalho e Empreendedorismo”:

“É necessário perceber que importância da preparação para o novo mundo do trabalho neste início de século, refere-se ao PCNs como ‘à base da formação de todos e para todos os tipos de trabalho’. E sendo básica, ‘terá como referências as mudanças nas demandas do mercado de trabalho, daí a importância de continuar aprendendo’” (Scocuglia, 2003, p. 13).

Neste contexto vejamos a resposta obtida pela pesquisa:

TABELA 20 – Comportamento do aluno após o ensino médio

ITEM	PRETENÇÃO DO ALUNO	QUAN	%
1	PARAR OS ESTUDOS E INGRESSAR NO MERCADO DE TRABALHO	19	3,82
2	FAZER UM ESTÁGIO PROFISSIONALIZANTE PARA DEPOIS ARRANJAR UM TRABALHO	37	7,44
3	EXCLUSIVAMENTE CONTINUAR MEUS ESTUDOS	113	22,74
4	CONTINUAR OS ESTUDOS EM HORÁRIO DIVERSO E ARRANJAR UM EMPREGO/TRABALHO	302	60,77
5	OUTROS 1. “fazer curso para preparo de concursos” 2. “fazer curso para prestar concurso” 3. “estudar na medida do possível” 4. “fazer um estagio – pagar cursinho e fazer uma prova(concurso) após passar e trabalho fixo”. 5. “manter um horário fixo para os estudos e trabalhar no resto do tempo” 6. “continuar meus estudos (faculdade) e exercer a profissão” 7. “continuar meus estudos em horário fixo e no tempo disponível trabalhar” 8. ”entrar na faculdade e arranjar um emprego-trabalho” 9. “cursar uma faculdade e arranjar um emprego” 10. “fazer curso profissionalizante nas áreas de interesse”	26	5,23

Fonte: Dados da pesquisa

continua/conclusão

ITEM	PRETENÇÃO DO ALUNO	QUAN	%
5	OUTROS 11. “continuar meus estudos e tentar conseguir um curso profissionalizante” 12. “curso superior” 13. “fazer o CFO e evoluir meu conhecimento na área de musica” “trabalhar como missionário da igreja MORMON e depois entrar na universidade” fazer faculdade e trabalhar” 14. “fazer faculdade e trabalhar”. 15. “pretendo ainda fazer cursinho” 16. “fazer um curso profissionalizante”. 17. “trabalhar e fazer enfermagem” 18. “continuar os estudos (nível superior e Técnico) e trabalhar” 19. “continuar trabalhando e fazendo faculdade” 20. “Fazer universidade e trabalhar em outro horário” 21. “entrar na universidade e continuar trabalhando” 22. “continuar trabalhando e fazer um curso superior” 23. “Ou se eu arranjar um emprego para poder pagar meus estudos na faculdade” 24. “trabalhar em horário diverso da universidade” 25. “ingressar em uma faculdade e continuar trabalhando	26	5,23

Fonte: Dados da pesquisa

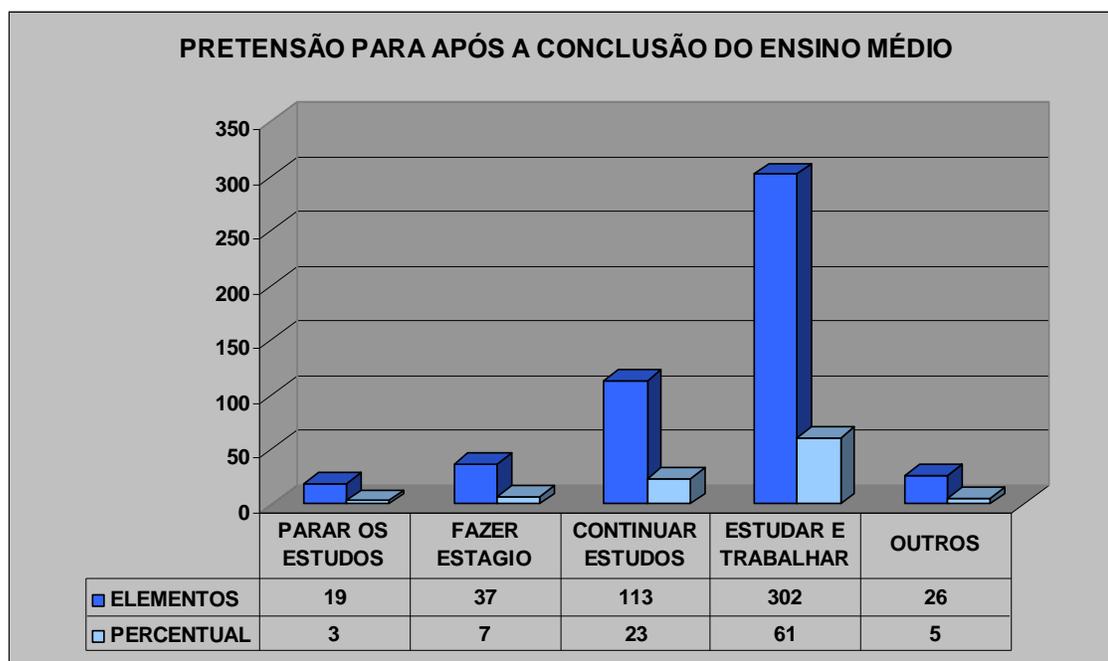


GRÁFICO III.6 – Pretensão para após a conclusão do Ensino Médio

Fonte: Dados da pesquisa

Dáí verifica-se a existência da preocupação com profissionalização e presente a situação registrada pelo diagrama 01, já estudado no Capítulo I deste trabalho, o qual demonstra o percurso para o alunado concluinte ao curso médio, sendo estes os seguintes caminhos:

1. Realizar estudos objetivando uma profissionalização em nível médio na modalidade subsequente.
2. Ou realizar estudos em curso de nível superior nos tipos: Licenciatura, Tecnologia ou Bacharelado.
3. Ou ingressar imediatamente no mercado de trabalho sem profissionalização definida.
4. Ou, ficar desempregado em busca ou aguardando um emprego.

Porém pelas respostas apresentadas na pesquisa, verificamos o elevado percentual de 82,54%, os quais afirmaram o desejo em continuar na vida estudantil após a conclusão do nível médio. E ainda sendo questionado sobre qual o curso pretende realizar. O alunado se expressou conforme a Tabela 21 abaixo, mostrando que 85,90% deles apontaram que pretendem realizar curso em nível superior e 11,52% indicaram que realizaram curso em nível médio, sendo 8,02% para o técnico subsequente e 3,50% para as licenciaturas.

TABELA 21 – Modelo/nível do curso a realizar após concluir o ensino médio

ITEM	MODELO E NIVEL DO CURSO ESCOLHIDO	QUAN	%
1	Médio técnico profissionalizante subsequente (com 2 anos)	39	8,02
2	Médio – licenciatura (com 2 anos)	17	3,50
3	Superior – licenciatura (de 3 a 4 anos)	93	19,13
4	Superior tecnologia profissionalizante (3 anos)	55	11,32
5	Superior – graduação plena (de 4 a 5 anos)	269	55,35
6	Curso que não exige conclusão nível médio	13	2,68

Fonte: Dados da pesquisa

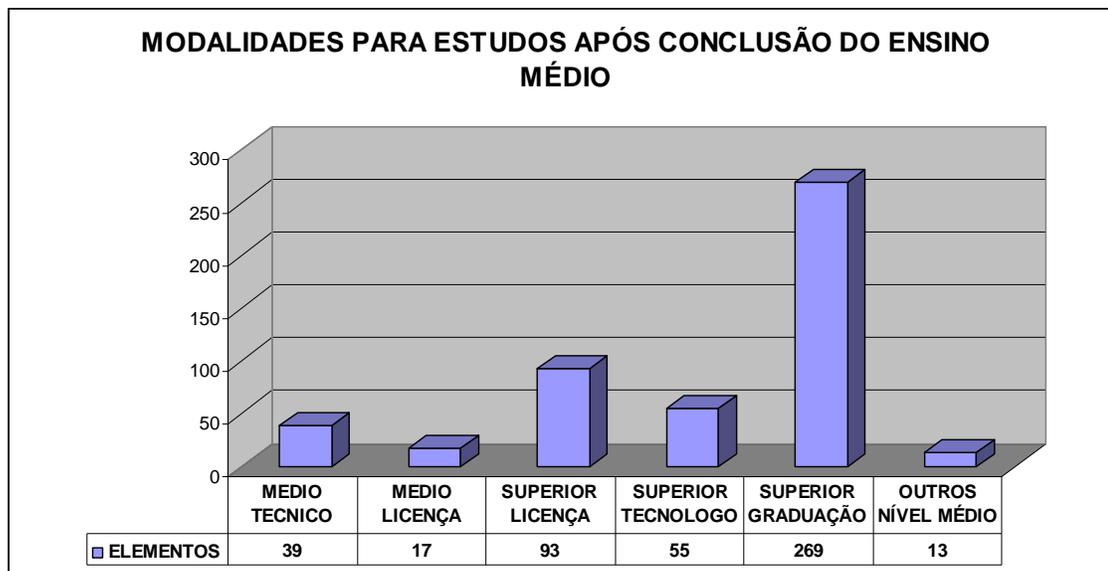


Gráfico III.7 – Modalidades para estudos após conclusão do ensino médio

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à área que alunado pretendem cursar, constata-se que a das Ciências da Saúde foi a mais procurada, seguida pelas de Informática, Comunicação e Designe. A área da Construção Civil, que é objeto deste estudo ficou na 10^a posição dentre as 20 áreas indicadas, com 4,23% de escolha pelo alunado.

Tabela 22 – Quantitativo com pretensão ao Curso Técnico Profissionalizante

QUAN	%	ÁREA	QUAN	%	ÁREA
08	1,65	Agropecuária	06	1,23	Artes
28	5,77	Comercio	40	8,24	Comunicação
20	4,23	Construção civil	30	6,18	Designe
02	0,40	Geomática	09	1,85	Gestão
11	2,26	Imagem pessoal	27	5,56	Indústria
81	16,70	Informática	12	2,47	Lazer e desenvolvimento social
24	4,95	Meio ambiente	04	0,82	Mineração
09	1,85	Química	01	0,20	Recursos pesqueiros
111	22,88	Saúde	27	5,56	Telecomunicações
07	1,44	Transportes	28	5,77	Turismo e hospitalidade

Base: Resolução CNE/CEB nº 4/1999

Fonte: Dados da pesquisa

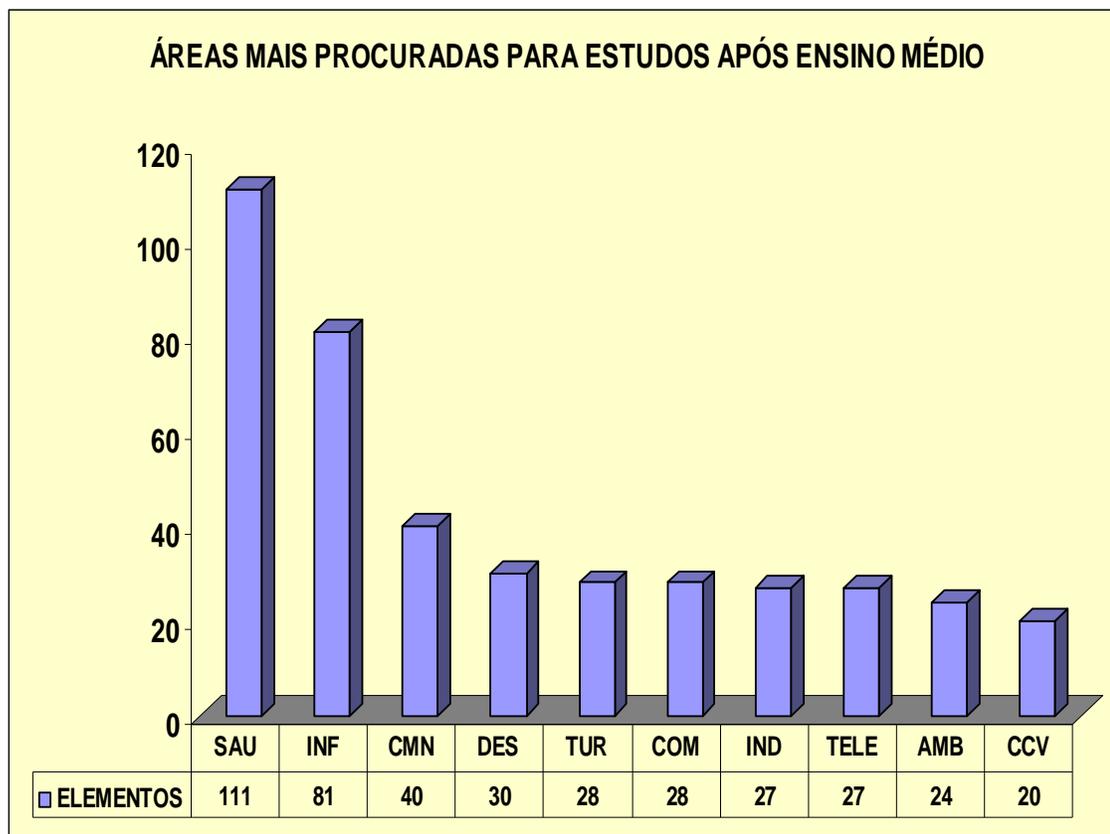


GRÁFICO III.8 – Áreas mais procuradas para estudos após ensino médio

Fonte: Dados da pesquisa.

Utilizamos na montagem do Gráfico III.8 as seguintes abreviaturas para as áreas de conhecimento, sendo SAU para Saúde, INF para Informática, CMN para comunicação, DES para Designe, TUR para Turismo, COM para Comércio, IND para Indústria, TELE para Telecomunicações, AMB para Meio Ambiente e CCV para a Construção Civil.

A pesquisa ainda promoveu o questionamento sobre quais eram os motivos que promoveram ou induziram o alunado a realizar a escolher pelo curso apontado. Verifica-se que foram indicadas respostas, sendo o de maior percentual com 51,38% o desejo de realização pessoal, por 12,97% a aptidão para o curso, por 8,31% o incentivo da família e por 7,78% indicaram a boa remuneração que o curso oferece aos seus profissionais. Vejamos a resposta completa na Tabela a seguir:

TABELA 23 – Motivação para o aluno escolher o curso

ITEM	MOTIVAÇÃO DO ALUNO	QUAN	%
1	Incentivo da família	48	8,31
2	Baixa concorrência que o curso tem para entrar na faculdade	14	2,42
3	Boa remuneração após a formatura	45	7,78
4	Excelente prestígio social que curso proporciona aos seus profissionais	39	6,76
5	Por motivo religioso	01	0,17
6	Aptidão (desde criança sempre obteve jeito para este curso)	75	12,97
7	Desejo de realização pessoal	297	51,38
8	O curso oferece a facilidade de aprovação em concursos para ingressar em cargos públicos	10	1,73
9	Pela facilidade de ingresso no mercado de trabalho	29	5,02
10	A faculdade oferece benefícios imediatos a quem faz o curso como bolsa estágio	03	0,52
11	A necessidade de trabalhar faz com que a escolha seja em horário diverso ao meu horário de trabalho	11	1,90
12	Nem um dos motivos acima	06	1,04

Fonte: Dados da pesquisa

Em referência a principais causas da pequena demanda de alunos que ingressam para a Formação Técnica nos cursos profissionalizantes ao nível do Ensino Médio na área do conhecimento da Construção Civil em edificações na cidade de João Pessoa, entendemos que a escolha do alunado seja realizada de forma subjetiva conforme demonstra o resultado da pesquisa, indicando que 51,38% do alunado pretendem realizar o desejo pessoal em praticar ou exercer determinada profissão e 12,97% apontaram a aptidão confirmando a assertiva "desde criança sempre obteve jeito para este curso" indicando que a escolha para o curso vem como fator relevante à condição pessoal, se contrapondo aos fatores materiais necessários a sobrevivência em uma sociedade capitalista baseada no consumo, vejamos melhor pelo Gráfico III.9 a seguir a resposta do alunado.

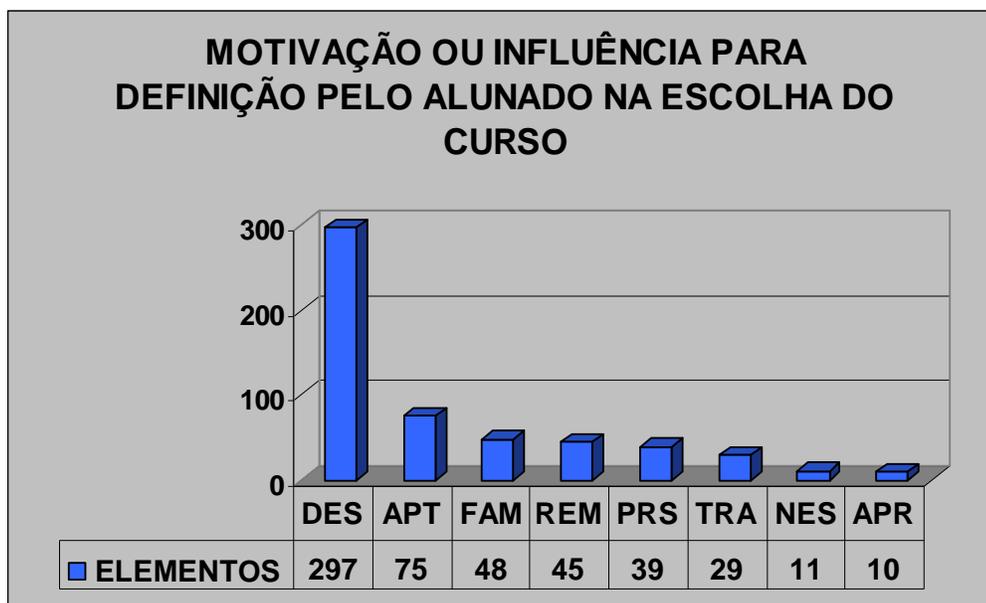


GRÁFICO III.9 – Motivação ou influência para definição pelo alunado pela escolha do curso.

Fonte: Dados da pesquisa

Para compreensão do Gráfico III.9, utilizamos as abreviaturas para as expressões, assim: DES para “Desejo de realização pessoal”; APT para “Aptidão”; FAM para “Incentivo da família”; REM para “Boa remuneração”; PRS para “Prestígio social”; TRA para “Facilidade de ingressar no mercado de trabalho”; NES para “Necessidade de trabalhar”; e APR para “Facilidade de aprovação em concursos públicos”.

A indicação de 8,31% apontada como “incentivo da família” para escolha do curso, sendo este, entendimento talvez como passagem entre o sonho de realização da pessoa na fase da adolescência e realidade da pessoa adulta pela sua sobrevivência, onde existe a busca em se obter uma educação voltada ao trabalho e a geração de renda para a manutenção própria e da família e a realidade de escolher um curso que ofereça uma boa remuneração, possua excelente qualidade acadêmica e ofereça prestígio social aos seus profissionais foi apontada na pesquisa como razões menores e de pouca influência sobre o alunado na definição do curso a ser seguido.

Como corolário tem-se a não apresentação de causa aparente para a pequena demanda de alunos que ingressam para a Formação Técnica nos cursos profissionalizantes ao nível do Ensino Médio na área do conhecimento da construção civil, visto que a escolha tem como base razões de ordem pessoal e incentivo familiar.

3.5 Objetivo Específico nº 1

Reconhecer o que leva o estudante a escolher a sua futura profissão fora da área tecnológica profissionalizante;

Inicialmente tentamos conhecer se o alunado reconhece algum fator ou razão que tenha influenciado na decisão de continuar seus estudos de 74,12% afirmaram positivamente, conforme a seguir.

TABELA 24 – Reconhecimento pelo aluno de algum fator ou razão que tenha influenciado na decisão de continuar seus estudos

SIM		NÃO	
338		118	
74,12%		25,88%	
QUAL MOTIVO QUE INFLUENCIOU NA ESCOLHER O CURSO:			
ITEM	INFLUENCIOU O ALUNO	QUANT	%
1	Excelente qualidade acadêmica	90	20,28
2	Grande procura pelo mercado	89	20,04
3	Tem pouca evasão escolar	02	0,45
4	Ser gratuito	37	8,33
5	Ter custo financeiro compatível	27	6,08
6	Facilidade no financiamento	03	0,67
7	Ser lecionado próximo a residência do estudante	09	2,03
8	Ser ofertado como ensino a distancia (internet)	ZERO	0,00
9	Possuir normas flexíveis para seu funcionamento	15	3,38
10	Permitir ao estudante fazer o curso por parte e a fragmentação do curso objetiva ao estudante obter certificados em etapas e assim praticar concomitante o exercício profissional	16	3,60

continua/continua

SIM		NÃO	
338		118	
74,12%		25,88%	
QUAL MOTIVO QUE INFLUENCIOU NA ESCOLHER O CURSO:			
ITEM	INFLUENCIOU O ALUNO	QUANT	%
11	Ter o curso reconhecimento do publico e do poder estatal	60	13,51
12	Ter facilidade e desburocratização para matricula	05	1,13
13	Ser a saída intermediaria para o estudante que precisa ingressar precocemente no mercado de trabalho	33	7,44
14	Possuir convênio com governo e a instituição que vai realizar o curso de modo mais flexível para a sua funcionabilidade e acesso	18	4,05
15	Outros - relacionando quais:	40	9,01
	<ol style="list-style-type: none"> 1. “Me formar” 2. “Admiração pela área administrativa” 3. “Desejo de minha realização pessoal e profissional” 4. “A satisfação de fazer o que gosto e o que sei que vai me proporcionar um futuro brilhante” 5. “Por ser o meu desejo pessoal” 6. “Por minha vontade de exercer esta profissão” 7. “Os meus pais me incentivam muito” 8. “Por ser um desejo pessoal” 9. “Acho que a melhor coisa na vida é fazer o que gostamos. e o principal fator foi o meu interesse e o meu gosto por tal e a minha família também.” 10. “O modo de dominar plenamente a comunicação” 11. “É o curso que acho legal e sei que vou sair bem formado” 12. “Vontade de ingressa na universidade e de me torna biólogo” 13. “Não sou muito bom pra desistir de continuar, é um sonho que tenho e me formar” 14. “Porque eu quero e porque é o desejo da minha mãe me ver formado” 15. “No futuro poder trabalhar na profissão que desejo” 16. “Vontade de trabalhar com a parte econômica, em empresas, bancos, etc...”. 17. Procurar alcance nos meus objetivos e no meu futuro” 18. “Cada ser humano nasce com os seus talentos acredito que este seja o meu”. 		

Fonte: Dados da pesquisa

continua/conclusão

SIM		NÃO	
338		118	
74,12%		25,88%	
QUAL MOTIVO QUE INFLUENCIOU NA ESCOLHER O CURSO:			
ITEM	INFLUENCIOU O ALUNO	QUANT	%
	19. “Por realizar meu desejo de crescer profissionalmente e ser reconhecido por um bom trabalho” 20. “Minha vontade de conhecer melhor o ser humano” 21. Motivação em estudos mais aprofundados. e por ser publico” 22. “Meus pais e pelo motivo de meu avo ter sido advogado” 23. “Me interesse por estes assuntos” 24. “Desejo próprio” 25. “O fato de você passar parte de sua vida fazendo o ensino fundamental e médio, não acho que parar seria uma boa idéia” 26. “Boa remuneração” 27. “Por esse curso é um pouco disputado nas escolas” 28. “Ser apaixonada pela profissão” 29. “Realização pessoal” 30. “O de conseguir um bom emprego na área que eu gostar” 31. “Pessoais ” 32. “Sempre tive vontade de fazer comunicação, não tive nenhuma influencia em relação ao curso” 33. “A minha única razão é de meu crescimento pessoal” 34. “Por vontade própria” 35. “Por sentir prazer em atuar na área e me identificar” 36. “Por querer um futuro melhor que o dos meus pais.” 37. “Pela satisfação pessoal e profissional”. 38. “Maiores opções de trabalhos, pode trabalhar de forma alternativa.” 39. “Estou fazendo curso profissionalizante que tem um pouco a ver com a minha escolha.” 40. “Melhor colocação no mercado de trabalho e satisfação pessoal.”		

Fonte: Dados da pesquisa

A escolha do curso, apontada pela pesquisa, indicou ser uma opção de ordem pessoal baseada em fatores próprios de cada aluno, mesmo o questionário pedindo que o aluno relacione qual fator ou razão que influenciou a escolher o curso, novamente encontramos respostas como: “Realização pessoal”, “Pessoais”, “Por vontade própria”, “Pela satisfação pessoal e profissional”, “Desejo de minha realização pessoal e profissional”, “A satisfação de

fazer o que gosto e o que sei que vai me proporcionar um futuro brilhante”, “Por ser o meu desejo pessoal”, “Por minha vontade de exercer esta profissão” e ainda “Acho que a melhor coisa na vida é fazer o que gostamos, e o principal fator foi o meu interesse e o meu gosto por tal e a minha família também.”

Porém, verifica-se que depois de realizada a escolha o alunado passa a elaborar uma indicação de racionalidade quando indica os motivos que influenciam na escolha do curso. Os fatores sobre desenvolvimento do curso como a excelente qualidade acadêmica, a grande procura destes profissionais pelo mercado e a necessidade do curso possuir a regulamentação legal para o exercício da profissão e também que a sociedade confira reconhecimento pelos serviços profissionais prestados são apontados pela pesquisa para definição da escolha do curso fora da área técnica ou tecnológica. Assim, só nos deixa a concluir que a baixa demanda está vinculada ao não reconhecimento do alunado pela excelência acadêmica do Curso Técnico em Edificações, pela procura pelo mercado de trabalho e pelo curso possuir a regulamentação legal.

3.6 Objetivo Específico nº 2

Identificar se as políticas públicas favorecem o ingresso na área do conhecimento tecnológico;

Tentando identificar se alguma política pública favorece o ingresso do alunado na área tecnológica, a pesquisa sinalizou que 77,46% da amostra afirmaram positivamente que são influenciados por políticas públicas na escolha do curso, porém verificamos a não existência ou o apontamento de nenhuma política pública em particular, o que seria reconhecer quais são as razões ou fatores que incentivam ou apóiam o aluno do ensino médio a ingressar no curso técnico em edificações.

Como pode ser verificado pelo resultado da pesquisa na Tabela 25 demonstra que o Estado Brasileiro promove suas ações e realização de suas metas de forma Global com ações de cunho geral sem especificar este ou aquele grupo em particular e, portanto realiza suas políticas públicas *erga homis*, senão vejamos o resultado da pesquisa detalhada a seguir.

TABELA 25 – Reconhecimento de políticas públicas que influenciam o alunado em sua escolha de futuro curso

RESPONDERAM	SIM	NAO	
QUANTIDADE	385	112	
%	77,46%	22,54%	
ITEM	RECONHECIMENTO DE POLITICAS PUBLICAS	QUAN	%
1	EXISTE PRECONCEITO DA SOCIEDADE PARA OS CURSOS PROFISSIONALIZANTES DE NÍVEL MÉDIO, POR QUE SÃO CONSIDERADOS “O CURSO PARA OS POBRES”	27	5,08
2	FAZENDO A CRIAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS ATUAIS E NOVOS CURSOS PROFISSIONALIZANTES	54	10,15
3	LIBERALIZAÇÃO PARA A CRIAÇÃO DE NOVAS FACULDADES PRIVADAS	18	3,38
4	CRIAÇÃO DE NOVOS CAMPUS E NOVOS CURSOS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS	105	19,74
5	RESERVA DE COTAS PARA ESTUDANTES DA ESCOLA PUBLICA, PARA A POPULAÇÃO NEGRA E ÍNDIOS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS	41	7,71
6	CRIAÇÃO DO PROUNI – PROGRAMA DE CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDOS NA UNIVERSIDADE PRIVADA COM FINANCIAMENTO PÚBLICO	120	22,56
7	AMPLIAÇÃO DO FIES – FINANCIAMENTO ESTUDANTIL COM RECURSOS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E TESOURO NACIONAL	32	6,01
08	IMPLANTAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PUBLICAS NAS LOCALIDADES PARA DEFINIÇÃO DOS NOVOS CURSOSA SEREM CRIADOS NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO PÚBLICO	21	3,94

Fonte: Dados da pesquisa

continua/continua

RESPONDERAM	SIM	NÃO
QUANTIDADE	385	112
%	77,46%	22,54%

ITEM	RECONHECIMENTO DE POLITICAS PUBLICAS	QUAN	%
09	O GOVERNO VEM INCENTIVANDO AO CONCLUINTE DO CURSO MÉDIO A FAZER CURSOS APÓS A CONCLUSÃO PARA SE PROFISSIONALIZAR DE QUE MANEIRA ?	23	4,32
	1. “sei lá, só lembrou de nos porque a maioria tem mais de 18 e já pode votar ”		
	2. “Através do ENEM, do PROUNI e de outros”		
	3. “Através de propagandas”		
	4. “O governo vem abrindo portas para o estudante ingressar em alguma universidade e se capacitar profissionalmente. deveria melhorar esse auxilio, mas estão no caminho certo”		
	5. “Nenhuma”		
	6. “O governo não incentiva os alunos que termina o médio, da maneira correta”		
	7. “De nenhuma uma forma, pois o governo só pensa em seu próprio bolso”		
	8. “através da criação de novas áreas e campus nas universidades”		
	9. “nada respondeu ”		
	10. “PROUNI”		
	11. “Com as faculdades publicas ”		
	12. “ENEM e faculdades publicas”		

Fonte: Dados da pesquisa

continua/conclusão

RESPONDERAM	SIM	NÃO
QUANTIDADE	385	112
%	77,46%	22,54%

ITEM	RECONHECIMENTO DE POLITICAS PUBLICAS	QUAN	%
09	O GOVERNO VEM INCENTIVANDO AO CONCLUINTE DO CURSO MÉDIO A FAZER CURSOS APÓS A CONCLUSÃO PARA SE PROFISSIONALIZAR DE QUE MANEIRA?	23	4,32
	13. “Fazendo a prova do ENEM” 14. “Eu gosto da política - essa é a excelência para quem gosta de política” 15. “O prefeito da minha cidade natal - Ibiara” 16. “PROUNI e FIES” 17. “Dando oportunidades para os pré-universitários fazerem prova para tentar uma vaga na universidade” 18. “Não há influencia do governo, eu acredito que os projetos precisam sair do papel.” 19. “Prometendo as pessoas que vai criar mais Universidade e melhorar a estrutura dos estudos.” “Há grandes necessidades de ter um grande conhecimento em certa área.”		
10	OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS QUAIS: 1. “Nenhum” 2. “Por tratar-se mais com o publico, crianças e jovens.” 3. “Não reconheço” 4. “Nada me influenciou” 5. “Nenhuma” 6. “Oferecer cursos públicos ou com taxa mínima zero”.	06	1,13
11	NÃO EXISTE DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS PUBLICAS PARA O ALUNO QUE TERMINA O ENSINO MÉDIO	85	15,98

Fonte: Dados da pesquisa

Importante ponto a se levar em consideração é que grande parte do alunado faz uso e se sente influenciado na escolha de seu futuro curso quando 52,45% apontaram as três principais políticas como sendo:

1. Criação do PROUNI – Programa de Concessão de Bolsas de Estudos nas universidades privadas com financiamento público no percentual de 22,56%.
2. Criação de novos campi e novos cursos nas universidades públicas com percentual de 19,74%.
3. Fazendo a criação e ampliação dos atuais e novos cursos profissionalizante com o percentual de 10,15%.

Mostra-se que o alunado reconheceu o que vem sendo implantado pelo PDE - Programa de Desenvolvimento da Educação, sendo uma das ações de governo criadas a partir do segundo governo LULA (2006-2010), onde o MEC programou e colocou em prática um ambicioso plano de criar 120 mil vagas em cursos superiores nas instituições de ensino privado com financiamento público, e ainda a expansão da Rede Federal de Educação Profissional passando das atuais 140 unidades em 2003 que estavam sob a denominação de Escolas Técnicas Federais, Escolas Agro Técnicas Federais e Centros Federais de Educação Tecnológica com unidades funcionando em todos os Estados da Federação, para passar a ter 354 unidades-campus ao final de 2010, distribuídas em 38 IFETs implantadas em médias e pequenas cidades.

A criação destas cidades pólos de Educação Profissional apontada no PDE tem o seu objetivo de interiorizar o ensino técnico e tecnológico, além de incentivar a criação de cursos de licenciatura, aperfeiçoamento e a promoção de cursos indicados ao perfil econômico e social daquelas comunidades e de incentivar a educação inclusiva de Jovens e adultos que estão fora do processo educacional.

Para tanto o Governo Lula II seguindo o seu Projeto Político Pedagógico criou os IFET — Instituto Federal de Educação de Educação Tecnológica em todos os Estados Brasileiros com estrutura de uma universidade pública composta por reitorias e varias pro-reitorias, com conselho superior e determinando a autonomia universitária para gerir as áreas administrativa, financeira e pedagógica, inclusive com a possibilidade de determinar a criação ou extinção de cursos e também realizar a emissão e registro dos seus diplomas e convalidar outros em sua área de atuação, sendo uma verdadeira revolução neste nível de ensino.

3.7 Objetivos Específicos nº 3

Verificação se há incentivo para aquisição do conhecimento necessário ao prosseguimento de estudos no campo do saber tecnológico

Sendo também um dos objetivos deste trabalho saber se existe incentivo para que o alunado ingresse no campo de conhecimento tecnológico, vejamos o que apontou com resultado de nossa pesquisa.

TABELA 26 – Questionando se a escola que oferece uma boa estrutura, como biblioteca, laboratórios, teatro, banda de música, ginásio coberto e quadras esportivas – isso influencia continuar seus estudos?

RESPOSTAS	Sim	Não
QUANTIDADE	341	146
PERCENTUAL	70,02	29,98

ESTA ESTRUTURA TRAZ ALGUM INFLUENCIA NO FUTURO PROFISSIONAL - COMO A ESCOLHA DO CURSO A REALIZAR

ITEM	Influencia sobre o aluno	QUANTIDADE	%
1	Sim, influencia muito	79	16,29
2	Sim, influencia médio	83	17,11
3	Sim, influencia pouco	111	22,88
4	Não, em nada influência	212	43,72

Fonte: Dados da pesquisa

Obtivemos o percentual de 70,02 %, o qual o alunado aponta a existência que uma boa estrutura escolar, incentiva a continuação dos estudos, porém em contrapartida e até contraditoriamente indica que esta boa estrutura física da escola em nada influencia ou influencia muito pouco para escolha do curso profissional a realizar.

Assim, tentando entender qual influência é exercida sobre o alunado para escolha de seu futuro profissional com a definição do curso a realizar, onde passamos então ao questionamento se os professores exercem tal função, e assim obtivemos as respostas constantes da tabela a seguir.

TABELA 27 – Influência dos professores e escolas na escolha do curso desejado

INFLUÊNCIA DOS PROFESSORES SOBRE OS ALUNOS NA ESCOLHA DOS CURSOS QUE DESEJA REALIZAR			
ITEM	INFLUÊNCIA SOBRE O ALUNO	QUANTIDADE	%
1	Não, nenhuma	284	62,01
2	Sim, pouca influência	91	19,87
3	Sim, média influência	54	11,79
4	Sim, muita influência	29	6,33
5	Não informaram	34	X

CONSIDERANDO A CONDIÇÃO EM QUE A ESCOLA E PROFESSORES NOS ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO TENHAM INFLUENCIADO POSITIVAMENTE AOS ALUNOS NA REALIZAÇÃO DA ESCOLHA DO CURSO DESEJADO

ITEM	INFLUÊNCIA SOBRE O ALUNO	QUAN	%
1	NENHUMA INFLUÊNCIA, TIPO:	251	51,86
	1. “não influenciaram em nada”.		
	2. “ninguém me influencia, sigo minha consciência”.		
	3. “pois a cada dia eu vejo o mundo de formas diferente e a vontade de uma vida diversificada”		
	4. “escolha própria”		
	5. “decidi fazer o curso por pesquisa própria”		
	6. “Tenho opinião própria”.		
	7. “Porque tenho opinião própria”		
2	POUCA INFLUÊNCIA, TIPO:	106	21,91
	1. “transmitindo informações básicas e importantes”		
	2. “a maior influência mesmo são dos meus pais”		
	3. “incentivando”		
	4. “aulas		
	5. “ao abrir a minha mente ate eu chegar ao ponto e tomar esta decisão de fazer direito”		
	6. ”eles perguntam pouco”		
	7. “durante aulas, tipos de assunto escolar”		
	8. “conversando, incentivo”		
	9. “matemática”		
	10. “com poucas aulas de informática”		
	11. “dando exemplos de pessoas bem sucedidas”		
	12. “meus professores nem sempre me dizem as qualidades de um determinado curso, então foi em busca do que + me identifico”		
	13. “no baixo desenvolvimento do ensino publico”		
	14. “nunca desistir dos seus sonhos”		
	15. “sempre falam em que curso ingressar, mas sem muito envolvimento”		
	16. mostrando as primeiras noções		
	17. “Administração”		
	18. “Pois sempre tive dificuldade”		
	19. “Uma área excelente”		
20. “Oficiais (formação militar) indiretamente.			

Fonte: Dados da pesquisa

CONSIDERANDO A CONDIÇÃO EM QUE A ESCOLA E PROFESSORES NOS ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO TENHAM INFLUENCIADO POSITIVAMENTE AOS ALUNOS NA REALIZAÇÃO DA ESCOLHA DO CURSO DESEJADO			
ITEM	INFLUÊNCIA SOBRE O ALUNO	QUAN	%
3	MÉDIA INFLUÊNCIA. TIPO:	87	17,97
	1. “através de trabalhos e conversas sobre o assunto ”		
	2. “trabalhos sobre o que envolvia o assunto”		
	3. “dicas através de conversas fora do horário de aula”		
	4. “muito dialogo fora do horário de aula e muitos exemplos de historias parecidas com a minha.”		
	5. “falando que temos que fazer o que gostamos independente da opinião social”		
	6. “instruções”		
	7. “que devemos sempre estudar”		
	8. “nas aulas que davam”		
	9. “incentivo aos estudos”		
	10. “devido as aulas de biologia”		
	11. “cobrando nos estudos”		
	12. “nos estudos sobre o corpo humano”		
	13. “pensei em fazer biologia por causa do meu professor do 3ª ano”		
	14. “conselhos”		
	15. “em rotinas administrativas, por sempre esta a frente de problemas e resoluções, sendo representante de sala e ate membro do conselho escolar.”		
	16. “porque sempre tive bons professores ”		
	17. “aprendi a gostar de certa matéria devido aos bons ensinamentos”		
	18. “mostrando-me como o mercado de trabalho estar”		
	19. “irei-me da bem por ter o dom em relação ao curso.”		
	20. “ensino”		
	21. “na qual eu escolhesse a que me interessasse e também gostasse.”		
	22. “incentivo”		
	23. “com a realização de atividades na área ”		
	24. “o ensino dos professores de historia ”		
	25. “pouca experiência para o mercado”		
	26. “na fundamental com bom ensino”		
	27. “incentivando-me”		
	28. “treinando os alunos”		
	29. “bons professores”		
	30. “alguns professores me influenciaram dizendo que temos que escolher uma profissão para que ela se torne prazerosa em nossa vida, exercer por amor e não pelo que a profissão oferece.”		
	31. “a querer o melhor.”		
	32. “os seus conselhos”		
	33. “incentivar a estudar mais.”		
34. “qualidade de ensino”			

Fonte: Dados da pesquisa

CONSIDERANDO A CONDIÇÃO EM QUE A ESCOLA E PROFESSORES NOS ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO TENHAM INFLUENCIADO POSITIVAMENTE AOS ALUNOS NA REALIZAÇÃO DA ESCOLHA DO CURSO DESEJADO			
ITEM	INFLUENCIA SOBRE O ALUNO	QUAN	%
4	MUITA INFLUENCIA. TIPO:	40	8,26
	1. “Motivação”		
	2. “Boa para o meu desenvolvimento intelectual e profissional”		
	3. “no fundamental uma professora cantava em inglês e todos os alunos também, por isso gosto dessa área”.		
	4. “Pois através deles pude conhecer a matéria e vir a me interessar”.		
	5. “Incentivando-me a alcançar os objetivos da vida”		
	6. “Conselhos sobre o modo de trabalho (área de humanas)”		
	7. “Na maneira do ensino”		
	8. “Para que nos alunos, não sejamos empregados das empresas, mais os donos delas.”		
	9. “Da responsabilidade com o próprio trabalho”		
	10. “Colocando-me sempre pra cima”.		
	11. “Dando o conteúdo necessário para exercer uma profissão com competência”.		
	12. “Se dedique que você chega lá”		
	13. “Pegando no pé”		
	14. “Não desista, o mundo precisa de bons profissionais”.		
	15. “Conselhos”.		
	16. “A facilidade que nos alunos tínhamos em aprender”		
	17. “A não desistir dos estudos”		
	18. “Sempre incentivando a estudar”		
	19. “Aconselhando-me a seguir nestas áreas”		
	20. “Ajudar a ter um mundo mais saudável”		
	21. “Não passaram conteúdo suficiente para um curso de maior concorrência”		
	22. “De fazer o que eu realmente gostasse.”		
	23. “O curso que escolhi, os professores são influencias”		
24. “As melhores possíveis”.			

Fonte: Dados da pesquisa

Assim, novamente o alunado foi taxativo quando 62,01% apontaram que não existe nenhuma influência dos professores na escolha dos cursos profissionalizantes que desejam realizar, e o percentual acumulado de 81,88% indica que se existir influência esta ação afeta muito pouco na escolha e definição do percurso profissional.

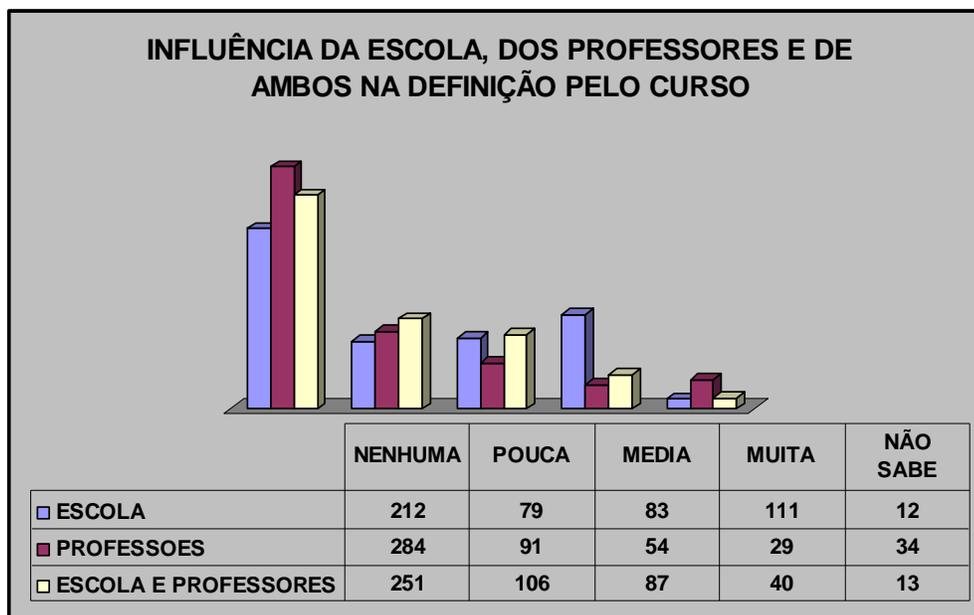


GRÁFICO III.10 – Influência da escola e dos professores na definição pelo curso.
Fonte: Dados da pesquisa

Novamente inquirido sob a condição física da escola e se os professores nos ensinos fundamentais e médios tenham influenciado positivamente na realização da escolha do curso desejado, foi o alunado novamente decidido quando apontando que 51,86% para a inexistência de influência e no acumulado 73,77% indicaram para pouca ou nenhuma influência da escola e dos professores nos ensinos fundamental e médio em relação à escolha do curso profissionalizante a realizar.

Pelo Gráfico III.10, verificamos que nem a estrutura escolar, nem os professores, e nem ambos concomitantemente influenciam na escolha pelo percurso acadêmico do alunado em busca de sua profissionalização.

CAPÍTULO IV

CONCLUSÃO E TRABALHOS FUTUROS

4.1 Conclusão

Verificamos que a pesquisa realizada prendeu-se ao fato da existência da pequena demanda de alunos no curso técnico de edificações na modalidade subsequente e tentou responder a preocupação quanto aos fatores e motivos que levam ao baixo número de elementos que chegam a concluir o curso realizando a sua certificação. Os objetivos desta dissertação servirão como guia para avaliar os resultados obtidos. Na primeira seção esta a introdução com vista ao marco teórico, sendo este o conjunto da razão da pesquisa e o pensamento, disciplinamento e ideia dos mais renomados autores da área objeto desta linha dissertativa, visando sempre o propósito de obter as respostas e soluções aos objetivos da pesquisa e o caminho a seguir e como esses objetivos foram alcançados com uma justificativa sendo apresentada a cada um deles.

No Capítulo I encontram-se os Fundamentos Teóricos de Formação do Ensino Médio com um breve relato Histórico da Educação Brasileira, onde se fazem os estudos sobre a Educação Humanística e Educação Técnico-Profissionalizante, Os Programas Federais para Educação Profissionalizante e também tratamos sobre o Mundo do Trabalho e o Técnico de Nível Médio na Construção Civil em João Pessoa – PB e ainda neste Capítulo foram apresentados as Fundamentações Legais para os Cursos Profissionalizantes no contexto do Plano de Desenvolvimento da Educação.

Os quatro objetivos desta dissertação foram declarados no Capítulo II – Painel Geral da Pesquisa e são usados para estruturar a avaliação dos resultados obtidos e com isto temos de fato haver realizado um completo estudo sobre a Formação Técnica no Ensino Médio, sendo representativo sobre as principais causas da pequena demanda de alunos no curso profissionalizante em técnico de edificações modalidade subsequente em João Pessoa/PB.

No Capítulo III temos o resultado da pesquisa, tratamento e análise dos dados. Mostra a pesquisa realizada no período de 03 a 16 Junho de 2008, sendo aplicado 497 questionários no Liceu Paraibano em João Pessoa/PB direcionados aos alunos que estavam cursando a 3ª série do ensino médio dos três turnos: manhã, tarde e noite, e escolhidas de forma aleatória, sendo o turno da manhã com 163 alunos, o turno da tarde com 168 alunos, e também se aplicou no turno da noite com 166 estudantes, onde destes temos: 302 pessoas do sexo feminino e 195 do sexo masculino.

Na determinação da amostra que foi aplicada a fórmula de Mattar e inicialmente determinada para 415 alunos, porém durante a execução da pesquisa, atendendo ao critério executivo, ocorreu que houve a necessidade de aumentar este quantitativo, tendo em vista o número de alunos presentes em salas no momento de aplicação do questionário, assim a amostra planejada de 415 passou a ser de 497 elementos, ocorrendo uma melhora dos dados com a conseqüente da redução da margem de erro prevista em 4% passando para 3,605 %.

Quanto ao cumprimento e tentativa de respostas ao objetivo geral e aos três objetivos específicos, temos:

1. Relativo ao Objetivo Geral

Em referência ao questionamento sobre as principais causas da pequena demanda de alunos que ingressam para a Formação Técnica nos cursos profissionalizantes ao nível do Ensino Médio na área do conhecimento da construção cível em edificações na cidade de João Pessoa, obtivemos a solução que a escolha do alunado é realizada de forma subjetiva conforme o resultado da pesquisa indicando: 51,38% do alunado pretendem realizar seu desejo pessoal, 12,97% da amostra apontaram a aptidão e 8,31% apontaram como “o incentivo da família”. Como corolário, o objetivo geral apresentou a inexistência de causa aparente para a pequena demanda de alunos que ingressam para a Formação Técnica nos cursos profissionalizantes ao nível do Ensino Médio na área do conhecimento da construção cível, visto que a escolha tem como base razões de ordem pessoal e incentivo familiar.

2. Relativo ao Objetivo Específico nº 1

Tentando reconhecer o que leva o estudante a escolher a sua futura profissão fora da área tecnológica profissionalizante, novamente verificou-se na pesquisa que a escolha do curso é apontada como uma opção de ordem pessoal baseada em fatores próprios de cada aluno, porém feita depois de decidido e escolhido o curso, passa o alunado a elaborar uma indicação dos motivos que influenciam na escolha do curso, como: excelente qualidade acadêmica, a grande procura pelo mercado destes profissionais e a necessidade do curso possuir a regulamentação legal da profissão e também que exista reconhecimento social ao profissional. Assim, se conclui que a baixa demanda está vinculada ao não reconhecimento pelo alunado de excelência acadêmica do Curso Técnico em Edificações, embora exista procura no mercado de trabalho e pelo curso possuir a regulamentação legal.

3. Relativo ao Objetivo Específico nº 2

Buscando identificar se alguma política pública favorece o ingresso do alunado na área tecnológica, a pesquisa sinalizou que 77,46% da amostra são influenciados por políticas públicas na escolha do curso, porém verificamos a não existência ou o apontamento de nenhuma política pública em particular, o que seria reconhecer quais são as razões ou fatores que incentivam ou apóiam o aluno do ensino médio a ingressar no curso técnico em edificações, já que o Governo Lula indicou que promoveria o incentivo à educação profissional:

O tratamento a ser dado à educação profissional, anunciado pelo Ministério da Educação ao início do Governo Lula, seria de reconstruí-la como política pública e corrigir distorções de conceitos e de práticas decorrentes de medidas adotadas pelo governo anterior, que de maneira explícita dissociaram a educação profissional da educação básica, aligeiraram a formação técnica em módulos dissociados e estanques, dando um cunho de treinamento superficial à formação profissional e tecnológica de jovens e adultos trabalhadores. (Brasil/MEC, 2005, p. 2).

O resultado da pesquisa demonstra que o Estado Brasileiro promove suas ações e realizações de suas metas de forma Global com ações de cunho geral sem especificar este ou aquele grupo em particular. Verificou-se que o alunado se sente influenciado na escolha de seu futuro curso, apontando as três principais políticas como sendo:

1. Criação do PROUNI – Programa de Concessão de Bolsas de Estudos nas universidades privadas com financiamento público no percentual de 22,56%.
2. Criação de novos campi e novos cursos nas universidades públicas com percentual de 19,74%
3. Fazendo a criação e ampliação dos atuais e novos cursos profissionalizantes com o percentual de 10,15%.

Realmente com o alunado reconheceu o que vem sendo implantado e desenvolvido no PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação, sendo estas ações de governo criadas a partir do segundo governo Lula (2006-2010).

4. **Relativo ao Objetivo Específico nº 3**

Na busca da verificação se há incentivo para aquisição do conhecimento necessário ao prosseguimento de estudos no campo do saber tecnológico, obtivemos resposta o qual o alunado apontar a existência que uma boa estrutura escolar incentiva a continuação dos estudos, porém a boa estrutura física da escola em nada influencia ou influencia muito pouco para escolha do curso profissional a realizar.

Ainda questionado sobre a influência dos professores na escolha dos cursos profissionalizantes que desejam realizar, obtivemos a posição de 81,88% do alunado indicando que se existir influência, esta ação os afeta muito pouco na escolha e definição do percurso profissional.

Novamente inquirido sob a condição física da escola e se os professores nos ensinos fundamentais e médios exercem influência positiva na realização da escolha do curso desejado, foi o alunado novamente decidido quando a maioria apontaram para a inexistência de influência e 73,77% indicaram para pouca ou nenhuma influência da escola e dos professores nos ensinos fundamental e médio em relação à escolha do curso profissionalizante a realizar.

5. **Corolário geral**

Vários cientistas reconhecem a existência de problemas no ensino médio no Brasil, dentre eles citamos Teodoro (2004, p. 9) que aponta:

“[...] Desafio que se coloca à educação brasileira é o de superar o dualismo entre a escola pública para os pobres e o colégio privado para as classes médias e superiores, a que se segue, em geral, a universidade federal (pública) para os jovens que frequentaram os colégios privados e a universidade privada para aqueles que vêm das escolas públicas, das redes estaduais e municipais.

A consolidação da escola para todos implica que se supere rapidamente esse perigoso dualismo que, se permanecer durante muito mais tempo na realidade brasileira, pode destruir uma sã convivência entre iniciativa privada ou comunitária e iniciativa pública ou estatal.

A procura dos colégios privados por parte da classe média resulta de um compreensível desejo de dar uma educação de qualidade aos seus filhos, nos planos das aprendizagens e do acompanhamento e segurança. A questão que se coloca é como alargar esse conceito de qualidade à rede pública.”

Nesse sentido, aponta ainda Teodoro (2004, p.09):

“[...] que devia (a educação de nível médio) ser uma prioridade nas políticas municipais e estaduais com a criação de escolas de excelência (não apenas nas instalações, mas igualmente no projeto educacional e nos apoios sociais), que sirvam de exemplo positivo e de demonstração de um potencial de mudança e transformação das relações sociais”.

Entende Teodoro (2004, p.10) que essas “escolas de excelência devem situar-se em locais problemáticos, mas associados sempre a projetos com uma forte participação de movimentos comunitários, inserindo a escola em processos mais gerais de emancipação social”

Tentando resolver esta emancipação social propaga o Governo Lula (2007-2010) que a profissionalização deve ser inserida no ensino médio e vista como uma forma de ascensão social e aponta como uma grande questão para a solução da pobreza e para mitigar a miséria e indica como uma saída para os beneficiários de programas sociais. Percebe-se uma visão governamental pelo dilema entre fornecer o sustento imediato para as famílias miseráveis e, ao mesmo tempo, impedir que elas se tornem escravas da ajuda e deixem de evoluir para que continuem recebendo a ajuda governamental.

Constata-se o conceito do “ensinar a pescar além de dar o peixe”. E, na condição que se deve “ensinar a pescar”; nada pode ser mais justo e prospero do que fornecer o acesso aos beneficiários da ajuda governamental aos cursos profissionalizantes. Concedendo aos membros de famílias carentes a possibilidade de aprender uma profissão e ganhar o próprio sustento através da profissionalização ou de um pequeno negócio rentável. O que com certeza promoveria a redução da miséria e ao mesmo tempo elevaria a condição social dessas famílias e de seus membros

Estamos assim, concluindo a presente pesquisa indicando a condição encontrada em que o aluno já concluinte do ensino médio não se sente atraído em realizar curso profissionalizante de Nível Médio Subseqüente, preferindo ingressar em cursos de graduação

ou de Tecnologia por desejo de realização pessoal e estímulo familiar, sem quaisquer ou quase nenhuma participação dos professores e da escola.

Tal situação, atualmente, parece já ser reconhecida como um problema educacional brasileiro e em estudo pelas maiores autoridades governamentais como os Ministro Hadad, da Educação, Ministro Mangabeira Unger da pasta de Assuntos Estratégicos, pelo Sr. Carlos Artexes, Coordenador-geral do Ensino Médio do MEC dentre outros, que compõe a comissão interministerial formada para reestruturar o ensino médio e que apresentou em 16.12.2008 como resposta ao problema um corolário com vários pontos a serem cumpridos e amplamente divulgados, até por e.mail enviado pelo SINFET/PB aos professores e diretores da Rede Federal de Educação Profissional sob o título “MEC quer ensino médio integrado com a educação profissional” redigido pela Agência Brasil em 17/12/2008 mostrando que o Ministério da Educação (MEC) quer uma mudança profunda nas diretrizes curriculares do ensino médio e a integração dessa etapa com a educação profissional e assim elenca os pontos abaixo:

1. Segundo Artexes (2008, p. 01), no exercício da Coordenação Geral do Ensino Médio do MEC, assevera que a ideia quanto à profissionalização é fortalecer a integração entre o MEC e os governos estaduais que são os responsáveis por oferecer essa etapa de ensino para criar o que chamou de “ensino médio nacional”. A etapa é considerada a mais frágil de todo o sistema de ensino. Hoje, mais de 50% dos jovens de 15 a 17 anos não estão matriculados nessa etapa de ensino. O principal problema apontado por especialistas é que o ensino médio não atende às necessidades do jovem brasileiro.

E também Unger (2008, p. 01), no cargo de Ministro de Assuntos Estratégicos Brasileiro, que compõe a Comissão do Governo Federal para apontar solução aos Problemas da Educação Brasileira, afirmou que a iniciativa é uma medida de capacitação do “povo do nosso país que fervilha de energia humana frustrada e dispersa”.

“Vamos usar esse projeto como alavanca para mudar a maneira de ensinar e de aprender no Brasil. Substituir o ensino orientado para a decoreba por um ensino analítico, capacitador. Será um ensino que substitui o foco na informação enciclopédica pelo uso seletivo da informação aprofundada como instrumento de capacitação”. (Unger, 2008, p. 01).

2. O processo de mudança do formato do ensino médio, segundo o MEC, começará pelos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETS), que hoje já adotam o modelo integrado, visto que a Rede Federal de Educação Profissional está sendo expandida e a previsão é inaugurar 150 escolas novas até 2010. Indicou o ministro Mangabeira Unger: “Nós vamos ter que aprender a organizar essa colaboração com os estados, porque a maioria das escolas médias é responsabilidade dos estados, eles é que tem a responsabilidade. Vamos engajar os estados na transformação das escolas já existentes”. O Ministro não acredita que esse direcionamento interfira na autonomia dos estados para definir as políticas estaduais de educação.

3. Apontou ainda o Ministro Unger (2008, p. 02) que entende tal condição

“Não é uma imposição de cima para baixo. O governo federal tem legitimidade para atuar nas escolas técnicas. Eu tenho a convicção de que a ampliação dos CEFETS vai exercer um imenso efeito demonstrativo, eles vão atrair os melhores professores, os melhores alunos. Então, aos estados que se interessarem poderão propor uma colaboração na transformação do ensino médio”.

4. Outra determinação daquele Grupo de Trabalho é a obrigatoriedade do ensino médio. Hoje, o ensino é obrigatório dos 7 aos 14 anos, faixa etária que compreende o ensino fundamental. Mas o MEC quer ampliar essa cobertura, por meio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), para alunos de 4 a 17 anos.

5. Argumenta Artexes (2008, p. 03) que:

“Os números mostram que nos próximos dez anos o Brasil viverá um momento único de bônus demográfico. A população entre 0 e 17 anos cairá entre 7 e 8 milhões em dez anos. Por isso é absolutamente possível que em um prazo inferior a esse, de cinco ou seis anos, nós possamos tornar essa regra universal”.

O documento elaborado pelo Grupo de Trabalho e distribuído aos professores da Rede Federal em Dezembro de 2008 apontando respostas aos Problemas da Educação Brasileira, foi apresentado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva neste início de 2009, e segundo o Ministro Haddad, consta que o principal problema é que o ensino médio não atende às necessidades do jovem brasileiro.

4.2 Melhorias da Pesquisa Realizada

A presente pesquisa teve como foco a relação escola-professor e suas influências na escolha do futuro profissional do alunado, assim entendemos que existem outras duas áreas na qual esta pesquisa pode ser melhorada. Este novo direcionamento seria quanto ao foco de ação e redefinição da amostra, veja-se que a presente pesquisa tenta entender as razões as quais leva o aluno a decidir sobre o seu percurso profissional, E se inquirirmos sobre a ação dos professores e das instituições educacionais e as razões que levaram a decidir por um determinado curso, assim talvez a modificação do foco saindo da relação escola-professor e passando este foco para o domicílio-família do alunado e indo a questionar se tal relação promove incentivo ao ingresso no campo do conhecimento das áreas tecnológicas e correlatas que trabalham com conteúdos da matemática e da física. Talvez a nova pesquisa demonstrasse que as famílias participam mais efetivamente da definição e escolha, e também poderia realizar a execução de consultas comparativas entre as famílias do alunado.

A inclusão da vida pessoal, do cotidiano e da convivência (as visões, fantasias e decisões sobre o próprio corpo e saúde, base para um desenvolvimento autônomo) no exercício da cidadania poderia ser motivo de estudos para se entender a ocorrência da relação que o jovem possa fazer a escolha de sua profissão fora do campo do conhecimento técnico e as aprendizagens da escola com as preocupações comuns na vida de todo jovem: aparência, sexualidade e reprodução, consumo de drogas, hábitos de alimentação, limite e capacidade física, repouso, atividade, lazer e suas determinantes, com efeito, a escolha de seu percurso após a conclusão do ensino médio demonstrou ser realizada como uma questão de ordem pessoal em que se objetiva a realização de desejo ou aptidão para tal curso ou profissão.

Talvez a verificação da metodologia do processo ensino-aprendizagem para os estudos de ciências e da matemática no nível fundamental e de matemática, química e física no ensino médio, onde a pesquisa mostrou um baixo resultado, indica ou mostra que o processo de aprendizagem devesse ser mudado ou melhorado afim de em um novo contexto da escola-objeto, onde se realiza a relação ensino/aprendizagem, poderia promover a facilidade entre a distinção do fato e a interpretação do conteúdo curricular ou a identificação de falhas da observação cotidiana. Talvez ainda, a realização de questões sobre a reprodução em sala de aula de situações na qual o emprego da ciência dependa da participação e interação entre o professor e o aluno. Talvez se existisse aulas práticas com equipamentos e materiais

de laboratório sem a abstração do mundo, trazendo experiência imediata do ensino teórico-prático a qual aparecesse ao final deste processo à consciência na escolha profissional futura.

É sabido que o processo ensino-aprendizagem em disciplinas matemática e física se mostra como causa e efeito de baixo desempenho escolar que impede um elevado número de alunos serem inseridos nas áreas das ciências exatas e da natureza, talvez por esta razão exista a indicação da escolha de outros cursos onde as aplicações dos conteúdos e ensinamentos obtiveram melhor aproveitamento como as disciplinas de história, português e biologia que apontam e indicam o campo de conhecimento que exige um bom desempenho para as áreas das Ciências Jurídicas, das Ciências da Saúde e as Ciências Sociais Aplicadas.

Desta forma, este problema deve ser investigado com intuito de tentar entender sob o contexto da realização da escolha do campo profissional e perspectiva da real possibilidade de geração de renda onde se mostra necessário a toda a população sendo a profissionalização fator bastante importante na vida de qualquer cidadão, não só para os trabalhadores de pouca ou pequena qualificação, mas também para os de elevada e com a melhor especialização. Todos necessitam gerar renda para o custeio de sua sobrevivência e de sua família.

Nessa visão, buscar entender se já não se está no tempo de se excluir a atual prática livresca e alienada do ensino voltado à preparação única e exclusiva para aprovação em concursos vestibulares por intermédio de disciplinas estanques que já não dão conta de extrair da vida prática a dimensão intelectual e crítica do pensamento.

Assim a pesquisa poderia ser melhorada com uma enquêta de questões sobre o que realmente promove a decisão da definição da escolha profissional, e nesse contexto se a formação atual é incentivador de novos conhecimentos em campo técnico, conduzindo questionamentos à compreensão do percurso profissional na área das tecnologias como um todo, entendendo o mundo em que elas estão inseridas, a organização na qual elas estão estruturadas e o trabalhador que irá desempenhá-las, entendê-las e aplicá-las em realidade bem diferente e adversa.

Desta forma, a estratégia e questionamentos poderiam ser escolhidos de acordo com outra metodologia, visto que a estratégia adotada nesta pesquisa foi de realizar questionamentos ao aluno. Outra estratégia interessante seria realizar a enquêta junto às famílias com a conseqüente entrada no domicílio da preocupação sobre a escolha do percurso profissional a ser seguido e realizar a comparação com os dados apontados nesta pesquisa que foram fornecidos pelo alunado.

Neste sentido, será necessário estudar como pesquisas por amostragem quantitativa e por similaridade poderiam ser realizadas sobre estudos sociais comparados.

4.3 Potenciais Trabalhos Futuros

Vemos a possibilidade para a realização de potenciais trabalhos futuros a partir dos estudos elaborados. Neste sentido, os trabalhos futuros podem ser divididos em dois grupos, aqueles que se referem a presente pesquisa e aqueles que se referem à extensão desta pesquisa com uma revisão dos objetivos e resultados desta Dissertação.

Os dois tipos de trabalhos futuros mencionados nesta seção, servem para que outros pesquisadores obtenham interesse em estudar a pequena demanda no ensino médio profissional da modalidade subsequente e realize, após este primeiro estudo sob o foco da relação professor/escola, nova tentativa de entender as razões ou suas influências para a escolha pelo alunado do curso profissionalizante a ser seguido.

Outros trabalhos podem ser realizados objetivando uma melhor cobertura sobre os questionamentos inicialmente oferecidos e também a elaboração sobre outras indagações e áreas de conhecimento nas quais devem levar a uma melhoria nos objetivos desenvolvidos e requeridos pela atual pesquisa.

O segundo trabalho poderia tratar em estudos da psicologia educacional e escolha vocacional na tentativa de entender sobre as diversas afirmações que resultante da pesquisa em que o alunado escolhe o seu futuro profissional sob a ótica do “desejo de realização pessoal”, sendo bastante subjetiva poder-se-ia estender a abrangência da pesquisa executada, e assim poderiam enriquecer a funcionalidade descrita acima abrangendo as relações família/aluno e família /escola.

Sendo um estudo comparativo quanto à escolha do alunado pelo ensino médio integrado com a profissionalização ou ensino profissionalizante subsequente no nível médio e a sua consequente definição profissional. A respeito desta integração curricular que já se encontra proposta no Decreto nº 5.154/2004, regulamentada pelo Parecer CNE/CEB nº 39/2004 como forma de articulação entre a Educação Básica e a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a Constituição e a legislação educacional vigente enfatizam a cidadania, o trabalho e o mundo do trabalho.

Dentro dessa mesma ótica, embasada nos estudiosos e pesquisadores da educação “Integral”, a proposta curricular para o Ensino Integrado contemplará uma metodologia formadora, fundada na “pedagogia do trabalho”, identificada como a possibilidade de conduzir o alunado a compreender que mais do que dominar conteúdos, deverá aprender a se relacionar com o conhecimento de forma ativa, construtiva e criadora, balizados pelos eixos curriculares trabalho, ciência e cultura, bem como por um percurso metodológico que abarque a problematização, a teorização, a formulação de hipóteses e a intervenção na realidade.

A pesquisa aqui proposta poderia iniciar questionamentos sobre qual seria a metodologia ideal para o Ensino Integrado, que tem em sua forma a possibilidade para uma análise de um fato, de uma abordagem ou de uma situação sob diferentes óticas disciplinares.

O estudo sobre integração do currículo acadêmico do ensino médio e das disciplinas da profissionalização indicaria a concepção do educando como o sujeito capaz de se relacionar com o conhecimento de forma ativa, construtiva e criadora, metodologicamente estudando os procedimentos e atividades que permitam ao aluno reconstruir ou “reinventar” o conhecimento didaticamente transposto para a sala de aula, entre eles a experimentação, a execução de projetos, o protagonismo em situações sociais.

A análise metodológica deverá possibilitar ao educando o domínio das diferentes linguagens, desenvolvimento do raciocínio lógico e da capacidade de usar conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-histórico para compreender e intervir na vida social e produtiva de forma ativa e criativa e assim ter a consciência de escolha profissional dentro e em foco com as suas habilidades e conceitos.

REFERÊNCIAS

AGENDA 2020 – Fórum Temático de Educação: **Projeto Educação Profissional**. Disponível em: http://www.agenda2020.org.br/arquivos_PropostaAnexos/93Arquivo_EDUC_15_Educacao_Profissional.pdf>. Acesso em: 10 out. 2008.

ARTEXES, Carlos. **MEC quer ensino médio integrado com a educação profissional**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <warwickleite@hotmail.com> em 18 dez. 2008.

BARROS, Helena. **Ensino médio**. Disponível em: <<http://apache.camara.gov.br/portal/arquinos/Camara/internet/publicacoes>>. Acesso em: 12 jan. 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília (DF): Editora Câmara dos Deputados, 2002.

_____. Presidência da República. Casa civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 18 dez. 2007.

_____. Presidência da República. Casa civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm>. Acesso em: 18 dez. 2007.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 15/1998**, de 1 de junho de 1998. Atualiza e institui as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio. <Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1998/pceb015_98.pdf>. Acesso em: 18 Jan. 2009.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer do CNE/CEB nº 16/1999**, de 5 de outubro de 1999 Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb016_99.pdf. Acesso em: 18 dez. 2007.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº. 3/1998**, de 26 de junho de 1998. Institui as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1998/rceb03_98.pdf. Acesso em 12 Jan. 2009.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 4/1999**, de 8 de dezembro de 1999. Atualiza e institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_resol0499.pdf>. Acesso em 02 dez.2007.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 01/2005**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb001_05.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2008.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 04/2005** - Inclui novo dispositivo à Resolução CNE/CEB 1/2005, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004. Disponível em: <http://200.189.113.133/det/arquivos/File/PROEJA/Legislacao/Resolucao_CNE_04_27_outubro_2005.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2008.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: 18 dez. 2008.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em: 18 dez. 2008.

_____. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar - PNAD 2003**. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/arquivo/pnad2003>. Acesso em: 14 jul. 2005.

_____. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar - PNAD 2007**. Disponível em: Acessado em 12/11/2008. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1230&id>. Acesso em: 12 nov. 2008.

_____. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Relatório da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar - PNAD 2003-2004**. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/arquivo/relatorio>. Acesso em: 14 fev. 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Boletim eletrônico nº 34 de 27/09/2004**. Brasília (DF): Disponível em: <http://mecsrv04.mec.gov.br/news/boletim_semtec.asp?>. Acesso em: 15 set. 2006.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP. **Censo Escolar 2008**. Disponível em: <www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/educacenso_2008.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Relatório do Seminário Nacional de Educação Profissional**. “Concepções, experiências, problemas e propostas”. Anais. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002266.pdf>>. Acesso em 14 jan. 2006.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Características do emprego formal no Brasil - RAIS/2007**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/rais/2007/arquivos/Resultados_Definitivos>. Acesso em: 12 jun. 2008.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **CAGED - Cadastro Geral Emprego e Desemprego referente ano 2004**. Disponível em: <<http://estatistica.caged.gov.br>>. Acesso em: 16 dez. 2006.

CAMARGO, J. M. **Flexibilidade do mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CARTOLANO, Maria Teresa Penteado. As “lições das coisas” na reforma Benjamin Constant da Instrução Primária (1890). In: **CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**, 1., 1998, Porto. Actas... Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1998.(copia)

CEFET/PB. Comissão Permanente de Concursos - COMPEC. **Relatório da Pesquisa sobre a Demanda**. [mensagem pessoa]. Mensagem recebida por <warwickleite@hotmail> em 8 nov. 2008.

_____. Comissão Permanente de Concursos - COMPEC. **Relatório de Concorrências do PSU - Processo Seletivo Unificado referente aos anos 2006, 2007, 2008 e 2009**. Disponível em: <www.cefetpb.edu.br/compec/psu>. Acesso em: 16 out. 2008.

_____. Parecer s/n, de 31 de março de 2006. Instituição do curso de nível médio integrado em técnico de edificações. **Publicação interna**. João Pessoa: 2006.

CHAGAS, Anivaldo. **Questionário na pesquisa científica**. Revista de Administração da Fundação Escola Comércio Alves Penteado - 2000. Disponível em: <www.fecap.br/adm_online/art11>. Acesso em: 15 mar. 2007.

CHAVES, Eduardo O C. **A filosofia da educação e a análise de conceitos educacionais**. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/chaves.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2006.

CIAVATTA, Maria. Ensino médio integrado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. **Advogados inscritos**. Atualização 09/Novembro/2008. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/relatorioAdv>>. Acesso em 15 nov. 2008.

COSTA, Otaviana Jales. **As representações sociais de crianças sobre professoras**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio grande do Norte, Natal, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido**. Campinas: Revista Educação e Sociedade, 2005.

_____. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: _____. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

HADDAD, Fernando. **Plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2008.

KUENZER, A. Ensino Médio. **Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEAL, Maria Cristina. **Os jesuítas e a formação dos quadros para o estado patrimonial**. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1996.

LOPES, Celi Aparecida Espasandin. **Matemática 2004**. Disponível em: <www.portal.mec.gov.br/SEB/arquivo/pdf>. Acesso em: 16 out. 2006.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**. São Paulo: EPU, 1986.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 1996.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu. **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2005.

MOREIRA, Emília. In: IV Encontro Nacional Sobre Migrações. Anais. Trabalho sobre **Migrações na Construção Civil em João Pessoa**. 2006. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/4EncNacSobreMigracao/SCII-5.pdf>> acesso: varias vezes ultima em 12 de Dezembro de 2007

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO. 2000.

PARAÍBA. Lei Estadual nº 8.428, de 16 de Dezembro de 2007. Institui plano de cargos, carreiras e remuneração dos servidores civis de nível superior da administração do Poder Executivo. **Diária Oficial Paraíba**, João Pessoa, 2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – ONU/PNUD. **PAC prevê que Brasil atinja ODM de esgoto**. Disponível em: <www.pnud.org.br/saneamento/reportagens>. Acesso em: 13 mar. 2007.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2007/r220107-PAC.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2008.

RAMOS, Carlos Alberto. **Emprego nos anos 1990**. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 2 set. 2008.

RAMOS, Marise. **O novo ensino médio à luz de antigos princípios: trabalho, ciência e cultura**. Disponível em: <<http://www.senac.br/BTS/292/boltec292c.htm>>. Acesso em: 26 out. 2008.

_____. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, RAMOS, Marise. (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Cláudio José Lopes. **Historia do Liceu Paraibano**. Disponível em: <www.paraiba.gov.pb/educação>. Acesso em: 23 abr. 2006.

SCOCUGLIA, Afonso C. **Ensino médio, trabalho e empreendedorismo**. João Pessoa: UFPB, 2003.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE JOÃO PESSOA. **Relatório do Índice de Velocidade de Vendas/ IVV**, jul. 2005. Disponível em: <<http://www.sindusconjp.com.br/downloads/downloads>>. Acesso em: 12 out. 2006.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE JOÃO PESSOA. **Estudo sobre o mercado Imobiliário**, ano 3, n. 9, jul. 2005. Disponível em: <www.sindusconjp.com.br>. Acesso em: 12 out. 2006.

TEODORO, Antonio. Um olhar sobre o Brasil - **DESAFIOS NA EDUCAÇÃO**. Jornal "a Página", ano 13, nº 132, Mar 2004, p. 9. Disponível em <http://www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=2994>>. Acesso em 12 jan. 2009.

UNGER, Roberto Mangabeira. **Resposta aos problemas da educação brasileira**: um corolário com vários pontos a serem cumpridos. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <warwickleite@hotmail.com> em 17 dez. 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Comissão Permanente do Concurso Vestibular. **PSS – 2002/2009**. Disponível em: <<http://www.coperve.ufpb.br/>>. Acesso em 16 jan. 2009.

ANEXOS

Modelo do questionário aplicado:

QUESTIONÁRIO
LOCAL A SER APLICADO: LYCEU PARAIBANO

ALUNO DA 3ª SERIE DO TURNO: () MANHÃ () TARDE () NOITE

NOME: _____ **SEXO:** M () F () - **IDADE:** _____

1. **QUAL O Nº. DE PESSOAS QUE RESIDE COM VOCÊ EM SUA CASA =** _____
2. **VOCÊ TRABALHA FORA DE CASA? () NÃO () SIM - FAÇO _____ HORAS SEMANAIS**
3. **QUEM É O PRINCIPAL PROVEDOR DE SUA FAMÍLIA:**
() VOCÊ () SEUS PAIS () SEUS AVOS () SEUS IRMÃO () SEUS TIOS () OUTROS
4. **QUAL A RENDA MENSAL DE SUA FAMÍLIA?**
() ATE R\$ 415,00 - 1 SALÁRIO MÍNIMO () DE R\$ 416 A 830 - 1 A 2 SALÁRIOS MÍNIMOS
() DE R\$ 831 A 1245 - 2 A 3 SALÁRIOS MIN. () DE R\$ 1246 A 1660 - 3 A 4 SALÁRIOS MIN.
() DE R\$ 1661 A 2075 - 4 A 5 SALÁRIOS MIN. () DE R\$ 2076 A 2490 - 5 A 6 SALÁRIOS MIN.
() DE R\$ 2491 A 2915 - 6 A 7 SALÁRIOS MIN. () DE R\$ 2916 A 3.320 - 7 A 8 SALÁRIOS MIN.
() DE R\$ 3320 A 4150 - 8 A 10 SALÁRIOS MIN. () DE R\$ 4151 A 4980 - 10 A 12 SALÁRIOS MIN
() DE R\$ 4981 A 6225 - 12 A 15 SALÁRIOS MIN. () DE R\$ 6226 A 8.300 - 15 A 20 SAL. MÍNIMOS.
() SUPERIOR A R\$ 8300 - A 20 SALÁRIOS MÍNIMOS
5. **VOCÊ CONTRIBUI FINANCEIRAMENTE PARA COMPOR A RENDA FAMILIAR:**
() SIM - COM R\$ _____ () NÃO
6. **O IMÓVEL RESIDENCIAL É: () PRÓPRIO () ALUGADO () CEDIDO () OUTROS**
7. **QUAL O GRAU DE INSTRUÇÃO DO PRINCIPAL PROVEDOR DE SUA FAMÍLIA?**
() SEM INSTRUÇÃO ESCOLAR - ANALFABETO () COM INSTRUÇÃO ESCOLAR
() ATÉ 1 ANO () DE 1 ATÉ 2 ANOS () DE 3 ATÉ 4 ANOS () DE 5 ATÉ 7 ANOS
() FUNDAMENTAL COMPLETO () MÉDIO INCOMPLETO () MÉDIO COMPLETO
() SUPERIOR INCOMPLETO () SUPERIOR COMPLETO () PÓS-GRADUADO
8. **VOCÊ PERCORREU QUANTOS ANOS NA ESCOLA PARA CHEGAR AO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO:**
_____ -
9. **VOCÊ JÁ FOI REPROVADO, DESISTIU OU REPETIU ALGUMA SERIE: () NÃO () SIM**
QUAL(IS): () FUND - 1ªSERIE () FUND- 2ªSERIE () FUND- 3ªSERIE
() FUND- 2ªSERIE () FUND - 5ªSERIE () FUND- 6ªSERIE () FUND- 7ªSERIE

() FUND- 8ªSÉRIE () MÉDIO - 1ªSÉRIE () MÉDIO - 2ªSÉRIE () MÉDIO - 3ªSÉRIE

10. NA AVALIAÇÃO DE SEU DESEMPENHO ESCOLAR, COMO VOCÊ SE POSICIONA, DANDO UMA NOTA AO SEU APRENDIZADO NAS DISCIPLINAS ABAIXO - [INDIQUE DE ZERO A DEZ, SENDO ZERO A PIOR CONDIÇÃO - A QUE VOCÊ TEM MAIOR GRAU DE DIFICULDADE NO APRENDIZADO - E DEZ, A QUE VOCÊ POSSUI MELHOR DESEMPENHO NO APRENDIZADO :

() PORTUGUÊS () LÍNGUA ESTRANGEIRA () MATEMÁTICA () QUÍMICA
() FÍSICA () CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO () BIOLOGIA () HISTÓRIA
() GEOGRAFIA () EDUCAÇÃO ARTÍSTICA () DESENHO () EDUCAÇÃO FÍSICA

11. APÓS A CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO, VOCÊ PRETENDE:

() PARAR OS ESTUDOS E INGRESSAR NO MERCADO DE TRABALHO
() FAZER UM ESTAGIO PROFISSIONALIZANTE PARA DEPOIS ARRANJAR UM TRABALHO
() EXCLUSIVAMENTE CONTINUAR MEUS ESTUDOS
() CONTINUAR MEUS ESTUDOS EM HORÁRIO DIVERSO E ARRANJAR UM EMPREGO/TRABALHO
() - _____

12. SE VOCÊ VAI CONTINUAR SEUS ESTUDOS, QUAL O CURSO DESEJA REALIZAR:

() FAZER CURSO DE NÍVEL MÉDIO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE SUBSEQÜENTE (COM 2 ANOS DE ESTUDOS)
() FAZER UM CURSO DE NÍVEL MÉDIO EM LICENCIATURA (DE 2 ANOS DE ESTUDOS)
() FAZER UM CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA DE NÍVEL SUPERIOR (DE 3 A 4 ANOS DE ESTUDOS)
() FAZER UM CURSO SUPERIOR EM TECNOLOGIA PROFISSIONALIZANTE (COM 3 ANOS DE ESTUDOS)
() FAZER UM CURSO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO PLENA (DE 4 A 5 ANOS DE ESTUDOS)
() FAZER UM CURSO QUE NÃO EXIGE A CONCLUSÃO DE NÍVEL MÉDIO.

13 SE VOCÊ PRETENDE INGRESSAR NO CAMPO DO CONHECIMENTO TÉCNICO E TECNOLÓGICO, MARQUE UM **X** AO LADO DA ÁREA QUE PRETENDE FAZER(PERGUNTE AO PESQUISADOR OS CURSOS POR ÁREA):

MARQUE	ÁREA	MARQUE	ÁREA
	AGROPECUÁRIA		ARTES
	COMERCIO		COMUNICAÇÃO
	CONSTRUÇÃO CIVIL		DESIGN
	GEOMÁTICA		GESTÃO
	IMAGEM PESSOAL		INDÚSTRIA
	INFORMÁTICA		LAZER E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
	MEIO AMBIENTE		MINERAÇÃO
	QUÍMICA		RECURSOS PESQUEIROS
	SAÚDE		TELECOMUNICAÇÕES
	TRANSPORTES		TURISMO E HOSPITALIDADE

14 SE VOCE PRETENDE FAZER UM CURSO DE LICENCIATURA, EM QUAL DISCIPLINA PRETENDE SE LICENCIAR:

() POLIVALENCIA () PORTUGUÊS () LÍNGUA ESTRANGEIRA () MATEMÁTICA
() QUÍMICA () FÍSICA () BIOLOGIA () HISTÓRIA () GEOGRAFIA
() EDUCAÇÃO ARTÍSTICA () EDUCAÇÃO FÍSICA () OUTROS - QUAL: _____ .

15 SE VOCÊ PRETENDE FAZER UMA GRADUAÇÃO, EM QUAL CURSO VOCÊ PRETENDE SE FORMAR:

MARQUE	CURSO	MARQUE	CURSO
	ADMINISTRAÇÃO		AGRONOMIA
	ARQUITETURA/URBANISMO		ARTES E MUSICA
	ARQUIVISMO		BIBLIOTECONOMIA
	CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO		CONTABILIDADE
	COMUNICAÇÃO SOCIAL		DIREITO
	ECONOMIA		ENFERMAGEM

	ENG DE ALIMENTOS		ENG AGRÍCOLA
	ENG CIVIL		ENG. ELÉTRICA
	ENG. MECÂNICA		ENG. MATÉRIAS
	ENG DE PRODUÇÃO		FILOSOFIA
	FISIOTERAPIA		FONODIOLOGIA
	GEOGRAFIA/BACHARELADO		GEOLOGIA
	HISTORIA/ BACHARELADO		LETRAS
	MEDICINA		MEDICINA VETERINÁRIA
	ODONTOLOGIA		OFICIAIS (FORMAÇÃO MILITAR)
	PEDAGOGIA		PSICOLOGIA
	SERVIÇO SOCIAL		ZOOTECNIA
OUTRO(S)			

16. O QUE MOTIVOU VOCÊ A ESCOLHER ESTE CURSO:

- () MINHA FAMÍLIA – MEUS PAIS, COMPANHEIRO(A), IRMÃOS, AVOS OU TIOS.
 () ESTE CURSO TEM BAIXA CONCORRÊNCIA PARA ENTRAR NA FACULDADE
 () BOA REMUNERAÇÃO QUE TEREI APÓS A FORMATURA
 () EXCELENTE PRESTÍGIO SOCIAL QUE CURSO PROPORCIONA AOS SEUS PROFISSIONAIS
 () POR MOTIVO RELIGIOSO
 () APTIDÃO (DESDE CRIANÇA SEMPRE TIVE JEITO PARA ESTE CURSO)
 () DESEJO DE MINHA REALIZAÇÃO PESSOAL
 () FACILIDADE DE APROVAÇÃO EM CONCURSO PARA INGRESSAR EM CARGOS PÚBLICOS
 () PELA FACILIDADE DE INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO
 () A FACULDADE OFERECE BENEFÍCIOS IMEDIATOS A QUEM FAZ O CURSO COMO BOLSA ESTAGIO.
 () A NECESSIDADE DE TRABALHAR FAZ COM QUE ESCOLHA SEJA EM HORÁRIO DIVERSO AO MEU HORÁRIO DE TRABALHO.

17. VOCÊ CONSIDERA QUE A ESCOLA E OS PROFESSORES EM QUE VOCÊ TEVE OS ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO INFLUENCIARAM VOCÊ POSITIVAMENTE NA ESCOLHA DO CURSO QUE DESEJA REALIZAR:

- () NENHUMA INFLUENCIA () POUCA INFLUENCIA () MEDIA INFLUENCIA () MUITA INFLUENCIA
 DE QUE TIPO: _____.

18. INFORME SE NA ESCOLA QUE VOCÊ CURSOU O ENSINO FUNDAMENTAL EXISTIA ESTRUTURA FÍSICA PARA ESTUDOS - COMO:

- **BIBLIOTECA** - () NÃO () SIM - EM CASO AFIRMATIVO SUA FUNCIONABILIDADE ERA: () EXCELENTE () BOA () REGULAR () RUIM () EXISTIA MAS NÃO FUNCIONAVA.
- **LABORATÓRIO - INFORMÁTICA** - () NÃO () SIM EM CASO AFIRMATIVO SUA FUNCIONABILIDADE ERA: () EXCELENTE () BOA () REGULAR () RUIM () EXISTIA MAS NÃO FUNCIONAVA.
- **CORAL E BANDA MUSICAL** - () NÃO () SIM EM CASO AFIRMATIVO SUA FUNCIONABILIDADE ERA: () EXCELENTE () BOA () REGULAR () RUIM () EXISTIA MAS NÃO FUNCIONAVA
- **AUDITÓRIO E TEATRO** - () NÃO () SIM EM CASO AFIRMATIVO SUA FUNCIONABILIDADE ERA: () EXCELENTE () BOA () REGULAR () RUIM () EXISTIA MAS NÃO FUNCIONAVA
- **ÁREAS ESPORTIVAS** () NÃO () SIM EM CASO AFIRMATIVO SUA FUNCIONABILIDADE ERA: () EXCELENTE () BOA () REGULAR () RUIM () EXISTIA MAS NÃO FUNCIONAVA.

19. EM SUA ATUAL ESCOLA VERIFICA-SE QUE OFERECE UMA BOA ESTRUTURA, COMO BIBLIOTECA, LABORATÓRIOS, TEATRO, BANDA DE MUSICA, GINÁSIO COBERTO E QUADRAS ESPORTIVAS – ISSO INFLUENCIA VOCÊ A CONTINUAR SEUS ESTUDOS: () NÃO () SIM

20. ASSIM, INFORME SE A ESTRUTURA DA SUA ATUAL ESCOLA TRAZ ALGUMA INFLUENCIA SEU FUTURO PROFISSIONAL- COMO A ESCOLHA DO CURSO A FAZER NOS PRÓXIMOS ANOS: () SIM, INFLUENCIA MUITO () SIM, INFLUENCIA MÉDIO () SIM, INFLUENCIA POUCO () NÃO, EM NADA INFLUÊNCIA.

SÓ DEVE RESPONDER ESTA PARTE OS ALUNOS QUE VÃO CONTINUAR OS ESTUDOS

1. **INFORME SE EXISTE INFLUENCIA DOS SEUS PROFESSORES NA ESCOLHA DO CURSO QUE DESEJA REALIZAR:**

NÃO, NENHUMA SIM, POUCA INFLUENCIA SIM, MEDIA INFLUENCIA SIM, MUITA INFLUENCIA

a. QUANTO A ASSIDUIDADE DOS SEUS PROFESSORES, A PRESENÇA DELES EM SALA ERA:

EXCELENTE BOA REGULAR RUIM PÉSSIMA

b. QUANTO AOS SEUS PROFESSORES, ELES POSSUEM NÍVEL INTELECTUAL E DEMONSTRAM TER SEGURANÇA PARA TRANSMITIR CONHECIMENTO CURRICULAR:

EXCELENTE BOA REGULAR RUIM PÉSSIMA

c. QUANTO AO CUMPRIMENTO DO CONTEÚDO CURRICULAR, ELES APLICARAM DE FORMA SATISFATÓRIA TODO O PROGRAMA INDICADO

EXCELENTE BOA REGULAR RUIM PÉSSIMA

d. QUANTO AO RESULTADO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM, VOCÊ CONSIDERA QUE SEU APRENDIZADO EM:

- PORTUGUÊS FOI: EXCELENTE BOA REGULAR RUIM QUASE NÃO TIVE AULA.
- MATEMÁTICA FOI: EXCELENTE BOA REGULAR RUIM QUASE NÃO TIVE AULA.
- FÍSICA FOI: EXCELENTE BOA REGULAR RUIM QUASE NÃO TIVE AULA.
- QUÍMICA FOI: EXCELENTE BOA REGULAR RUIM QUASE NÃO TIVE AULA.
- BIOLOGIA FOI: EXCELENTE BOA REGULAR RUIM QUASE NÃO TIVE AULA.
- HISTORIA FOI: EXCELENTE BOA REGULAR RUIM QUASE NÃO TIVE AULA.
- GEOGRAFIA FOI: EXCELENTE BOA REGULAR RUIM QUASE NÃO TIVE AULA.
- INGLÊS FOI: EXCELENTE BOA REGULAR RUIM QUASE NÃO TIVE AULA.
- EDUC. FÍSICA FOI: EXCELENTE BOA REGULAR RUIM QUASE NÃO TIVE AULA.
- INFORMÁTICA FOI: EXCELENTE BOA REGULAR RUIM QUASE NÃO TIVE AULA.

2. **VOCÊ RECONHECE ALGUM FATOR OU RAZÃO QUE TENHA INFLUENCIADO NA SUA DECISÃO DE CONTINUAR SEUS ESTUDOS:**

NÃO

SIM, O MOTIVO QUE INFLUENCIOU FOI O CURSO OFERECER:

EXCELENTE QUALIDADE ACADÊMICA GRANDE PROCURA PELO MERCADO TEM POUCA EVASÃO ESCOLAR SER GRATUITO TER CUSTO FINANCEIRO COMPATÍVEL FACILIDADE NO FINANCIAMENTO SER LECIONADO PRÓXIMO A RESIDÊNCIA DO ESTUDANTE SER OFERTADO COMO ENSINO A DISTANCIA (INTERNET) POSSUIR NORMAS FLEXÍVEIS PARA SEU FUNCIONAMENTO PERMITE AO ESTUDANTE FAZER O CURSO POR PARTE E A FRAGMENTAÇÃO DO CURSO OBJETIVA AO ESTUDANTE OBTENHA CERTIFICADOS EM ETAPAS E ASSIM PRATICAR CONCOMITANTE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL TER O CURSO RECONHECIMENTO DO PÚBLICO E DO PODER ESTATAL TER FACILIDADE E DESBUROCRATIZAÇÃO PARA MATRICULA SER A SAÍDA INTERMEDIARIA PARA O ESTUDANTE QUE PRECISA INGRESSAR PRECOCEMENTE NO MERCADO DE TRABALHO POSSUIR CONVENIO COM GOVERNO E A INSTITUIÇÃO QUE VAI REALIZAR O CURSO DE MODO MAIS FLEXÍVEL PARA A SUA FUNCIONABILIDADE E ACESSO.

OUTROS - RELACIONE QUAIS: _____

3. **VOCÊ RECONHECE ALGUMA POLÍTICA PÚBLICA QUE TENHA INFLUENCIADO NA ESCOLHA DE SEU FUTURO CURSO:**

EXISTE PRECONCEITO DA SOCIEDADE PARA OS CURSOS PROFISSIONALIZANTES DE NÍVEL MÉDIO, POR QUE SÃO CONSIDERADOS – “ O CURSO PARA OS POBRES”

FAZENDO A CRIAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS ATUAIS E NOVAS CURSOS PROFISSIONALIZANTES

LIBERALIZAÇÃO PARA A CRIAÇÃO DE NOVAS FACULDADES PRIVADAS

- () CRIAÇÃO DE NOVOS CAMPUS E NOVOS CURSOS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS
- () RESERVA DE COTAS PARA ESTUDANTES DA ESCOLA PÚBLICA, PARA A POPULAÇÃO NEGRA E ÍNDIOS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS
- () CRIAÇÃO DO PROUNI – PROGRAMA DE CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDOS NA UNIVERSIDADE PRIVADA COM FINANCIAMENTO PÚBLICO
- () AMPLIAÇÃO DO FIES – FINANCIAMENTO ESTUDANTIL COM RECURSOS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E TESOURO NACIONAL
- () IMPLANTAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NAS LOCALIDADES PARA A DEFINIÇÃO DOS NOVOS CURSOS CRIADOS NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO PÚBLICO
- () NÃO EXISTE DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS PARA O ALUNO QUE TERMINA O ENSINO MÉDIO
- () O GOVERNO VEM INCENTIVANDO AO CONCLUINTE DO CURSO MÉDIO A FAZER CURSOS APÓS A CONCLUSÃO PARA SE PROFISSIONALIZAR DE QUE MANEIRA ? _____.
- _____.
- _____.
- () OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICA: QUAIS: _____.
- _____.